

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

SARAH CAMPELO CRUZ GOIS

**AS LINHAS TORTAS DA MIGRAÇÃO:  
ESTADO E FAMÍLIA NOS DESLOCAMENTOS PARA A AMAZÔNIA  
(1942 - 1944)**

FORTALEZA  
2013

SARAH CAMPELO CRUZ GOIS

**AS LINHAS TORTAS DA MIGRAÇÃO:  
ESTADO E FAMÍLIA NOS DESLOCAMENTOS PARA A AMAZÔNIA  
(1942 - 1944)**

Dissertação submetida ao corpo docente  
do Programa de Pós-Graduação em  
História Social da Universidade Federal  
do Ceará como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Kenia Sousa Rios

FORTALEZA  
2013

SARAH CAMPELO CRUZ GOIS

**AS LINHAS TORTAS DA MIGRAÇÃO:**  
ESTADO E FAMÍLIA NOS DESLOCAMENTOS PARA A AMAZ  
(1942 - 1944)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Kenia Sousa Rios

Aprovada em: 27/08/2013

BANCA EXAMINADORA



---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Kenia Sousa Rios



---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Berenice Abreu de Castro Neves



---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Franciane Gama Lacerda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

---

G5571 Gois, Sarah Campelo Cruz.  
As linhas tortas da migração : estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944) /  
Sarah Campelo Cruz Gois. – 2013.  
200 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento  
de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2013.

Área de Concentração: História Social.

Orientação: Profa. Dra. Kenia Sousa Rios.

1. Família. 2. Brasil – História – Estado Novo, 1937-1945. 3. Migração interna. I. Título.

CDD 304.80981

---

*Em memória de meu pai e à minha mãe,  
Maria Clara.*

*Ao meu Bisavô, José Carlos Lourenço da  
Cruz, migrante que foi para Amazônia e  
nunca mais retornou.*



## AGRADECIMENTOS

As migrações misturam mundos. Este trabalho foi todo construído a partir de intensas trocas, permutas de ideias, de fontes, de experiências. Foram inúmeras as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta construção e por isso tenho muito que agradecer.

Agradeço, inicialmente, à minha família, por terem suportando meus silêncios e minhas angústias. À minha mãe, Maria Clara, aos meus irmãos, Carlos Alberto e Samyr e aos meus sobrinhos, Guilherme, Ícaro e Julia, pelo frescor dos novos tempos, pelo incentivo em olhar para o futuro, muito obrigada. Agradeço ao Professor Manoel Alves de Sousa, que foi um como um pai para mim durante esses anos todos.

Ao meu companheiro, Rafael David, por compreender minhas ausências e inquietações constantes.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Kenia Sousa Rios, sem a qual não teria conseguido concluir esta pesquisa. Agradeço por ter acreditado em mim, mesmo quando os indícios não eram tão positivos, por ter estado ao meu lado desde a graduação, pela paciência e dedicação.

À Ana Maria Chabloz Scherer, filha do casal Regina e Jean Pierre Chabloz, pela ajuda descompromissada. Não apenas por ter me cedido fontes fundamentais para a escrita desta dissertação, mas, principalmente, por ter aberto sua casa e me recebido com atenção e carinho. E, claro, agradeço pelo jantar, que nunca esquecerei.

Ao artista, professor e diretor do Museu de Artes da UFC, Pedro Eymar, que divide comigo a honra e o sofrimento que acompanha todo torcedor do Ferroviário. Sou muito grata pelas importantes conversas e pela solícita ajuda com a pesquisa, visto que foi no MAUC que iniciei este trabalho, lá está grande parte de minhas fontes.

Às contribuições da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Berenice Abreu, sempre amável, que acompanhou minha escrita desde o início, com importantes sugestões e às

propostas feitas pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Rita Fonteles durante minha banca de qualificação.

Aos meus colegas de turma (hoje, grandes amigos) pela solidariedade, pela cumplicidade surpreendente e pelo apoio tantas vezes solicitado: Amanda, Júnior, Monyse e Romário.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC (PPGHS), pelas observações feitas nas disciplinas ou mesmo nos corredores: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adelaide Gonçalves, Prof. Dr. Franck Ribard, Prof. Dr. Frederico de Castro Neves, Prof. Dr. Antonio Luiz Macedo.

Aos grandes amigos, pelos *pitacos* e auxílios. Pelas felicidades e aflições compartilhadas em bibliotecas ou mesas de bar. Aos queridos, Cícera, Gil, João, Kall, Nívea e Rosa.

Aos amigos, Alexandre Isídio e Edson Holanda, realizadores de belas pesquisas sobre o processo migratório de nordestinos para a Amazônia, que me serviram de inspiração e estudo, contribuindo com suas experiências quando a folha em branco se impunha sobre mim.

Aos pesquisadores da sala de consultas do Arquivo Nacional (RJ), pela ajuda em localizar documentos, muitas vezes, dispersos. Agradeço pela dedicação em facilitar minha busca, mesmo quando esta parecia interminável.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão financiador, que fomentou e viabilizou esta pesquisa, sem o qual não teria conseguido realizar minhas viagens ao Rio de Janeiro.

Agradeço também a todas as famílias que até hoje repetem o deslocamento entre o Nordeste e o Amazonas. Espero que minha pesquisa tenha podido contribuir de alguma forma para contar essas histórias.

Enfim, correndo o risco imperdoável de ter esquecido alguém, gostaria de agradecer a todos os que estiveram ao meu lado durante esse processo tão difícil e gratificante que é a escrita.

“O Sertanejo é, antes de tudo, um forte”.  
(Euclides da Cunha).

“São terras do Sem Fim. Horizonte que coloca o povo pobre sempre em marcha. Os que chegaram à Amazônia talvez tenham reconhecido que ainda não era ali O Marco do Meio Mundo; quem sabe só mais uma etapa na eterna luta pela terra”.  
(Kenia Sousa Rios).

“O desfecho final dessa guerra para os Soldados da Borracha é inglório. Terminado os confrontos nos campos de batalha na Europa, os patriotas da borracha continuaram a tombar nas trincheiras dos seringais; os que sobreviveram não foram tratados como heróis, não tiveram do que se vangloriar. Esquecidos no tempo, no inferno verde que purificou seus corpos, depois de mortos suas almas não terão vergonha de voltar ao Ceará”. (Eurípedes A. Funes e Adelaide Gonçalves).

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a problematizar as diversas narrativas construídas sobre a família e a migração, principalmente, durante o movimento migratório ocorrido no período do Estado Novo. Em razão da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, muitos trabalhadores migrantes saíram de suas terras, mobilizados para a região Amazônica e deixaram suas famílias aos *cuidados* do Estado. Buscamos perceber onde estavam, como ficaram e o que diziam as famílias destes homens que foram trabalhar na extração da borracha entre os anos 1943 e 1944. Para tanto utilizamos fontes como cartas, fotografias, jornais, documentos oficiais e literatura.

**Palavras-chave:** Família. Estado Novo. Migração.

## RESUMÉ

La présente étude propose une problématique sur les plusieurs narratives construites sur les familles et sur l'immigration pour l'Amazonie, principalement, pendant le mouvement migratoire arrivé dans l'Estado Novo. À cause de l'entrée du Brésil dans la Seconde Guerre Mondiale, beaucoup de travailleurs migrants sont sortis de leurs terres, mobilisant à la région amazonienne et laissant leurs familles *soignées* par l'État. On a cherché à comprendre où celles-ci étaient, comme elles restaient, quoi ces familles disaient de ces hommes qui sont allés travailler dans l'extraction du caoutchouc entre les années 1942 et 1944 et quoi l'État disait à ces familles. Pour cela, on utilisera des sources comme lettres, photographies, journaux, documents officiels et la littérature.

**Mots-Clés:** Famille. L'Estado Novo. Migration.

## LISTA DE SIGLAS

CME – Comissão de Mobilização Econômica

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

CAETA – Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

RRC – Rubber Reserv Company

RDC – Rubber Development Corporation

SAVA – Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico

SESP - Serviço Especial de Saúde Pública

SNAPP - Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará

BANCREVEA - Banco de Crédito da Borracha

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

DNI – Departamento Nacional de Imigração

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura – 1</b>	Contrato de Encaminhamento	50
<b>Figura – 2</b>	“Marcha da Borracha” na Rua General Sampaio, Fortaleza (CE)	66
<b>Figura – 3</b>	“Marcha da Borracha” na Rua General Sampaio, Fortaleza (CE)	67
<b>Figura – 4</b>	Ficha Higiênico Alimentar / Núcleo do Porangabussu	77
<b>Figura – 5</b>	Núcleo de Famílias do Porangabussu	91
<b>Figura – 6</b>	Exercícios no Pouso do Prado	93
<b>Figura – 7</b>	Regina Chabloz e as nucleadas / Núcleo de Famílias do Porangabussu	98
<b>Figura – 8</b>	Equipamento de Viagem fornecido pelo SEMTA	100
<b>Figura – 9</b>	Soldados recebendo as Braçadeiras	101
<b>Figura – 10</b>	Regina Chabloz, com as esposas e filhos dos trabalhadores	103
<b>Figura – 11</b>	Legenda da fotografia de Regina Chabloz. Verso da imagem 10	104
<b>Figura – 12</b>	Propagandas dos Produtos Nestlé	111
<b>Figura – 13</b>	Propagandas dos Produtos Nestlé	111
<b>Figura – 14</b>	Dr Aristóbulo de Castro, Regina Chabloz, Dr. Paulo Assis Ribeiro, Dr. Pinto Duarte, visita ao Núcleo de Famílias do Porangabussu	118
<b>Figura – 15</b>	Relatório do serviço de Alimentação do Núcleo de Famílias do Porangabussu, maio de 1943	119
<b>Figura – 16</b>	Relatório do serviço de Alimentação do Núcleo de Famílias do Porangabussu, julho de 1943	121
<b>Figura – 17</b>	Localização geográfica do Pici, Cocorote a Alto da Balança	136
<b>Figura – 18</b>	Núcleo Permanente de Famílias do Cocorote	137
<b>Figura – 19</b>	Envelope de Regina Chabloz	143
<b>Figura – 20</b>	Iaci Gentil Nunes distribuindo as cartas. / Correio do Ceará, 7 de maio de 1943	145

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>1</b>	<b>ESTADO, FAMÍLIA E MIGRAÇÃO</b>	23
1.1	“Seringa não rima com família”	25
1.2	Filhos ausentes	36
1.3	“Não esqueça da minha família”	46
1.4	O fim do SEMTA	53
<b>2</b>	<b>“O TODO SERÁ O QUE FOREM SUAS PARTES”</b>	74
2.1	Raça é a mulher	75
2.2	Saúde para os trabalhadores (suas famílias)	89
2.3	Itens de Ordem e Progresso: Roupas e Nutrição	98
<b>3</b>	<b>AS TRAÇADAS LINHAS DA MIGRAÇÃO</b>	123
3.1	Delas para eles	129
3.2	Deles para ela	156
3.3	Delas para Vargas	175
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	185
	<b>LISTA DE FONTES</b>	188
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	195

## INTRODUÇÃO

“O passado não morre. Cada um traz dentro de si mesmo a memória do que foi, e através dela se projeta na passagem do tempo”<sup>1</sup>.

*A quem pertence uma carta?* É assim que Philippe Lejeune inicia, em seu livro “O pacto autobiográfico” a discussão sobre o pertencimento físico, moral e intelectual da correspondência. Como objeto, a carta pertence ao seu autor somente até o momento em que ele a envia; depois desse período, ela passa ao pertencimento de seu destinatário. Mas isso, *grosso modo*<sup>2</sup>, seu conteúdo moral e intelectual continua propriedade de seu autor, e a carta ainda pode dizer respeito a várias outras pessoas. Ela é partilhada não apenas por remetentes e destinatários, mas por todos aqueles envolvidos, tanto em seu processo de elaboração, como em seu conteúdo.

As cartas tiveram um papel de destaque na construção desta pesquisa, por que foi por meio delas que nos deparamos com as problemáticas iniciais do trabalho. A partir delas vimos descortinar os questionamentos que levaram a construção de nossa escrita e aguçar o caráter investigativo do ofício do historiador.

Assim, a quem pertencem cartas censuradas? Missivas que nem ficaram com seus autores, nem chegaram ao seu destinatário? As esposas dos trabalhadores que foram mobilizados, para trabalhar na extração da borracha, durante a ditadura do Estado Novo (1937 – 1945), escreveram muitas cartas aos maridos. Algumas dessas cartas foram retidas pelos representantes do Estado Vargasista por causa de seus conteúdos. Possuíam reclamações que não poderiam ser divulgadas e queixas que versavam contra o discurso que estava sendo edificado entre Estado, Família e Trabalhadores.

O Estado construía um projeto de assistência familiar também baseado no discurso da indissolubilidade da família diante da migração. Dessa forma, ele funcionaria para garantir serviços básicos às famílias, enquanto os homens

---

<sup>1</sup> BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além – depois**. Editora Umberto Calderaro: Manaus, 1997.

<sup>2</sup> LEJEUNE, Philippe. **O Pacto autobiográfico**. De Rosseau à Internet. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2008, p.253.

estivessem fora de seus lares. As denúncias presentes nas cartas femininas representavam vozes dissonantes sobre o projeto que procurava se estabelecer. Para o filósofo russo, pesquisador da linguagem, Bakhtin (2003), as classes sociais veem, sentem e interpretam o mundo de forma singular e contraditória, por meio de vozes, acentos e linguagens singulares e contraditórias. Existe uma verdadeira “polifonia social” e a língua não é nem patrimônio totalmente comum, nem espaço neutro de comunicação, mas meios de interação verbal em permanente conflito. (CARBONI, FLORENCE, 2003).

Entretanto, as cartas censuradas não foram as únicas fontes utilizadas na construção deste trabalho, debruçamo-nos no estudo destas missivas, bem como das cartas dos trabalhadores para a diretora do Núcleo (onde estavam suas esposas) das cartas de Regina e Jean Pierre Chabloz, funcionários do SEMTA; do diário de Jean Pierre Chabloz; das narrativas e teorias edificadas pelo saber intelectual da época; e dos arquivos, relatórios e textos construídos pelo próprio Estado. Tentamos ouvi-los percebendo “em sua fala os ecos de outras vozes”. (GOMES, 1988, p. 27). Entretanto, foi a descoberta das missivas retidas o que despertou o início desta pesquisa e logo veio o primeiro problema: Por que cartas escritas pelas esposas dos soldados da borracha estavam em um acervo de Museu?

As “escreventes” dessas cartas eram mulheres que tiveram suas vidas modificadas a partir da saída de seus maridos para tornarem-se os soldados da borracha. Mulheres que também foram atingidas pela produção da borracha para a exportação. Elas tinham, nas correspondências, uma forma de reaver o elo familiar interrompido, *Mulheres da Borracha*, não apenas as esposas dos Soldados. Por esse motivo, elas construíam narrativas na expectativa de que fossem lidas.

Para Roland Barthes, o escrevente é aquele que utiliza a linguagem como uma finalidade. Um instrumento de função mais referencial. Para o escrevente, “[...] a fala não é senão um meio; para eles, a fala suporta um fazer, não o constitui”. (BARTHES, 2006, p. 211). Dessa forma, as mulheres escrevem sem tanta preocupação literária, mas com o intuito de se comunicarem com seus maridos. Diferentemente da escritora, a escrevente, “[...] ao procurar transmitir seus

testemunhos de maneira incontestável, usa a palavra escrita [...] apenas como um meio de comunicação supostamente salvo de ambiguidades”. (MALUF, 1995. p. 27). No estilo de escrita específico – a carta – elas buscam estratégias verbais para expressarem sua verdade sobre os fatos.

A partir das cartas, podemos perceber a existência de vários discursos que são construídos sobre os laços familiares durante o período do Estado Novo. O contraditório é que, justamente, são as cartas retidas que formaram uma parte do *corpus* documental desta pesquisa. Aquilo que foi calado, que não poderia ser revelado virou arquivo e deu origem a este trabalho. Para Farge (2009), o arquivo não pinta os homens por inteiro, ele os cristaliza em determinadas situações, críticas e queixas e “ele nasce da desordem”. Por meio de algum tipo de punição, o arquivo tira do esquecimento determinados sujeitos:

Mendigos, desocupados, dolentes, ladras ou sedutores agressivos emergem um dia da multidão compacta, fisgados pelo poder que os perseguiu em mais a agitação habitual, ou porque eles próprios decidiram transgredir e chamar atenção, ou talvez ser nomeados, enfim diante do poder. (FARGE, 2009. p. 31).

As esposas dos soldados foram “fisgadas” pelo poder no momento em que suas narrativas contestavam aquilo que o Estado procurava impor como discurso oficial sobre a migração de seus maridos. Elas chamaram atenção das Estruturas de poder e por isso tiveram suas cartas censuradas. Dessa maneira, o arquivo funciona como uma “[...] brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado”. (FARGE, 2009, p.14). Ele organiza a desordem e dispõe, de forma regular, determinados documentos. Como nos explica Manoel Luiz Salgado Guimarães, a narrativa histórica tem como um de seus aspectos centrais a domesticação das experiências vividas, por isso seu trabalho é o de:

[...] ordenar, dar forma e tornar significativo um conjunto disperso de experiências e vivências segundo certos padrões e dispositivos capazes de serem apreendidos por uma comunidade de leitores/intérpretes. (GUIMARÃES, 2006, p.47).

As cartas escritas pelas esposas dos trabalhadores que foram para a Amazônia puderam dar origem a um acervo somente por que o Estado teve acesso ao que elas escreviam. Por mais individual que seja o objeto carta, para que houvesse a formação do acervo, precisamos da intervenção do outro. Dessa forma, o “[...] documento sempre se define em relação a um terceiro externo a seu horizonte original [...].” (MENESES, 1998, p. 95). Qualquer objeto pode funcionar como um documento, mas para se formar um arquivo específico, uma coleção, por mais pessoal que seja a fonte, precisa haver uma ordenação, que não é propriamente acidental.

As missivas trocadas entre trabalhadores e suas esposas, aquelas missivas que seguiram o curso “natural” entre remetente e destinatário, estão hoje espalhadas pelos caminhos entre Amazônia e *Nordeste*. As que não chegaram a seus destinatários estão arquivadas por um motivo específico, a repreensão. Por estarem guardadas, possibilitaram a transformação do objeto carta em fonte epistolar. Ao escreverem suas cartas, as mulheres também criaram suas narrativas e não se limitaram a esperar pelo retorno de seus maridos. Elas cunharam estratégias, denunciaram e disputaram, com a versão oficial, que o Estado tentou edificar. Reclamam dos maus tratos, dos trabalhos pesados, dos funcionários do Núcleo de Famílias e, principalmente, da falta de notícias de seus maridos.

As cartas retidas ficaram guardadas com Regina Chabloz<sup>3</sup>, diretora do Núcleo Provisório de Famílias do Porangabussu, lugar que ficavam as mulheres, escreventes das cartas, e as famílias dos trabalhadores mobilizados para a Amazônia, que eram asseguradas pela assistência familiar oferecida pelo Estado Novo. Após a morte de Regina, em 2004, grande parte de seu acervo foi doado para o Museu de Artes da Universidade Federal do Ceará (MAUC/UFC). Essas cartas integraram um arquivo privado, porém, não de suas autoras, mas de Regina Chabloz e, posteriormente, foram transportadas para um arquivo público. Há uma problemática maior na classificação dessas fontes que foram transferidas do campo privado para o público. Como afirma o professor Ulpiano Bezerra de Menezes, com relação aos arquivos públicos e privados:

---

<sup>3</sup> Dedicarmos-nos em uma análise mais detalhada de Regina Chabloz nos capítulos deste trabalho.

[...] o exemplo de uma coleção privada que se desloca para o espaço público de uma instituição museológica ou arquivística nos leva a examinar mais detidamente a polaridade que se suporia rígida entre o pessoal e o público. (MENESES, 1998. p. 97).

Desse modo, as cartas, objeto desta pesquisa, ocupam um polo flexível e intermediário entre o público e o privado, e mesmo tendo sua produção narrativa localizada no individual, referem-se a uma instância bastante coletiva.

As remetentes são mulheres que buscam escrever suas narrativas dentro daquilo que a forma carta é capaz de dar conta. Ao reescrever o clássico grego, **A Odisseia**, a partir do ponto de vista da esposa Penélope, Margaret Atwood, entrega a narrativa da epopeia grega nas mãos da mulher, descrita na obra original como uma esposa perfeita, reclusa e fiel. Para escrever sua história, Atwood (2005) buscou outras fontes sobre a família de Penélope e sua vida de solteira. Penélope, depois de toda sua espera e retraimento, teria muito a dizer também para as outras mulheres:

Não fui fiel? Não esperei, e esperei, e esperei, apesar da tentação – quase compulsão – de desistir? E o que me restou quando a versão oficial se consolidou? Ser uma lenda edificante. Um chicote para fustigar outras mulheres. Por que não podem todas ser tão circunspectas, confiáveis e sofredoras como eu? Era essa a abordagem que adotavam os cantadores e rapsodos. Não sigam meu exemplo, sinto vontade de gritar nos ouvidos de vocês – sim, nos de vocês! (ATWOOD, 2005, p. 16).

Para a Penélope de Atwood, a espera silenciosa foi um grave erro e contribuiu para a construção da imagem da mulher que aguarda *sofredora*. Ela discute a possibilidade de haver outras versões para **A Odisseia**, inclusive a versão da própria Penélope. O livro da escritora canadense é uma obra literária, mas nos ajuda a pensar sobre outras vozes que podem existir a respeito de uma mesma narrativa. A partir da leitura diferenciada das fontes, também tivemos acesso a outras versões do processo migratório, versões que dão mais centralidade às famílias dos trabalhadores.

No intuito de pensar, historicamente, a formação e a manutenção dos discursos referentes à assistência familiar e ao Núcleo de Famílias, deparamo-nos

com uma dispersa documentação. Sua disposição, em acervos e fontes diversas, trouxe consigo a responsabilidade de catalogar, indexar e selecionar tais documentos para viabilizar esta pesquisa. Parte-se da ideia de que o historiador elabora o seu trabalho intelectual a partir de suas experiências e expectativas. Pensar a escrita da história é analisar o tempo de sua produção e suas fontes de pesquisa, uma vez que é preciso indagar não apenas o retorno do discurso histórico, mas também a sua narração.

Dessa forma, mesmo com sua análise concentrada no último capítulo da dissertação, as fontes epistolares estão dispersas em todo o texto e problematizadas a partir de suas temáticas. Além das cartas dos trabalhadores e suas esposas, utilizamos as cartas que Regina Chhabloz enviou para seu pai e as cartas trocadas entre Jean Pierre Chabloz um amigo, enviado americano, Rabnovitch.

Para nos ajudar a pensar sobre a produção e utilização das fontes epistolares, utilizamos o autor russo Bakhtin, principalmente, seu livro, **Estética da criação verbal**. Do ponto de vista da filosofia de Bakhtin, todo texto participa de uma relação humana. Ao distinguir os gêneros do discurso, Bakhtin (2003, p. 281) inclui a carta entre os gêneros primários, ou seja, entre aqueles que se constituem em circunstâncias de uma comunicação espontânea. Situada em espaço e tempo determinados, ela é empregada em situações comunicativas que se caracterizam pela ausência de contato imediato entre o emissor e o receptor<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Bakhtin afirma que é impossível se comunicar, verbalmente, a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar, verbalmente, a não ser por algum texto. A comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. Ele define os gêneros de enunciado como tipos *relativamente estáveis* elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana. São eventos linguísticos, mas não se definem por características linguísticas: caracterizam-se enquanto atividades *sócio discursivas*. Sendo os gêneros fenômenos sócio-históricos e culturalmente sensíveis, não há como fazer uma lista fechada de todos os gêneros. Bakhtin afirma que não é a língua em si mesma que é interiorizada pelos sujeitos. Ele argumenta, em **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, de 1929, que a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, “[...] mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações”. A palavra, diz ele, é o território compartilhado pelo locutor e interlocutor; a significação não está na palavra, mas é o efeito da interlocução.

Na construção desta pesquisa também foi fundamental analisar como as temáticas: família e migração eram construídas dentro das narrativas literárias. Dessa forma, o presente trabalho busca relacionar História, Literatura e Linguagem. Para (CARBONI, MAESTRI, 2003) três irmãs univitelinas que prosseguem cada uma tratando de seus assuntos pessoais, quase renegando a origem e o patrimônio comuns. Entender que a linguagem não é um elemento dado, neutro, ela é povoada de intenções, construídas de acordo com o lugar social, a idade, a geração de quem a produz. Por isso todo produto da linguagem do homem, inclusive a Literatura, é obra da vivência e experiência do falante.

Carboni e Maestri fazem uma reflexão fundamental sobre os *silêncios ou silenciados* da história. Para eles, esse silêncio muitas vezes é construído na leitura e interpretação das fontes, tomando-as como uma linguagem única, como apenas uma possibilidade de interpretação. Sem fazer nenhuma reflexão sobre o sentido da linguagem, “o silêncio sobre a palavra das classes exploradas deve-se, sobretudo ao ouvido mouco dos escribas do presente”. (CARBONI, MAESTRI, 2003).

Ao relacionar as narrativas construídas por diversos sujeitos durante o Estado Novo, buscamos romper com a ideia de que no período ditatorial da Era Vargas havia apenas um discurso. E que os homens e mulheres pobres estavam sempre na defensiva diante do discurso ideológico oficial do Estado. Procuramos, a partir destas considerações, problematizar as temáticas da família e da migração.

Compreendemos a migração, assim como (SAYAD, 1998) uma prática que não é influenciada apenas pelo poder do Estado. Longe de relativizar este poder<sup>5</sup>, queremos chamar a atenção para outros elementos do processo migratório, como a tradição, as práticas coletivas e a família, além da própria decisão do migrante que não pode ser esquecida no debate sobre migração.

No primeiro capítulo nos debruçaremos mais detalhadamente sobre esta temática, problematizando os diversos tipos de narrativas que se construíram sobre o processo migratório e a manutenção do elo familiar. A literatura, os projetos de governo e as experiências de migração existentes entre as terras do sertão. O governo Vargas investiu na aliança entre o incentivo a migração e a colonização do país. Era assim que ele buscava expandir as dimensões do Estado e da política intervencionista. Porém, esse discurso não era novo. Analisaremos como o Estado Novo se apropria destas experiências de migração e como elas também podem ser percebidas em outros tipos de narrativas.

No segundo capítulo discorreremos sobre o duplo movimento entre a tentativa do Estado em intervir nos âmbitos da vida doméstica dos homens e mulheres pobres migrantes por meio de seus discursos e como estes recebiam e resignificavam essas tentativas. Como encontravam brechas para cobrar aquilo que lhes havia sido prometido e como construía discursos antagônicos ao oficial. É importante ressaltar que as medidas do Estado Varguista priorizavam o operariado urbano, que era regulamentado por meios instituídos pelo próprio Estado, carteira de trabalho, sindicalização. Todavia, se aos trabalhadores oriundos do sertão essa regulamentação era ineficaz por causa de sua dispersão e da falta de elementos que legislassem sobre as práticas da zona rural, havia os espaços de regulamentação dos fazeres destes migrantes e suas famílias, os núcleos e pousos construídos. Era a partir deles que estas teorias repercutiam sobre os migrantes, mas que muitas vezes fugiam do controle das determinações instituídas.

---

<sup>5</sup> Durante o Estado Novo a migração foi uma política de governo e ação de guerra. Para aumentar os níveis de extração da borracha na Amazônia o Governo mobilizou inúmeras caravanas com destino ao Norte do país. Vargas aliou o discurso de colonização do território juntamente com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Por isso, nunca poderíamos negar, nem mesmo minimizar o papel do Estado neste processo migratório.

No último capítulo problematizaremos as missivas dos trabalhadores e suas esposas. O intuito deste capítulo é pensar os diversos discursos construídos por homens e mulheres durante o Estado Novo e como estes discursos também disputam com os discursos oficiais erigidos pelo Estado e divulgados pelos jornais. Foi a partir destas cartas que iniciamos este projeto de pesquisa. As sensibilidades, queixas, e vozes dos trabalhadores e suas esposas migrantes pobres presentes nestas fontes epistolares nos aproximaram cada vez mais deste objeto de estudo. Como afirma (LIMA, 2008) é necessário explicar de forma convincente e sistemática como o “eu” pesquisador e estudante se sentiu instigado a iniciar o descortinar de um objeto de estudo. Um intrínseco envolvimento que se estabeleceu entre pesquisadora e fontes de pesquisadas podem ser percebidos na confecção deste capítulo.

Entendemos essa pesquisa como fruto de uma construção coletiva. Desde o seu processo de descoberta, gestação e escrita ela foi pensada com a ajuda essencial de vários sujeitos. A Professora Kenia Souza Rios, orientadora sem a qual não teríamos conseguido encaminhar nenhuma linha deste texto; o professor Pedro Eymar, diretor do Museu de Artes da UFC e colaborador direto deste trabalho; Ana Maria Chabloz, filha do casal Jean Pierre e Regina Chabloz, sempre solícita e que nos cedeu, sem nenhuma cerimônia, grande parte do acervo aqui utilizado; além de todos os autores, fundamentais não apenas para a consulta, referencial teórico, mas, sobretudo, para a edificação deste texto, como os trabalhos das professoras Ângela de Castro Gomes e Maria Helena Capelato e do professor Jorge Ferreira. Por isso a escolha pela utilização da primeira pessoa do plural “o nós” na escrita do texto.

Desta forma, o presente trabalho busca problematizar as diversas narrativas construídas sobre a migração e a importância da manutenção do elo familiar. Principalmente as narrativas epistolares que configuram um contraponto àquilo que estava sendo veiculado pelo discurso oficial. “O que é (visto de cima) um ato de doação é (a partir de baixo) um ato de conquista”. (THOMPSON, 1998, p. 68).

## **ESTADO, FAMÍLIA E MIGRAÇÃO**

“Durante o ano de 1942, muitos Joões tiveram a chance de sair de casa, tomar a estrada,

percorrer territórios desconhecidos. Para isso não foi preciso apenas o esforço individual. Os habitantes do sertão cearense puderam ganhar o mundo em bandos. E ao que tudo indica, todos tinham uma mesma certeza: andar era a única forma de mudar a sorte”. (RIOS, 2008).

Na lição 3 do livro *O Brasil é Bom*<sup>6</sup>, feito pelo governo Estadonovista<sup>7</sup> de Vargas, o Brasil é comparado a uma grande família, cujo chefe do lar era o presidente Getúlio Vargas.

Se os brasileiros são irmãos o Brasil é uma grande família. Realmente é uma grande família feliz. Uma família é feliz quando há paz no lar. Quando seus membros não brigam. Quando não reina a discórdia [...]. O chefe do Governo é o chefe do Estado, isto é, o chefe da grande família nacional. O chefe da grande família feliz [...]. Getulio Vargas é um homem que sorri. Sorri porque tem confiança no Brasil. Todos os brasileiros devem ter confiança no Brasil”. (Lição 3 – *O Brasil é Bom*. IN: CAPELATO 2009. p. 267).

Como chefe da família, Vargas faria o possível para evitar a discórdia entre os irmãos e investiria na construção do todo harmônico pensando no bem da Nação, ou seja, a grande família. Para compreender a atuação do governo Vargas é imprescindível problematizar a função que exercia a ideia de família naquele momento, como ela aparece nos documentos produzidos pelo Estado, nas propagandas feitas pelo governo e também nos relatos produzidos pelos próprios trabalhadores. Nesse momento cabe ao governo solucionar um grave impasse, como manter o discurso da importância da família e, ao mesmo tempo, incentivar o

---

<sup>6</sup> Os elementos constitutivos da propaganda política durante a Era Vargas e, mais especificamente o Estado Novo, são inúmeros e tão complexos que foram objetos de um vasto estudo realizado por diversos historiadores, dentre eles, a professora da Universidade Federal de São Paulo, Maria Helena Capelato. Para a referida historiadora, a propaganda incentivava um sentimento de identidade reforçado pela associação entre o Brasil (Nação) e a Família. De acordo com CAPELATO (2009) “a mensagem propagandista divulgava os valores inerentes a nova cidadania, através de discursos do líder, de textos de caráter didático, cinejornal, manual, fotografias”. O Estado buscava, através do discurso oficial, submeter a sociedade ao seu paradigma.

<sup>7</sup> Para muitos pesquisadores (FAUSTO, 2000; CAPELATO, 2009; GOMES, 1988), há uma retomada política com o golpe de 1937. Muitas de suas instituições e de suas teorias haviam sido gestadas desde 1930. Desta forma, o golpe de 1937 representou o ápice do projeto nacional engendrado a partir da chegada de Getúlio Vargas à presidência da República. Este projeto visava à elaboração e a aplicação de uma série de medidas sociais, políticas e ideológicas que regulamentassem a relação capital – trabalho; e a propaganda funcionava como um dos artifícios estatais para tal façanha.

processo de migração dos trabalhadores para o Amazonas. Uma vez que o Amazonas sugeria uma migração solitária?

A criação de um Serviço Especial de Mobilização de trabalhadores para a Amazônia - SEMTA, em 1942, como parte dos acordos de Washington se propunha a resolver esse embaraço. Até sua criação, a migração dos trabalhadores era arregimentada pelo Departamento Nacional de Imigração – DNI, que cedia passagens para os trabalhadores que se dispusessem a migrar.

Em seus documentos, o SEMTA alardeava a garantia de mobilização dos trabalhadores e a manutenção da estrutura familiar. O Brasil deveria buscar desenvolver ao máximo sua capacidade de produção da borracha. Para tal feito deveriam ser levados em conta três fatores principais: A natureza, o capital e o trabalho<sup>8</sup>, os dois primeiros, segundo relatório da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia – CAETA, já satisfaziam o objetivo visado. Havia a floresta para explorar e o financiamento internacional dos Estados Unidos. Entretanto, a situação com relação ao terceiro era diferente: a necessidade de se conseguir mão de obra se estabelecia sobre as demais e, para tanto, seria necessária a mobilização dos trabalhadores e a devida assistência às suas famílias.

---

<sup>8</sup>Relatório da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia. Dezembro de 1945. CPDOC/FGV C733.

## 1.1 “Seringa não rima com família”

Com o objetivo de coordenar a economia de guerra, Vargas cria, em 1942, a CME<sup>9</sup> (Comissão de Mobilização Econômica), que buscava abarcar a vida econômica do país. Segundo a professora Lúcia Arraes Morales (2002), a abrangência administrativa da CME financiava a agricultura, mineração e manufatura, controlava as importações e exportações, coordenava os transportes, estimulava a pesquisa, fiscalizava o racionamento de combustíveis e intervia diretamente no mercado de trabalho, fazendo ingerências sobre a contratação de mão de obra. Para o cargo de coordenador, Vargas nomeia o ministro João Alberto Lins de Barros, que era de acordo com o Livro Histórico do SEMTA<sup>10</sup> – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para o Amazonas “um dos poucos brasileiros que conhece, palmo a palmo, o território nacional, através de peregrinações, que lhe imprimiram na alma o sentido heroico das ‘Bandeiras’”.<sup>11</sup>

As incursões territoriais, denominadas bandeiras, marcaram o avanço do processo de colonização do Brasil, principalmente durante os séculos XVII e XVIII. Entretanto, a ideia do bandeirismo estará presente em grande parte das propagandas relacionadas à colonização do território nacional durante o século XX. É assaz interessante perceber a recorrência na utilização da imagem do “herói da bandeira”, o bandeirante, quando o assunto é a migração. Samuel Benchimol (1979), em seu minucioso trabalho<sup>12</sup> desenvolvido durante os anos 1940, sobre as migrações para a Amazônia, estudou a formação econômica da região, com destaque para o período histórico da borracha: o seringal, o seringueiro, o migrante

---

<sup>9</sup> Órgão criado pelo governo federal em setembro de 1942, com a finalidade de melhor coordenar o funcionamento da economia brasileira no contexto de emergência gerado pela entrada do Brasil na guerra. Era diretamente subordinada ao presidente da República, tinha sede no Rio de Janeiro e possuía escritórios regionais nas principais capitais do país. Teve três coordenadores: o primeiro foi João Alberto Lins de Barros, ao qual se seguiram João Carlos Vidal e general Anápio Gomes, pelo **DECRETO-LEI Nº 5.813 - DE 14 DE SETEMBRO DE 1943 - PUB. CLBR 1943**. In: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra/MobilizacaoEconomico> acessado em 20 de março de 2013.

<sup>10</sup> Livro em forma de relato escrito por Paulo Assis Ribeiro e pertencente ao corpus documental do Arquivo Nacional, localizado no Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Livro Histórico do SEMTA. P. 11. Cx 4.

<sup>12</sup> BENCHIMOL, Samuel. Amazônia – Antes e Além – Depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

*nordestino*, a geografia, o contexto cultural, além de discorrer sobre os polos de crescimento econômico, a zona franca de Manaus e a política florestal.

O livro de Samuel Benchimol aparece nesta pesquisa como fonte histórica por conter diversos relatos dos imigrantes, nos quais aparecem as referências que eles fazem de suas famílias e de seu cotidiano, e pela construção do discurso sobre migração, trabalho e família feitos pelo próprio autor. Ao tentar traçar um tipo de migrante que coloniza o território brasileiro, Benchimol, afirma que:

Os personagens de nossa geografia são, sobretudo, criaturas econômicas: o bandeirante, caminhando para o ouro e a esmeralda; o jesuíta, a fé requisitando o braço para a salvação da alma do índio; droguistas, descedores de índios, tropeiros de resgate, vaqueiros, passadores de gado, garimpeiros, regatões e seringueiros. (BENCHIMOL, 1977. p.156).

Todos estes personagens representando a mobilidade dos homens do sertão. Sem o elemento fixador da terra, sem o vínculo da raiz agrícola o homem se atira às fronteiras móveis<sup>13</sup> do sertão seja atrás de ouro, do algodão, do gado, ou da borracha, mas não inicia um núcleo de povoamento. O homem do sertão estaria sempre em busca de melhores condições de vida, mesmo que isto significasse deixar suas terras. Ele povoa e despova a terra de acordo com os efeitos das economias locais.

Dessa forma, os deslocamentos marcam a vida dos homens no sertão. No sertão nordestino mais ainda por causa do famigerado problema da seca. Nos períodos de estiagem levadas de nordestinos migravam do sertão em busca de melhores condições de vida. Durante o período da Segunda Guerra, a seca foi mais um elemento que auxiliou na campanha de recrutamento no Nordeste. Com o objetivo de dirigir esses deslocamentos, recrutar a mão de obra e transportá-la para os seringais, a CME instituiu o Serviço de mobilização dos Trabalhadores para Amazônia - SEMTA. Ele não estava ligado diretamente nem ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nem ao Ministério da Agricultura. Subordinava-se diretamente à CME e ao poder federal. Funcionou durante 12 meses, dirigido por

---

<sup>13</sup> Para (BENCHIMOL, 1977, p. 155) não há que se condicionarem as fronteiras do sertão apenas em razão da geografia. No sertão, “geografia nômade somando-se com riqueza móvel é igual a deslocamento da fronteira econômica e política”. Desta forma, uma fronteira poderia ser definida por um rio, mas em busca de riquezas o homem avança com o rio ou contra ele.

Paulo Assis Ribeiro, engenheiro e geógrafo, em 14 de setembro de 1943 foi substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia – CAETA e em dezembro do mesmo ano foi extinto. O Serviço foi criado em 1942, como parte dos acordos de Washington e teve suas atividades iniciadas no ano de 1943. Dessa forma, o Estado se responsabiliza pelo controle, recrutamento, hospedagem, alimentação, distribuição, e transporte dos migrantes.

Em acordos bilaterais assinados com o Brasil em Washington em março de 1942, os Estados Unidos criaram um fundo de cinco milhões de dólares para melhorar a qualidade da borracha produzida na Amazônia, e uma quantia similar para financiar um programa de saúde e saneamento nas áreas produtoras de borracha. (MCCANN, 1974, p.267-268; MOURA, 1980, p.167-168 apud GARFIELD, 2009, p. 36).

Entre as pessoas envolvidas no projeto de estruturação do SEMTA estavam o médico sanitário Manoel Ferreira, especialista em Malária, autor de artigos sobre a medicina preventiva e o valor econômico da saúde; Capitão Jeová Mota, deputado pela Ação Integralista Brasileira – AIB e chefe da Legião Cearense do Trabalho; Padre Helder Câmara, bastante próximo da AIB na época; o arquiteto Vital Brazil; o jurista Thiers Martins<sup>14</sup>, Hyder Correa Lima, diretor do escritório do SEMTA em Fortaleza, além de Paulo Assis Ribeiro e outros representantes do saber médico, científico e religioso da época.

A portaria Nº 28, que funda o SEMTA, elenca quatro pilares para a criação do serviço: o necessário povoamento da Amazônia; a situação de seca dos Estados Nordesteiros, que geravam uma reserva de mão de obra; a necessidade de organização dos transportes entre o Nordeste e o Vale Amazônico; e a assistência obrigatória à família do trabalhador. Reuniria, ainda, os elementos principais que já povoavam as construções das narrativas sobre o trabalhador nordestino: seca, trabalho, família e migração. Uma receita que já era bastante antiga, mas que durante o Estado Novo ganhou ares de prioridade de governo.

---

<sup>14</sup>Existem outros nomes envolvidos na criação do SEMTA, Henrique Dória Vasconcelos, Coronel Lima Câmara, Oscar Saraiva, entre outros.

Para descrever e narrar historicamente a criação do SEMTA, Paulo Assis Ribeiro escreve o Livro Histórico do SEMTA<sup>15</sup> – Volume 1 de 30 de novembro de 1942 a 31 de maio de 1943. Ele aparece quase na forma de um diário de campo relatando por meio dos dias a criação e o desenvolvimento das atividades relativas ao SEMTA. Seu rascunho bruto, com algumas correções ficou no arquivo pessoal de Paulo Assis Ribeiro que foi doado por sua esposa ao Arquivo Nacional. No livro ele aponta que as soluções para os problemas da escassez de alimentos deveriam ser encontradas no âmbito nacional, se faltavam oportunidades para os trabalhadores no Nordeste a saída moderna deveria ser a redistribuição dessa mão de obra, aliando planejamento, cientificismo e religião.

Na introdução, Paulo Assis Ribeiro fez um histórico dos governos republicanos que investiram de alguma forma na migração, dando maior ênfase ao decreto de Rodrigues Alves, em 1912, no qual foi planejada a construção de hospedarias para imigrantes, melhorias nas estradas de ferro e obras para facilitar a navegabilidade. Entretanto, para o diretor do SEMTA, não há nesse decreto um intuito “primordial” para estimular a migração “dentro das bases seguras e eficientes”.

As correntes migratórias se processam debaixo de estímulos de caráter econômico e social. Os que migram por espírito de aventura, não se fixam permanentemente a terra, trazendo descontinuidade a marcha da economia, pela não estabilidade da mão de obra<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup>Fundo Pessoal Paulo de Assis Ribeiro. Livro Histórico do SEMTA – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. AP 50. Cx 4. Doc:

<sup>16</sup> Livro Histórico do SEMTA - Volume 1. p. 4.

Ou seja, faltava ainda o elemento social da migração. Não à toa, deveriam ser criadas possibilidades não apenas para levar os trabalhadores aventureiros. Mas para arraigá-los a terra e possibilitar seu desenvolvimento e estabelecimento. Cabia ao Estado intervir diretamente no processo migratório, a fim de garantir a fixação das famílias a terra.

Em declarações ao jornal **Correio do Ceará**<sup>17</sup>, João Alberto, Ministro do Governo Vargas e coordenador da CME, afirma que era necessária a fixação dos trabalhadores migrantes em pequenos núcleos de colonização<sup>18</sup> ao longo dos rios. De Nova York o ministro garante que “não seria justo deslocar os trabalhadores nordestinos e atirá-los na floresta, sem proteção eficiente e sem um programa equilibrado”: por isso era imprescindível à criação de centros de agricultura intensiva, escolas, hospitais, e todos os serviços básicos para evitar o nomadismo dos trabalhadores. Mas tudo isto deveria ser executado dentro de pouco tempo.

A partir de 1938, Vargas institui uma política demográfica incentivando as migrações de interiorização do Brasil. A marcha para o Oeste tinha o compromisso de ocupar as regiões com baixas densidades demográficas e mais afastadas dos centros administrativos. De acordo com Lenharo (1986), a política geral de colonização do Estado Novo foi “estrategicamente centrada sobre a criação de colônias agrícolas no interior do país, nas áreas ditas ‘vazias’”. Ainda segundo o autor, esse binômio campo/cidade, durante o Estado Novo, era muito “esquizofrênico”: no campo estava a retaguarda de mão de obra do País e as cidades eram tomadas como o referencial da modernidade e civilização. Entretanto, a cidade necessitava da produção do campo e o campo dos serviços da cidade. Em um pronunciamento feito em 1º de maio de 1941, Vargas assegura que a “redenção do sertão” e a “revalorização da Amazônia” são elementos essenciais do programa

---

<sup>17</sup>Jornal Correio do Ceará, 23 de dezembro de 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC.

<sup>18</sup> Um exemplo de migração colonizadora estabelecida na região Amazônica foi a *fordlandia* fundada em 1927. A *Fordlandia*<sup>18</sup> foi uma tentativa da empresa norte-americana Ford de estabelecer a extração da borracha no sistema de *platações* para o abastecimento autossuficiente da indústria automobilística. “O fordismo trazia a civilização em meio às ruínas do passado, pois a cidade dispunha de água, luz, hospital, escola [...]” (GUILLEN, 2009, p. 120). Entretanto, a colonização ficava nas mãos da iniciativa privada e neste caso estrangeira.

do governo para “dar ao Brasil a prosperidade e cultura que merece”<sup>19</sup>. Gerenciar a migração dos trabalhadores nordestinos para a região Amazônica era uma forma de amparar o sertão e de incorporar a floresta ao projeto civilizador. Era a “solução dos problemas” do sertão e a retomada da escrita da história da Amazônia, “terra sem história”<sup>20</sup>.

Para (LENHARO, 1986), o lema da campanha: “O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste”, significava:

“A construção da Marcha atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal os canais de participação coletiva estariam vedados”. (LENHARO, 1986, p.15).

O verdadeiro sentido da brasilidade estaria no sertão e a Nação só poderia alcançá-lo com a incorporação deste ao Estado. Aos trabalhadores caberia o papel de colocar em prática a colonização por meio da migração e da utilização de seu trabalho, mesmo em detrimento de seus direitos políticos.

O debate sobre a utilização da mão de obra dos trabalhadores presente no Governo Vargas remonta a discussão relativa à incorporação de padrões internacionais trabalhistas colocados na conferência da Organização Internacional do Trabalho em Havana, 1940. Um documento elaborado pela Comissão de Mobilização Econômica<sup>21</sup> faz referência às políticas de radicação do homem ao solo, defendidas nesta conferência e como o Brasil poderia dar uma resposta a elas. O eixo principal era inserir essa mão de obra no mercado de trabalho, tornando-a mais moderna, competitiva e produtiva.

A saída seria a fusão de dois conceitos que haviam sido tratados até então, segundo a CME, de forma separada – Migração e Colonização, ou seja, uma

<sup>19</sup>Discurso Getúlio Vargas em 1º de maio de 1941. VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, vol. 8 (1940 - 1941)

<sup>20</sup>CUNHA, Euclides da **À margem da história: Euclides da Cunha**.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. Coleções temas brasileiros.

<sup>21</sup>P.R. – C.M.E. – Gabinete do Coordenador – Arquivo nacional. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. AP – 50. CX 4. Doc:

“imigração colonizadora”, dirigida pelo Estado, criando núcleos de povoamento<sup>22</sup> organizados inicialmente pelo poder Federal. O documento produzido pela CME sobre as possibilidades de fixação do trabalhador a terra, ainda traz o “passo a passo” para a elaboração do povoamento dirigido em determinadas regiões.

Resumindo os objetivos do plano de nucleamento proposto, temos então que o mesmo visa:

- a) Criar núcleos de população disseminados na Amazônia, de preferência nas regiões de maior produtividade da borracha.
  - b) Dotar estes núcleos de condições econômicas próprias, de modo a baratear o custo de vida da Amazônia.
  - c) Assegurar aos núcleos assistência médica, assistência educacional e assistência técnica, de modo a garantir aos nucleados um mínimo de civilização compatível com o decoro humano e a vida moderna.
  - d) Organizar a produção local em bases técnicas, assegurar os créditos meios de transporte e trabalho para os nucleados.
  - e) Organizar um sistema de cooperativas de produção e de consumo, de modo a proporcionar aos nucleados o mais alto rendimento de seu trabalho.
  - f) Assegurar um mercado de mão de obra para a exploração da borracha mediante contratos de trabalho entre seringueiros e seringalistas.
- (p. 15. P.R. – C.M.E. – Gabinete do Coordenador – Arquivo nacional. AP – 50. CX 4).

O documento descreve os processos de planejamento, transporte, organização da vida agrícola dos trabalhadores, condições de trabalho, condições sanitárias, financiamento, entendimento com os governos estaduais e com as entidades americanas. São 23 páginas de um verdadeiro plano elaborado sobre o nucleamento dos migrantes e a colonização de novos territórios. O texto produzido pela Comissão de Mobilização Econômica, CME, inicialmente busca diferenciar esta migração que está sendo proposta, da grande migração realizada no final do século XIX, na qual o deslocamento foi levado a cabo pelo Estado, mas a colonização ficou apenas na iniciativa dos particulares, seringalistas que por causa do monopólio comercial envolveram os migrantes em uma rede de impagáveis dívidas e exploraram sua mão de obra sem nenhuma regulamentação.

---

<sup>22</sup>O projeto sobre a criação de núcleos de povoamento na região Amazônica já existia desde o grande fluxo migratório do final do século XIX, a ideia de nucleamentos agrícola não é de fato nova nos discursos do governo.

Por isso, desta vez, caberia ao Estado o papel não apenas de enviar os trabalhadores, mas de traçar um plano econômico e social que garantisse sua sujeição a terra. Benchimol, nesse aspecto, tem uma análise semelhante sobre o processo de migração. Para ele o apelo econômico que, muitas vezes, conduz os fluxos migratórios, desloca o migrante, mas não o fixa a terra. O estabelecimento da agricultura, da posse da terra e a migração da família são os elementos que auxiliariam na amarração do migrante. Mas, para ele, “Seringa não rima com roça, nem tampouco com família” (BENCHIMOL, 1977. p. 198) e o migrante que vem apenas com o sentido aventureiro em busca de riquezas, vem para logo retornar. Nesse caso, mulher é o elemento fixador por excelência, “dá sentindo de estabilização e permanência na terra em uma migração bem dirigida”. (BENCHIMOL, 1977, p. 187). Era a família que levava ao Amazonas “colonos e não transumanes”. (BENCHIMOL, 1977, p.190).

As dificuldades para o estabelecimento de populações na região Amazônica também foram retratadas sob o ponto de vista da nutrição, ou melhor, da falta dela. Ao escrever o Livro **Geografia da Fome**, Josué de Castro<sup>23</sup> se propõe a utilizar o método geográfico para o estudo da fome e da falta de nutrição adequada no Brasil. Ele busca ir além dos estudos biológicos, médicos e higiênicos feitos sobre a temática até aquele momento. Ao analisar o problema da fome, Castro procura fazer emergir as questões sociais e os princípios fundamentais da geografia para “localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam à superfície da Terra”. (CASTRO, 1947). A partir dessa distinção, ele afirma que a fome, na região Amazônica é endêmica, causada pela falta permanente de determinados nutrientes necessários, e que mata lentamente populações inteiras, por isso a mediação do Estado era fundamental nesta região. O homem de fora sozinho nunca iria conseguir extrair da natureza os nutrientes

---

<sup>23</sup> Josué de Castro foi um colaborador teórico das políticas relacionadas à nutrição durante todo o Estado Novo. Ele foi o primeiro diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Órgão criado em 1940 e responsável pela regulamentação das políticas públicas relacionadas à alimentação. Sobre o SAPS ver: FOGAGNOLI, Marcela Martins. “Almoçar bem é no SAPS!”: Os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). Dissertação de mestrado em História Social do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense-UFF, 2011.

essenciais para sua sobrevivência: seriam necessárias políticas públicas que tentassem amenizar os efeitos da fome endêmica.

A discussão sobre as condições da migração de nordestinos para a região Amazônica esteve presente nas obras de muitos intelectuais entre fins do século XIX e início do XX, época do auge da extração da borracha na região. Euclides da Cunha<sup>24</sup>, em visita oficial ao rio Purus, também relata as dificuldades de sobrevivência na região Amazônica.

A expedição de reconhecimento chefiada por Euclides da Cunha tinha como objetivo cooperar para a demarcação de limites entre o Brasil e o Peru, mas ao retratar a região, ele passou da observação da natureza e da geografia para as denúncias relacionadas às condições de sobrevivência dos migrantes. Condenou veementemente o regime de trabalho nos seringais, o qual denominou martírio. Antes da admiração e do entusiasmo esperados pelo autor de **Os Sertões**, ao desembarcar no Amazonas, seu sentimento foi de desapontamento. Euclides da Cunha pondera que o migrante nordestino, em busca de riquezas, migra para a Amazônia, mas sofre demasiado por causa da exploração de seu trabalho. O trabalho na seringa, para Cunha, é realizado no Vale Amazônico para “ferir e matar o homem e a árvore” e o seringueiro é um “homem que trabalha para escravizar-se”

O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e defronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes que o iludiram. (CUNHA, 2009, p.55).

---

<sup>24</sup> Euclides da Cunha foi para a região amazônica em 1904, para chefiar a equipe brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus. Em carta escrita ao amigo o amigo José Veríssimo, Euclides da Cunha explica que sua ida para a Amazônia seria "um meio admirável de ampliar a vida, o de torná-la útil e talvez brilhantíssima. (...) Que melhor serviço poderei prestar à nossa terra. Além disso, não desejo a Europa, o *boulevard*, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada, a vida afanosa e triste de pioneiro." IN: GUILLEN, Isabel. Euclides da Cunha para se pensar a Amazônia. <http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz9.htm>. Acessado em 05 de maio de 2013. O que podemos destacar na análise de correspondência que Euclides envia ao amigo referindo-se aos preparativos da viagem é um “imenso desejo de se integrar na solidão desse imenso deserto, sinônimo que ele a todo momento emprega para se referir à floresta”.

A questão da sobrevivência dos migrantes na região Amazônica causa polêmicas entre intelectuais conhecidos nacionalmente e entre os locais. Rodolfo Teófilo, farmacêutico e escritor cearense de orientação realista-naturalista, no livro **A Fome**<sup>25</sup>, de 1890, afirma que o migrante encontraria apenas sofrimento no Amazonas por que “lá o esperava o trabalho e a doença” (TEÓFILO, 1979, p. 198). Compartilhando dessa mesma visão menos paradisíaca do Vale Amazônico, e em um período temporalmente próximo, Alberto Rangel publica a obra *Inferno Verde*, em 1907. Uma representação literária da Amazônia brasileira do início do século XX. Em uma oposição clara à ideia de paraíso, Rangel<sup>26</sup> narra a história de Gabriel, um caboclo que tem sua pequena propriedade improdutiva cobiçada por um grande latifundiário cearense. Percebemos a imagem do cearense incorporada na narrativa sobre o Amazonas, seja como flagelado, manso, brabo, paroara ou homem enriquecido e explorador.

No trabalho de Leandro Tocantins<sup>27</sup>, escrito em 1960, a descrição do seringal o compara com a casa-grande e a senzala: “o seringal, sede à beira do rio, possuía sua casa-grande – o barracão, mesmo tosco – e a senzala: toda a selva”. Ainda para Tocantins, “sol, terra, seca, retirante” constituíam os elementos formadores da “geografia do infortúnio”. (TOCANTINS apud LACERDA, 2006, p. 52). Com regimes de trabalho exploratórios, sem condições de estabelecerem suas propriedades agrícolas e com graves dificuldades de abastecimento e produção de alimentos, a forma de vida nos seringais<sup>28</sup>, cuja produção estava ligada ao modelo de exploração econômica para a exportação, não rimava nem com roça, nem com

<sup>25</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras: 1979. A produção literária de Rodolfo Teófilo é riquíssima em referencia aos “infortúnios” vivenciados pelos cearenses, principalmente, a seca e a migração. Sobre a produção literária de Teófilo ver: NETO, Isaac Ferreira do Vale. *Batalhas da Memória: A escrita militante de Rodolfo Teófilo*. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Ceará, 2006.

<sup>26</sup> É importante destacar, como nos alerta (SCHWARCZ, 1992 apud GUILLEN, 2006) que a literatura desta época tem bastante influência das conclusões científicas relacionadas ao darwinismo social, ao determinismo geográfico e às discussões raciais em voga no fim do século XIX e início do XX.

<sup>27</sup> Leandro Tocantins foi quem reuniu os textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, em um volume intitulado: *Um Paraíso Perdido*. Euclides da Cunha faleceu em 1909. A publicação do livro, *À Margem da História*, resultado desta sua experiência no Amazonas foi póstuma e muitos outros textos inéditos ou não ficaram fora desta publicação.

<sup>28</sup> É fundamental destacar que os modelos de trabalho e as experiências migratórias não eram as mesmas. As ocupações eram diferentes no Acre, Pará e Amazonas. Além do que, nem todos os migrantes nordestinos ficavam nos seringais, muitos dele iam para as zonas urbanas buscando outras relações de trabalho.

família<sup>29</sup>. Como álibi às políticas migratórias o binômio seca/migração é recorrente nos documentos oficiais.

## 1.2 Filhos ausentes

---

<sup>29</sup>Para desconstruir essa imagem de inferno verde muitos autores autóctones dedicaram-se a produzir uma imagem da Amazônia mais amena e paradisíaca, ressaltando suas belezas e características da natureza. A mesma Amazônia do ponto de vista da geografia, mas da literatura, não. Alfredo Ladislau, **Terra Imatura**; Raimundo Morais, **Na planície Amazônica**; Nuno Vieira, **Terra de Incamiaba**; principalmente durante o início do século XX.

Tomamos como foco de investigação, de um lado, o trabalho concebido como aspecto central do processo de integração dos migrantes rurais a uma sociedade urbano-industrial<sup>30</sup>; de outro, a família e o grupo de parentes que orientam a participação no novo universo sociocultural, promovendo a reelaboração das decisões que norteiam o deslocamento no espaço social. Desse modo, é importante notar que a migração, proposta pelo SEMTA e pelos órgãos reguladores do Estado, não se apresenta como um desligamento da família de origem, pois, trata-se, em muitos casos, de pessoas que se deslocam para mais tarde trazer o restante da família ou de pessoas que migram a partir de relatos de outros familiares que também migraram. O discurso da migração durante o Estado Novo, antes de representar uma ruptura total com o lugar de origem, guarda um elo essencial, a família. A decisão de migrar, nesse caso, passa muitas vezes, pelo crivo familiar.

Ao analisar o movimento migratório de argelinos para a França, o sociólogo Abdalmelek Sayad, esclarece que a migração é compartilhada coletivamente por três elos principais. A sociedade de onde ele parte – emigra; a sociedade para onde ele se dirige – imigra e o próprio migrante. Partindo deste mesmo entendimento, ao falarmos de migração entre o Ceará e o Vale Amazônico, além dos interesses locais dos governos dos estados do Nordeste, que buscavam solucionar os problemas da seca e amenizar os conflitos sociais; dos governos da região do Vale Amazônico, em busca de mão de obra barata para a extração da borracha e até do governo federal em implementar seu projeto colonizador e cumprir as determinações dos acordos internacionais; temos que levar em conta a rede de sociabilidades em torno da qual o migrante decide se deslocar, entre elas, a família.

Não há que se relativizar o impacto destes três elos no processo migratório, muito menos que menosprezar o papel do Estado varguista na campanha de mobilização dos trabalhadores; mas, ao contrário, pensar a migração como um todo articulado, além apenas do polo que expulsa e do polo que atrai. A migração orienta-se dentro de um universo de relações pessoais, que, segundo a

---

<sup>30</sup>DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade – A vida rural e a migração para São Paulo**. Coleção Debates. Editora Perspectiva: São Paulo, 1973.

antropóloga Eunice Durham<sup>31</sup> (1973), exige uma análise das relações do grupo doméstico formado pela família como um passo fundamental para a análise das condições sob as quais se processa a migração. Ainda de acordo com Durham (1973), no Brasil rural o trabalho agrícola foi e é, essencialmente, uma atividade familiar e coletiva. Dessa forma, a decisão de migrar e buscar trabalho em outras terras também passa pela necessidade familiar e desenvolve-se a partir de uma teia de reconfigurações e reelaborações do espaço.

Na análise de Benchimol (1977), há dois casos que devem ser levados em consideração nas relações entre família e migrante. Se este veio apenas buscando a fortuna, veio “de bonito ou pelo espírito aventureiro”; sozinho, provavelmente logo irá retornar. A família, a mulher ficava puxando-o para traz, ele vinha, mas com a intenção de voltar. O que ele chamou de Transertanismo<sup>32</sup>, uma doença que dá no migrante cearense, como o banzo nos escravos africanos. Uma saudade que o impedia de seguir em frente. Em muitos depoimentos o autor observa que “em todos os casos de mansos<sup>33</sup> entrevistados que voltaram ao Ceará, foi sempre em virtude da família que haviam deixado”.

“A minha família está no Macauzinho querido. Eu estou lá também”. “Família é pai, mãe, irmãos. A gente tendo eles junto não se preocupa com nada”. “São duas coisas que não me deixaram esquecer o sertão: meu cavalo e minha mãe”. “Quando a família se acaba ou vem todo o pessoal, não tem esse negocio de terra. Onde se estiver, se está bem”. “Fui atrás de um resto de sangue”. “Quis matar a saudade do meu pessoal”. “Tava com vontade de ver minha gente”. (BENCHIMOL, 1977. p. 186-190).

Ao contrário do retorno dos Brabos, aqueles que não conseguiam se adaptar ao lugar, a volta dos mansos para seus lugares de origem não era de esperar, já que estes estavam mais acomodados e sedentarizados no território. Assim, Benchimol (1977) conclui que transportar um homem sem sua família é fazer uma migração efêmera, agravada pelo fato de que o extrativismo da borracha não

<sup>31</sup>Eunice Ribeiro Durham é antropóloga social e professora da Universidade de São Paulo (USP). Possui uma considerável produção acadêmica brasileira com trabalhos sobre família, migração e movimentos sociais nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

<sup>32</sup>BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Um pouco – antes e além – depois, 1977.

<sup>33</sup>Manso era o nome dado, na Amazônia, aos cearenses que haviam se adaptado ao trabalho e ao território.

favorecia a formação de núcleos familiares e de povoamento, conseqüentemente a civilização. Os homens que lá chegavam retornariam, se tivessem a oportunidade.

Assim, da mesma forma que a borracha, “cuja propriedade característica é aquela de possuir uma ‘memória’ de sua forma, e de recuperá-la após ter sofrido uma deformação” (ARAÚJO, 1998), o migrante cearense, mesmo após o estabelecimento no Amazonas, não rompia o elo familiar e/ou social que o ligava ao seu lugar de origem e ficava tentando recuperar sua “forma anterior”, retornar às suas origens.

Nas cartas escritas pelos trabalhadores que foram para a Amazônia, em 1943, para Regina Chabloz, diretora do núcleo Provisório de Famílias do Porangabussu, é muito recorrente a preocupação com seus dependentes, mulheres e filhos.

[...] antes de embarcar fiz a ficha de família, então pra minha mulher ir pro pouso, como então pesso a Snª que mande-me um aviso a este fim. Como também pesso que o SEMTA, não falte com o socorro social para ela”. “Venho com esta ainda uma vez recomendar aminha filinha Macleta, seio que ela estar bem colocada e tem todos os confortos necessários”. “[...]Snra a recebe uma carta que foi a 13 deste, com o fim de saber si v.c. recebe, para mi comunica sabre a família[...]”. “[...]voei viajar amanhã pesso a v. mce. Providencia a minha família ahi pouzo porangabussu [...]”. “Exahi minha espoza que fica sob direção da nobre senhora juntamente a 2 filhos homens”. “Mandarei outra carta não esquece da minha família”. “Confio inteiramente na sra pois é mãe e sofre da mesma separação de sua filhinha não achas?”. “Dona Regina der noticia nan minha Snra vou com saudi lambransia para ela e ela abensoi a minha filinha para mim e beijinho nela”.<sup>34</sup>

O Núcleo Provisório de famílias do Porangabussu foi criado em 1943 e tinha como finalidade receber as famílias dos trabalhadores que foram para a Amazônia e escolheram a assistência familiar total. Sua diretora era Regina Pessoa Frota Chabloz, na época, esposa do pintor suíço Jean Pierre Chabloz, responsável pelo departamento de propaganda do SEMTA.

Mas se o migrante veio banido pela seca, à procura de trabalho e melhores condições de vida, “mode da fome a e seca”, trouxe a família e terá mais dificuldades para regressar. A família funciona como um elemento fixador do

---

<sup>34</sup>Cartas acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC.

migrante à nova terra e um empecilho ao seu retorno. Com suas famílias, os migrantes podem ser comparados às “plantas que são tiradas de uma terra para outra com todas as suas raízes”<sup>35</sup>, enraizar-se-ia as novas terras e não teria motivo algum para retornar.

O problema, é que grande parte das vezes a família está trocando um flagelo por outro. Para Benchimol (1977), se a mulher cearense viesse acompanhando o marido em melhores condições para seu estabelecimento haveria a possibilidade de um processo “colonizador” e “civilizador” mais eficaz da Amazônia. Em suas entrevistas com as mulheres que haviam migrado para o Amazonas<sup>36</sup>, ele percebe um desgosto e uma revolta por terem ido. Ao falar da mulher, um seringueiro afirma: “Minha mulher veio como quem puxa um bode pra beira da água”. Nos relatos das próprias mulheres vemos:

“Não haverá mais sossego para mim numa terra em que eu não conheço ninguém”. “Eu não queria vir, foi ele quem me abrigou”. “O jeito que teve foi vir com meus quatro filhos”. “Bem que eu não queria vir”. “Prefiro morrer de fome na minha terra”. (BENCHIMOL, 1977. p. 187-197).

Em outra entrevista, a mulher fala de seu marido que ficou paraplégico: “Bem que eu não queria vir. Bem feito para ele não ser teimoso. Agora não ponho mais o pé em uma canoa, nem que me matem! Daqui só para trás”. Ou seja, o único deslocamento que ela ainda realizaria era o seu retorno à terra natal. Desta forma, o pesquisador manauara afirma que a seringa “não se dá com mulher”, é um local de solidão, que repele o amor e que esse elemento pode ser percebido nos romances que se passam no Amazonas. (BENCHIMOL, 1977).

O povoamento da região deveria estar relacionado a uma nova dinâmica de trabalho que proporcionasse o estabelecimento das famílias, que estivesse ligada à exploração racional da terra e não ao extrativismo. A dinâmica de trabalho extrativista impossibilitava o estabelecimento das unidades de povoamento. O

---

<sup>35</sup>Homens para a Borracha. **O observador Econômico e Financeiro**. n. 88, p.32 – 44, citação p. 40. In: Guillen, Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva: Histórias de migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 225.

<sup>36</sup>Benchimol afirma que era muito mais constrangedor entrevistar as mulheres por que estas sempre estavam rodeadas de filhos e na presença dos maridos. Isso dificultava a aplicação dos inquéritos e a entrevista.

contraditório é que os trabalhadores que foram mobilizados para o Vale Amazônico para trabalhar na extração da Borracha e, ao serem colocados nos seringais, ficavam sob o julgo de particulares seringalistas. O Estado não intervinha para a realização dessa “ocupação dirigida”. Desta feita, o passo a passo descrito no documento da CME e também ressaltado na análise de Benchimol (1977) não saía do papel. No discurso, o SEMTA controlava o recrutamento, o transporte e a assistência às famílias, mas chegando a Belém, e colocado os trabalhadores nos seringais, o Estado se eximia da responsabilidade da migração dirigida. A urgência da guerra substituíu o plano de nucleamento das famílias pela mobilização de trabalhadores. As críticas feitas pelos dirigentes do processo de mobilização ao processo migratório dirigido no século anterior, com a colonização deixada ao cargo dos particulares, se repetem na migração da Batalha da Borracha, em 1943.

Nos discursos, a migração colonizadora, resolveria o problema do “despovoamento”<sup>37</sup>, da colonização do território Amazônico e da reserva de mão de obra no Nordeste. Era a saída definitiva para a incorporação econômica e social da Amazônia. Segundo Vargas,

“Nada nos deterá nessa arrancada, que é, no século vinte, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra, e, equiparado aos grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização”. (Vargas, Discurso do Rio Amazonas – 1940 IN: Livro Histórico do SEMTA).

Um pouco mais de um ano após o “discurso do Rio Amazonas”, como ficou conhecido este discurso de Vargas proferido em Manaus, os japoneses bombardearam a base America de Pearl Harbor, tomaram as ilhas do Pacífico e cortaram o fornecimento de cerca de 80% da borracha que abastecia a indústria

---

<sup>37</sup>É importante ressaltar que o termo terras despovoadas é bastante utilizado por Vargas e pelos representantes de seu governo, mas, mesmo com uma baixa densidade demográfica, as regiões do Vale Amazônico não eram despovoadas, nem desabitadas. A utilização desse discurso tinha relação com a busca de colonizar o território e levar o aparato burocrático do Estado para a região Norte do Brasil.

bélica dos países Aliados<sup>38</sup>. De acordo com o Livro Histórico do SEMTA, todos os esforços nacionais deveriam se concentrar na Batalha da Borracha, que se apresentava ao Brasil por dois aspectos: “um material, que está no abastecimento da indústria de guerra [...]. O outro no cumprimento [...] dos princípios essenciais e inalienáveis do Direito Internacional”. Porém, o inimigo da Batalha da Borracha não era apenas os países do Eixo, de acordo com o Livro Histórico do SEMTA, o inimigo era também o “espaço imenso e despovoado” que impedia a criação de uma “civilização única e rica”. Para esse objetivo, havia a predestinação dos nordestinos, que retomavam a cruzada de tantos anos e continuavam se dirigindo à Amazônia.

Aqui os migrantes nordestinos assumem a função de desbravadores, colonizadores e não apenas flagelados e miseráveis em fuga das secas. Encontramos um elo entre os discursos do Estado Varguista e também de Samuel Benchimol, que realiza suas entrevistas justamente entre os anos de 1942 e 1943, período de funcionamento do SEMTA. Para construir seu trabalho, caracterizado por ele como ensaio antropogeográfico, Benchimol utilizou o inquérito como método e a entrevista como processo de investigação. Ele vai além e conclui a partir de sua observação, que não há apenas a importância dos nordestinos, bem como “a superioridade do imigrante cearense é flagrante. Quando se fala com ele sente-se estar na presença de algo estranho e inacreditável em sua personalidade de homem livre”. (BENCHIMOL, 1977. p.180).

Em muitos momentos de sua obra percebemos que o termo cearense aparece entre aspas. O “cearense” para Benchimol era utilizado para designar todos os migrantes nordestinos, não apenas por eles representarem a maioria numérica dos migrantes, mas também evocando uma tradição amplamente difundida na literatura e na historiografia da ligação entre Ceará e Amazonas, “as duas regiões se completam reciprocamente, dando numa permuta generosa de vida e trabalho, de população e riqueza<sup>39</sup>”. O governador do Pará no início do século XX ainda afirma

---

<sup>38</sup>Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Livro Histórico do SEMTA – Volume 1. p.8. Cx4.

<sup>39</sup>Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 1 de fevereiro de 1901. Belém imprensa oficial, 1901, p. 72. In: LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889 – 1916). Tese de doutoramento do programa de pós-graduação em história social da Universidade de São Paulo, 2006.

que a migração de cearenses para a Amazônia não poderia ser considerada um “exílio” tanto pelas “estreitas relações” entre as duas regiões como pelo “pronto regresso” à terra natal. Rodolfo Teófilo também afirma com relação ao Amazonas que “o cearense considera aquela região como um prolongamento de sua terra”. (TEÓFILO, 1980 apud BARBOZA, 2005).

Benchimol ressalta que muitos migrantes foram para a Amazônia por já possuírem algum parente ou conhecido que também havia migrado, ou seja, havia no cearense uma experiência migratória de travessias e aventuras, que chegavam ao Ceará por meio de boatos ou histórias de famílias<sup>40</sup>. Completando assim o que Benchimol chamou de ciclo imigrantista do cearense: “Flagelado, Retirante, Brabo<sup>41</sup>, Manso. E talvez Paroara<sup>42</sup>”.

Em 1899, Rodolfo Teófilo escreve o livro **O Paroara**, uma contundente crítica à figura do migrante aliciador, que retornava a sua terra natal no intuito de convencer outros homens a também migrarem para a Amazônia. No romance, o paroara se utiliza de várias artimanhas e promessas no convencimento de seus semelhantes.

A maior força de convencimento, portanto, não estava necessariamente em suas falas sobre uma Amazônia sedutora, mas em seu *exemplo*, como um *igual* que conseguira prosperar em outras terras, e que naquele momento retornara para que seus patrícios pudessem seguir um caminho similar. (CARDOSO, 2011, p. 24)

Ao chegarem à Amazônia, no entanto, os novos migrantes se deparavam com uma realidade bastante diferente do que lhes havia sido prometido: doenças, endividamento, exploração de trabalho, insalubridade. Era isso o que esperava o migrante iludido pelas palavras do paroara. Este era o vínculo entre o Ceará e o Amazonas, o migrante de retorno.

---

<sup>40</sup>Para compreender melhor a discussão sobre a importância da ancestralidade dos fluxos migratórios ver: Cardoso, Antônio Alexandre Isídio. *Nem sina, nem acaso [manuscrito]: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*, 2011.

<sup>41</sup>Brabos era a forma como chamavam os migrantes que não se adaptavam à região Amazônica.

<sup>42</sup>Paroara era o migrante bem sucedido que retornava ao seu local de origem para aliciar novos migrantes a irem para o Amazonas.

As experiências de migração podem ser percebidas dentro da construção das histórias e estórias compartilhadas, que conformam uma mesma comunidade narrativa. Tanto em *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, o migrante nordestino é o principal personagem na narrativa. A migração e o deslocamento constituem elementos essenciais das narrativas sobre o sertão. E mesmo com a identificação pela historiografia e dois grandes fluxos migratórios de nordestinos para o Amazonas, um no fim do século XIX e o outro em 1942/43, essas experiências migratórias podem ser bastante observadas em diversos períodos. Não é sem razão que Josué de Castro, um dos principais teóricos da fome no Brasil, dedica seu livro, *Geografia da fome*, à Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida- “romancistas da fome no Brasil”- e à memória de Euclides de Cunha e Rodolfo Teófilo – “sociólogos da fome no Brasil” todos estes escreveram sobre os sertanejos e suas experiências de migração.

Ao analisar o romance *Iracema* de José de Alencar, o professor Regis Lopes destaca que a saudade é mote na construção da narrativa. Alencar morava no Rio de Janeiro e já na dedicatória do livro deixa explícita sua saudade, “À Terra Natal, um filho ausente”, para (RAMOS, 2008, p. 288) “o motor do romance também estava na saudade e Alencar, dizendo-se um filho ausente, não escondia isso de ninguém”. A ideia da partida está presente dentro de toda a narrativa, mas na cena final do livro percebemos essa relação entre partida e saudade, ruptura e permanência. Para Ramos:

Iracema havia morrido. Dela restavam Moacir e o coqueiro que marcava seu túmulo, nas margens do rio que, depois, seria chamado de Ceará. Permanecer seria, talvez, insuportável para Martim. Sua única alternativa, deixar a terra onde só havia saudade. (RAMOS, 2008, p.286).

Moacir, filho de Iracema e Martin, o primeiro cearense, fruto da fusão entre o índio e o português era afinal um migrante. “O primeiro cearense, ainda no berço, emigrava da terra pátria. Havia aí a predestinação de uma raça?”. (ALENCAR Apud RAMOS, 2008, p 286). O questionamento de Alencar é muito sugestivo na construção da ideia do cearense como migrante essencial. Aquele que

por infortúnio tem que deixar suas terras e sofrer com a saudade. No mito fundador de criação do que é ser cearense está presente a migração.

Getúlio Vargas, ao se referir ao cearense, em um discurso preferido em Fortaleza logo após o “discurso do Rio Amazonas”, afirma:

“adaptou-se à nova vida, avançou através da mata virgem, foi o pioneiro da Amazônia, afrontando perigos sem conta, audaz, heroico, persistente. Embrenhado na floresta, foi ter aos confins do Brasil, reivindicando a Pátria e incorporando à soberania nacional cerca de 200.000 quilômetros quadrados – todo território acreano. Essa obra é vossa, cearense”<sup>43</sup>.

No discurso, Vargas classifica como feito heroico a incorporação do território do Acre e elege o cearense, evocando sua experiência migratória, como protagonista da busca pela brasilidade e da expansão dos domínios do Estado nacional. “Da seca à conquista” (LENHARO, 1986, p. 98), o cearense deveria por meio da utilização de seu trabalho fazer parte da edificação do corpo da Pátria, o seu destino histórico estava associado à colonização do território nacional.

Para dar continuidade ao plano de migração colonizadora, durante os anos de Guerra, era necessário que o Estado desse um lugar de destaque para a família de todos os trabalhadores migrantes. Por isso, o SEMTA procurou regulamentar, a partir de documentos oficiais, a política do Estado com relação à assistência à família dos soldados da borracha.

---

<sup>43</sup> Getúlio Vargas, discurso em Fortaleza, 1940. IN: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, vol. 8.

### 1.3 “Não esqueça da minha família”

“Vou mimbora para Amazônia. Adeus princesa do Norte, adeus. Quem parte, parte chorando. Quem fica chora de dor. Adeus, adeus, adeus. Adeus todos meus amor. Quem parte leva saudade. E deixa saudade pra alguém que fica chorando de dor. Vou mimbora pra Amazônia. E Deus vai me levar”<sup>44</sup>.

Seu Justino de Souza, mais conhecido como Justino Perna, afirma que ele juntamente com outros trabalhadores, soldados da borracha, iam durante a viagem para o Amazonas fazendo músicas para aliviar a saudade de suas famílias. Muitos como chefes da família deveriam prezar pela garantia do cuidado que o

---

<sup>44</sup> (Cantiga feita por Justino Antonio de Souza, Justino Perna, e outros Soldados da Borracha quando saíram de Tianguá e cantada no documentário Soldados da Borracha).

Estado teria com seus dependentes enquanto eles estivessem fora. O Estado, nesse caso, deveria assumir o lugar de provedor e mantenedor da casa.

As revelações dos excessos cometidos durante o período áureo da borracha, não permitiam encaminhar os trabalhadores da mesma forma que no século anterior. Para minimizar os efeitos desastrosos da experiência anterior, elaborou-se um contrato de encaminhamento que trazia anexadas as cláusulas gerais do contrato e do padrão de trabalho nos seringais. Um contrato para “americano ver”<sup>45</sup>, pois, uma vez que o trabalhador ingressava no seringal, era impossível fiscalizar. Ele representava muito mais um símbolo do que propriamente uma garantia dada pelo Estado aos trabalhadores. O Estado, nos anos quarenta, como afirma Ferreira (1997) tornou-se produtor não apenas de bens materiais, como também de bens simbólicos. O contrato tinha a intenção de valorizar o trabalhador e o elevava ao papel de cidadão socialmente necessário ao Estado. Dessa forma, o Estado varguista “[...] teceu sua autoimagem, induzindo trabalhadores a identificarem-no como guardião de seus interesses materiais e simbólicos”. (FERREIRA, 1997, p. 22).

A “construção da cidadania em novos moldes foi uma das principais tarefas impostas pela política de massa”, de acordo com Capelato. (2009, p. 177). A ideologia do Estado Novo buscava substituir o cidadão/indivíduo do preceito liberal pelo cidadão/trabalhador, membro socialmente útil do Estado. CAPELATO (2009) continua afirmando que, ser cidadão era pertencer a uma totalidade econômica (trabalhar e produzir riquezas), moral (perceber o trabalho como um direito e um dever) e jurídica (possuir algum símbolo regulador do trabalho), que poderia ser a carteira de trabalho ou, no caso dos soldados da borracha, o Contrato de Encaminhamento.

No Contrato, o item “assistência às famílias” indica que seriam creditados dois cruzeiros por dia, por dependente, não superando a quantia de oito cruzeiros qualquer que fosse o número de dependentes<sup>46</sup>. A família do trabalhador que optasse pela assistência do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para

---

<sup>45</sup>SECRETO, Maria Veronica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

<sup>46</sup>Contrato de Encaminhamento dos trabalhadores para a Amazônia. Clausula quarta, 1943.

a Amazônia - SEMTA, mediante o desconto dos vencimentos ou de quaisquer outros proventos obtidos pelo contratado, seria assegurada a continuação da assistência prevista durante toda a vigência do contrato do trabalhador no seringal. Para assegurar a transparência, o valor dessa assistência seria escriturado, mensalmente, na caderneta a ser emitida pelo empregador em forma de lei e dos regulamentos que vigiam.

De acordo com a segunda parte do contrato, o seringalista obrigava-se a entregar ao seringueiro as estradas arrendadas<sup>47</sup> em condições que permitissem sua exploração imediata, forneceria adiantamentos em gêneros alimentícios, peças de roupa e medicamentos de uso comum e ferramentas necessárias ao serviço e à extração de látex, inclusive, arma e munição de caça. Esses fornecimentos, supostamente, não poderiam visar lucro e deveriam ser lançados na caderneta do seringueiro. O seringueiro comprometia-se a trabalhar seis dias por semana, quer na época apropriada a extração do látex, quer no período de entressafra. Toda a borracha produzida deveria ser entregue ao seringalista. Da borracha produzida pelos seringueiros, lhes seria creditados no mínimo 60% sobre o preço oficial que vigorava nas praças de Manaus e Belém. O seringueiro também teria direito aos animais abatidos e poderia cultivar um hectare de terra, livre de qualquer ônus<sup>48</sup>.

O contrato ainda versava sobre a jornada de trabalho que deveria estar de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. Entretanto, a jornada de trabalho em um seringal é definida não apenas pelo ritmo do trabalhador, mas também pelas condições “naturais de processamento do látex que, colhido num dia, não poderia ser defumado no dia seguinte”. (GUILLEN, 2006, p. 113). Dessa forma, segundo Isabel Guillen, o tempo médio de trabalho em um seringal era em torno de 12 horas, ou até mais se pensarmos que as seringueiras eram distantes umas das outras e que o trabalho de extração era bastante demorado.

Os trabalhadores escolhiam entre uma das modalidades de assistência:

---

<sup>47</sup> "arrendamento" era um eufemismo do "aviamento", ou seja, a relação de trabalho era baseada no fornecimento de mercadorias (inflacionadíssimas) em troca de borracha, e a relação com a terra, ou a ideia de arrendamento era regulada por essas demandas (por exemplo, com metas de fornecimento por estrada para conseguir saldo, algumas interdições quanto ao plantio de roçados, compra de mercadorias de outras pessoas, regatões etc).

<sup>48</sup>SECRETO, Maria Veronica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

502-Declaro que opto que meus dependentes diretos só recebam a assistência relativa a eles durante a vigência do contrato de encaminhamento, ficando sua assistência por minha conta quando estiver localizado nos seringais; 503-Declaro que meus dependentes diretos devem ser nucleados de acordo com as condições fixadas para este caso nas cláusulas respectivas de contrato de encaminhamento e subsequentes; 504-Declaro que meus dependentes diretos ficarão para efeitos de receberem a assistência dada pelo SEMTA, aceitando as condições fixadas nas cláusulas respectivas e subsequentes, no tocante à assistência a família; 505-Declaro que meus dependentes diretos ficam sob minha exclusiva responsabilidade<sup>49</sup>.

Somente o item 505 atribuía a responsabilidade pela assistência familiar ao trabalhador mobilizado. Os outros itens traziam três modalidades diferentes de assistência às famílias, todas elas debitadas, de acordo com suas particularidades descritas no contrato, do vencimento dos trabalhadores. No item 502, a assistência às famílias seria garantida somente durante o trajeto dos trabalhadores até Belém. O item 504 garante um auxílio mensal entregue à família dos trabalhadores. O trabalhador que optasse pelo item 503 tinha sua família enviada para um Núcleo de famílias. Aparentemente, o plano englobava a construção de outros núcleos, mas, efetivamente, foram dois<sup>50</sup>. O primeiro, provisório, no bairro do Porangabussu, e sob a responsabilidade de Regina Chabloz. O segundo, Núcleo Permanente do Cocorote, que substituiu o do Porangabussu e era construído em alvenaria e teria recebido famílias somente até 1944, quando o Estado passou a enviar os trabalhadores juntamente com suas famílias para o Amazonas<sup>51</sup>. O bairro do Cocorote era uma região militar que serviu de base para os americanos durante a segunda guerra assim como o Pici, nome que veio das iniciais em inglês de Posto de Comando.

A opção assistência à família ficava no canto esquerdo na parte superior do contrato. Era o primeiro item apresentado (visto que a leitura convencional é feita da esquerda para a direita e de cima para baixo), antes mesmo das cláusulas que

---

<sup>49</sup>Contrato de Encaminhamento, parte do acervo documental do Museu de Artes da UFC.

<sup>50</sup>O Livro Histórico do SEMTA ressalta a possibilidade de ser construído um núcleo para as famílias de trabalhadores em território pernambucano. p. 23.

<sup>51</sup>Relatório CAETA, 1945. CPDOC/FGV. 061.1(811)(04) CAETA/ C33/1945.

regulamentavam sua assinatura, ficava ao lado da fotografia e do número de identificação do trabalhador. Deveria ser preenchida com o tipo de assistência (502, 503, 504 ou 505), a quantidade de dependentes e trazia a assinatura do chefe do departamento de serviço social, Aristóbulo de Castro, responsável pela assistência social do trabalhador e de sua família.

Figura 1 – Contrato de Encaminhamento

ASSISTENCIA À FAMILIA

Tipo de assistência 1 2 3 4 5

Nº de dependentes 5

Assinatura do chefe do departamento de serviço social: Aristóbulo de Castro

Fotografia do trabalhador

Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

IDENTIFICAÇÃO

**CONTRATO DE ENCAMINHAMENTO** Nº 5546

O SEMTA (SERVIÇO ESPECIAL DE MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES PARA A AMAZÔNIA), representado pelo Dr. Paulo de Assis Ribeiro, e Leocádio Caetano de Souza, com 42 anos de idade, natural do Estado do R. G. do Norte, trabalhador agrícola, identificado pelo número acima impresso, ajustaram entre si um contrato para o encaminhamento do segundo aos pontos de apresentação ao Estado do Pará, com o fim de prestar serviços no Vale Amazônico, na extração de borracha ou, quando designado por quem de direito, em qualquer trabalho relacionado com a produção da borracha, sob as condições que se seguem.

Fon  
te:  
Ace  
rvo  
Mau  
c/U  
FC

L

eoc  
adi

o Caetano de Souza, trabalhador com 42 anos, natural do Rio Grande do Norte, identificado no contrato acima com o número 5546, fez a opção pela assistência número 504, garantindo um auxílio mensal pago aos seus cinco dependentes.

A política do Estado Novo era diretamente voltada para os trabalhadores urbanos, principalmente, para os trabalhadores sindicalizados. Os camponeses não receberam diretamente os benefícios da legislação social e trabalhista. Para o historiador Jorge Ferreira (1997), pesquisador reconhecido da chamada Era Vargas, os trabalhadores do campo foram *grandes ausentes do Estado varguista*. De acordo com Alcir Lenharo notamos:

uma descontinuidade entre a legislação social aplicada ao trabalhador urbano e ao trabalhador rural. Somente as legislações extensivas aos acidentes de trabalho e ao salário mínimo atingiram o trabalhador rural. (LENHARO, 1986, p. 45).

Porém, os trabalhadores recrutados assumiram o papel de soldados da borracha, e migrando para a Amazônia, deixaram suas cidades e famílias em “[...] prol de lutarem em outro front de batalha”<sup>52</sup>. É o Contrato de Encaminhamento que fundamenta o discurso de cidadão valorizado e assessorado pelo Estado e possibilita ao trabalhador e as suas famílias a legitimidade também para cobrar o Estado, a partir da assinatura do contrato, os soldados seriam incorporados aos direitos sociais garantidos por este.

Outro bem simbólico ressaltado a partir do contrato de Encaminhamento é a questão da assistência familiar. Esse discurso do cuidado com a família dos trabalhadores era tão presente dentro do contrato que o termo “assistência”, e suas variações, aparecem quase 20 vezes dentro do texto. Como já dissemos para todos os trabalhadores que escolhessem a assistência total de suas famílias era garantida uma vaga no núcleo de famílias.

O Núcleo de Famílias do Porangabussu constitui-se em 1943, ano da Consolidação das Leis Trabalhistas<sup>53</sup> e do início das atividades do SEMTA, órgão brasileiro criado como parte dos Acordos de Washington, o qual tinha como finalidade principal o alistamento, treinamento e transporte de nordestinos para a extração da borracha na Amazônia, com o intuito de fornecer matéria-prima para os aliados da Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>52</sup> Cartilha Rumo à Amazonia. Acervo Jean Pierre Claboz – MAUC/UFC.

<sup>53</sup> Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a CLT das Leis do Trabalho (CLT) encontra-se em vigor desde 10 de novembro do mesmo ano. O seu artigo 1º indica qual a matéria por ela regida: “Esta CLT estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas” - De acordo com o verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, disponível para consulta no acervo virtual do Cpdoc. <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Para GOMES, Ângela de Castro. Em **A invenção do trabalhismo**, “A legislação trabalhista, por exemplo, foi adotada antes mesmo que fosse uma exigência premente dos operários. Assim, por saber antecipar-se às reivindicações sociais, o Estado pode exercer sobre os trabalhadores um controle político muito maior do que se tivesse promulgado aquela legislação sob pressão. Dando antes que lhe peçam ou obriguem, o Estado acaba com a possibilidade de que as forças sociais insatisfeitas se organizem politicamente.”Um dos desdobramentos dessa ideologia, segundo GOMES (2005), é o estabelecimento de relações de reciprocidade, quando o lado dominante é visto como generoso doador de benefícios, o que confere ao outro lado da relação (no caso, os trabalhadores) a posição de receptor desses benefícios. Como agradecimento, este retribui com o reconhecimento obediente da superioridade hierárquica do outorgante.

A construção de *pousos*, locais onde os trabalhadores ficavam até serem enviados para os seringais, era de responsabilidade do Departamento de Engenharia do SEMTA. De acordo com Morales (2002, p. 213), os pousos do SEMTA faziam parte dos planos de “[...] retrazar a cartografia do País remanejando sua população e povoando os espaços considerados vazios [...]”, entre eles, a Amazônia. Além dos pousos, havia também os chamados *núcleos*, neles, as famílias dos recrutados seriam alojadas, aguardando o momento de também serem transferidas para a Amazônia, como foi o caso do Núcleo de Famílias localizado no bairro do Porangabussu, em Fortaleza.

Os pousos não estavam classificados em bens imóveis segundo o Relatório Geral da CAETA de dezembro de 1945. Eles estavam na seção de Benfeitorias. Por isso poderíamos supor que a qualquer momento poderiam ser demolidos. Eram treze pousos nos departamentos Norte e Nordeste. Prado e Tauape, em Fortaleza; dois pousos em Sobral, denominados apenas como Pouso I e II; Um em Iguatú; um em Tianguá; dois em São Luiz (Pousos I e II); um em Croatá, Caxias e Teresina; além do pousos de Bragança e a Hospedaria de Tapanã, ambos no Pará. Apenas o núcleo de famílias do Cocorote, construído no final do ano de 1944, substituto do núcleo de famílias do Porangabussu, está na relação de bens imóveis.

O núcleo para as famílias dos trabalhadores era uma forma de mediar a relação entre a migração dos trabalhadores e a manutenção das famílias. Nele as famílias seriam cuidadas pelo Estado e receberiam toda a assistência necessária, até o retorno de seus maridos, ou até o momento em que estes pudessem levá-las para o Amazonas.

“Nuclear milhares de famílias, a fim de amparar mulheres e filhos dos trabalhadores que seguem para os seringais, dando-lhes sistemática assistência médica e econômica, é obra de caráter inédito pelo seu relevante alcance social<sup>54</sup>”.

Apenas os Núcleos do Porangabussu e o do Cocorote existiram de fato. Havia um plano para a construção de outro núcleo em Pernambuco, mas este não

---

<sup>54</sup> Livro Histórico do SEMTA – Volume 1 – p. 12.

saiu do papel. A assistência propagada aos trabalhadores e às suas famílias foi precária e mal organizada. Um falta de organização que pôde ser percebida em todas as instâncias de funcionamento do SEMTA. O órgão durou apenas um ano e sua dificuldade administrativa repercutiu diretamente na vida de milhares de trabalhadores e de suas famílias.

#### 1.4 O fim do SEMTA

Mesmo que os deslocamentos entre Ceará e Amazonas estejam presentes na construção da história do Ceará<sup>55</sup>, a migração ocorrida durante a Guerra deveria ser mais dirigida e ordenada na tentativa de aliar a migração e a colonização do Vale do Amazonas. Entretanto, a urgência e o curto prazo assegurados pelos acordos bilaterais de Washington e a política colonizadora de longo prazo eram interesses inconciliáveis.

Em uma longa entrevista a um jornal da Bahia, Major Passos, ex-interventor do Acre e ex-presidente do Banco da Borracha em 1943, atesta o que já era claro:

A batalha da borracha é um problema de organização. Organização de seringais, de linhas de suprimento, de transporte, de assistência e, finalmente, de credito. Qual a causa do insucesso? A resposta é uma só: porque o interesse de certos indivíduos e a incompetência de outros mantém a desorganização reinante e levam a descrença a todos, porque a 'quinta-coluna' aproveita esse estado de coisas e 'dirige' seringueiros e seringalistas para os seus objetivos. As mil e uma organizações falando línguas diferentes formavam verdadeira Torre de Babel. O SEMTA, agora substituído pela CAETA, a SAVA, o SESP<sup>56</sup>, o SNAPP<sup>57</sup> e o BANCREVEA<sup>58</sup>

<sup>55</sup> Ver CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem Sina, Nem Acaso**. A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em História Social, do Centro de Humanidades Universidade Federal do Ceará-UFC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social.

<sup>56</sup>O SESP era o Serviço Especial de Saúde Pública, encarregado de prestar assistência médica e sanitária aos soldados da borracha.

<sup>57</sup>Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará, encarregado de transportar os soldados da borracha dos portos de Belém para Manaus, Porto Velho e Acre.

<sup>58</sup>O BANCREVEA é o Banco de Credito da Borracha, vulgarmente chamado de Banco da Borracha. Foi criado no bojo dos acordos de Washington com capital binacional (americano e brasileiro) com o objetivo de fomentar a produção de borracha para o esforço de guerra. Tinha um papel de comprador

não se entendem. O SEMTA traz os nordestinos até Belém e os entrega à SAVA para alimentá-los e encaminhá-los aos seringais. Não sabe o SEMTA se a SAVA possui alimentos e alojamentos disponíveis, nem estes dois sabem se SNAPP pode transportar os homens, bagagens e materiais rio acima, em tempo oportuno. [...] Nenhum desses órgãos oficiais sabe quem o BANCREVEA fez empréstimos, nem quais os seringais já obtiveram ferramentas, utensílios e alimentos. Da aquisição de utensílios e gêneros encarregavam-se os representantes da 'Rubber Reserve' depois 'Rubber Development Corporation', ao invés de representantes do governo brasileiro ou do Banco da Borracha. Fornecem-se os homens como coisas, a quem pedir primeiro, sem saber se os seringais estão preparados para recebê-los, se as ferramentas já chegaram e se há como alimentá-los. [...] Fome. tristeza. Desilusão. (BENCHIMOL, 1977, p. 208).

A Rubber Reserve Company foi criada pelo governo Roosevelt, em 1940, e tinha a missão de estocar borracha crua e ao mesmo tempo desenvolver a produção da borracha sintética. Segundo (GARFIELD, 2009) o governo americano a partir de 1940 começou a centrar grande parte de suas preocupações nas formas de extração e produção da borracha.

[...] um relatório do Conselho de Equipamentos de Guerra do Exército e da Marinha dos Estados Unidos dizia: “parece não haver dúvida de que a borracha é quase tão essencial à defesa nacional quanto a pólvora [ou] os explosivos... a defesa nacional seria colocada em risco se o abastecimento por fontes externas fosse cortado”. (GARFIELD, 2009.p. 24-25).

A partir de 1943, por motivo de conflitos entre “conservadores e progressistas sobre as políticas para obtenção de matéria-prima na Amazônia”<sup>59</sup> a Rubber Reserve Company passou a se chamar Rubber Development Corporation e os contratos com o SEMTA precisaram ser revisados.

Jean Pierre Chabloz<sup>60</sup>, pintor suíço responsável pela propaganda do SEMTA, em carta enviada a Rabnovitch, representante americano responsável pela

---

e aviador maior dos produtos extraídos da floresta, o que era uma das principais crítica dos produtores de borracha, representados no Amazonas pela ACA (associação comercial do Amazonas). Com o fim da guerra e exploração de borracha entra declínio e em 1950, o governo federal cria o Banco de Crédito da Amazônia S/A, depois convertido em Banco da Amazônia, cujas funções estão ligadas ao desenvolvimento e fomento da região amazônica.

<sup>59</sup> Para saber mais sobre esse assunto ver GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. In: **Revista Brasileira de História** [on-line]. 2009, vol.29, n.57, p.19-65. ISSN 1806-9347.

<sup>60</sup>Chabloz chega até o SEMTA, por intermédio dos representantes americanos da RDC. O professor Pedro Eymar diretor do Museu de Artes da UFC relativiza a importância da propaganda produzida por Chabloz na divulgação da campanha de mobilização para a Amazônia. Segundo ele, os cartazes

Rubber Development Corporation, em junho de 1943, descreve as dificuldades em continuar realizando o trabalho de propaganda do SEMTA e enfatiza sua vontade de deixar o serviço. Ele fala sobre a visita de Zulszipin, muito provavelmente outro enviado americano, que vindo de Belém lhe falou livremente de:

vários problemas relativos ao SEMTA e principalmente insistiu sobre a situação complexa e grave de Belém, especialmente sobre a dificuldade resultando da divisão do serviço entre o SEMTA e o SAVA; graves deficiências sobre esse último serviço (que se manifestaram, como se sabe, desde a chegada das primeiras turmas em Belém onde nada estava preparado para recebê-las e encaminhá-las para o interior) e principalmente a falta de ligação eficiente e de boa vontade e de cooperação, da parte dos órgãos complementares de Belém, causaram eternos obstáculos e incessantes dificuldades ao SEMTA<sup>61</sup>.

Em outras cartas e relatos, a culpa da falta de êxito nos acordos firmados entre o governo brasileiro e a RRC é colocada na falta de organização dos órgãos, principalmente dos de Belém. Entretanto, ainda em abril de 1943 o irmão de Paulo, Carlos José Assis Ribeiro, em um relato confidencial de “observações feitas no Norte, junto ao SEMTA”, ao diretor da secretaria da CME, diz ser “humanamente impossível” cumprir rigorosamente os planos sem prejuízos futuros. Carlos José passou onze dias no “Norte” tendo que retornar ao Rio de Janeiro por motivos de saúde. Ele afirma que por causa do pouco tempo que passou no Amazonas seu relatório pode estar incompleto e autoriza seu irmão, Paulo a fazer quaisquer alterações necessárias ao documento.

No relato, Carlos procura enumerar as dificuldades do SEMTA para o cumprimento dos prazos dos acordos de Washington e na realização da Batalha da Borracha. Além de vários problemas materiais listados pelo irmão do diretor do SEMTA (falta de transportes, de gêneros alimentícios, de materiais para a construção dos pousos), ele também ressalta a dificuldade de comunicação entre os órgãos do Nordeste e do Norte.

---

feitos por Chabloz tinham grande dificuldades de distribuição e eram confeccionados em quantias muito reduzidas. Ficando expostos, na maioria das vezes, apenas em frente a sede do SEMTA no centro de Fortaleza. De fato, em seu diário de serviço Chabloz relata as dificuldades materiais e burocráticas para a realização da propaganda, motivo pelo qual ele afirmou ter deixado o serviço.

<sup>61</sup>Carta de Jean Pierre Chabloz. Fortaleza, junho de 1943. Cedida e traduzida por sua filha Ana Maria Chabloz.

Porém, salta aos olhos a seção do relato na qual ele se refere a dificuldades de outras ordens, que não apenas as de ordem material. No mesmo patamar que estas Carlos descreve as dificuldades “psicológicas” no movimento de “massas trabalhadoras”:

“em se tratando de uma marcha de homens rudes, habituados a responder às ofensas com violências físicas, de quando em vez, um ou outro trabalhador acampado promove um atrito qualquer”<sup>62</sup>.

Ele ainda afirma que o “regionalismo cearense” na exaltação de sua terra e de sua gente, também favorece as “arregas” dentro dos pousos. Em um grupo de homens tão heterogêneo, no qual não há disciplina militar as “expansões regionalistas” se tornam verdadeiras “agressões morais”. Por isso a incidência de brigas entre os trabalhadores é justificável, mas, segundo ele, não se pode esquecer que as ações do SEMTA são operações de guerra e devem ser entendidas por todos como tal.

O irmão do diretor do SEMTA atribui a culpa dos desentendimentos entre os trabalhadores ao passado político, que “distinguia, dentro do Brasil, pernambucanos e paulistas, cearenses e riograndenses do sul”<sup>63</sup>. A ideologia política do Estado Novo, em contraposição ao período pré 1930<sup>64</sup>, estava baseada na exaltação da unidade em prol do bem comum. O Estado era um mediador e protetor dos trabalhadores, que deveriam esquecer suas diferenças regionais e culturais e assumirem o papel de voluntários construtores da Nação.

Carlos Assis Ribeiro se detém muito aos comportamentos dos homens rudes do Ceará, mas de acordo com um documento assinado por Aristóbulo de Castro, chefe do departamento de Assistência Social, os trabalhadores recrutados

---

<sup>62</sup> Relato Confidencial de observações feitas no Norte – Carlos José Assis Ribeiro. p. 5. Arquivo Nacional. AP 50. Cx 4.

<sup>63</sup> Relato Confidencial de observações feitas no Norte – Carlos José Assis Ribeiro. p. 5. Arquivo Nacional. AP 50. CX 4.

<sup>64</sup> O período a que se refere Carlos Assis Ribeiro, em seu relatório de observação, são os anos iniciais da República, principalmente a época conhecida pela historiografia tradicional como República Velha (1891 – 1930). Momento marcado pelas trocas de favores e pelo fortalecimento dos poderes locais.

no Rio de Janeiro<sup>65</sup> eram considerados os mais indisciplinados. O documento de maio de 1943 dá conta da devolução de cinquenta e sete destes trabalhadores, pelos motivos de indisciplina e inconveniência com o serviço. Além destas “devoluções”, Paulo Assis Ribeiro, em seu depoimento a CPI da Borracha<sup>66</sup>, instaurada em 1946, afirma que foi desta turma o maior numero de fugas. Isso por que, para ele,

“grande parte dos homens era constituída de pessoas que se alistavam mais pelo espírito de aventura do que, propriamente, visando prestar serviço de guerra. Assim é que foram provocando desordens [...] em todos os pontos, enfim, tivemos sérias dificuldades. O nosso serviço não dispunha de meios para coibir tais abusos, porque nossa organização era de emergência. Fora criado em 30 de novembro, e em 19 de dezembro assinou-se o acordo com a Rubber, que começou a vigorar em janeiro, e em 15 de janeiro já partiu a primeira leva de ‘soldados da borracha’<sup>67</sup>.”

Em suas cartas à família, Regina Chabloz, diretora do Núcleo de Famílias do Porangabussu e esposa de Jean Pierre Chabloz, também destaca a falta de organização no funcionamento do SEMTA. Regina estranha o fato de não haver vínculo empregatício entre ela e o Serviço. Em carta escrita ao pai, José Getúlio da Frota Pessoa, em abril de 1943, ela destaca:

“A politicagem e ladroeira é grossa de maneira que a situação atual do serviço é muito vacilante. A nossa situação pessoal está a mesma, sem nenhuma definição ou certeza do que quer que seja. Nunca assinamos contrato de espécie nenhuma mas temos assinado folhas de pagamento o que já é uma grande coisa. Apenas sabemos que de um momento para outro podemos ser informados de que o serviço terminou sem ter verdadeiramente começado! Vou agindo no meu trabalho como se isto fosse durar pelo menos 10 anos<sup>68</sup>.”

Regina estava correta em sua análise. Ao que tudo indica, o fim do SEMTA foi bastante repentino, não esperado nem mesmo por seu diretor Paulo

---

<sup>65</sup> Lucia Arraes Morales em seu trabalho Vai e vem Vira e Volta... Elucida o fato de que os primeiros grupos de trabalhadores a irem para a Amazônia foram recrutados no Rio de Janeiro. Isto se dá por que o escritório do SEMTA antes de se estabelecer em Fortaleza operava na capital federal.

<sup>66</sup> Sobre a CPI da Borracha discorreremos mais aprofundadamente no próximo capítulo.

<sup>67</sup> Depoimento de Paulo Assis Ribeiro na CPI da Batalha da Borracha. Diário da Assembleia, n. 4314, de 24 de agosto de 1946.

<sup>68</sup> Carta Regina Chabloz, Fortaleza, 3 de abril de 1943. Vale ressaltar que todas as cartas de Regina me foram cedidas gentilmente pela filha do casal Chabloz, Ana Maria Chabloz. Ela organizou um vasto acervo com as cartas de sua família sem o qual essa pesquisa não teria sido possível.

Assis Ribeiro. Seu marido, Jean Pierre, referindo-se ao modo brasileiro de se fazer política e a experiência que ele estava vivenciando no cargo, ressalta: “ces petites rivalités” e o “cynisme de la petite politique” dificultam seus serviços. Chabloz também se queixa em carta enviada para o amigo americano, sobre as dificuldades para executar seu trabalho de propaganda, Jean Pierre recebe como resposta, ainda em maio de 1943:

“[...] não hesito em aconselhá-lo a não ter muita esperança de melhoria na situação em que você se encontra hoje. Com efeito, nossos acordos com o SEMTA chegam ao fim e a renovação que ainda estamos negociando, será certamente apenas em caráter provisório. Você pode imaginar que nessas condições, ninguém quererá remediar a falta de organização com a qual você sofreu em seu trabalho”<sup>69</sup>.

Era curioso o fato de Chabloz ter as cartas que ele enviou para Rabinovich, Ana Maria revelou que o pai escrevia suas cartas com papel carbono para guardar suas cópias. Uma prática recorrente entre muitos intelectuais desde o século XIX. Sobre estas cartas, Chabloz ainda escreve em seu diário<sup>70</sup> de serviço que guardou uma cópia para ele. Tanto as cartas trocadas, entre Regina e o pai, quanto as cartas trocadas entre Chabloz e Rabnovitch nos foram cedidas para a pesquisa pela filha de Regina e Jean Pierre, Ana Maria Chabloz, que as traduziu do francês para o português.

As missivas trocadas entre os dois versam sobre a decepção de Chabloz com o serviço e sua possível saída. Em maio, Jean Pierre escreve decidido a deixar o serviço e Rabnovich o responde dizendo que ele realmente deveria sair do SEMTA já que a renovação do contrato entre a RDC e o governo brasileiro não estava garantida. Em junho, véspera do “mês da borracha”, Jean Pierre escreve mais animado com o serviço e falando em continuar à frente da comissão de propaganda. Ele fala sobre a escrita da brochura “Rumo à Amazônia” e dos vários trabalhos que haviam surgido por conta das celebrações do mês. Jean Pierre

---

<sup>69</sup> Rio de Janeiro, 29 de maio de 1943.

<sup>70</sup> Chabloz possuía uma série de diários pessoais e de serviço nos quais ele registrava suas atividades da vida privada e do trabalho. Estes diários, escritos em francês, estão disponíveis para a consulta local. Já foram digitalizados e logo estarão completamente acessíveis também sob essa mídia para a pesquisa no Museu de Artes da UFC.

também afirma que Paulo Assis Ribeiro retornou de viagem e mostrou bastante espanto com as informações que Rabinovich havia dado a Chabloz na carta anterior.

“Acrescentei que sua recente carta recebida na segunda passada, 31 de maio, me parecia pouco encorajadora para prosseguir meu trabalho aqui, pois você me falava de uma diminuição previsto no ritmo do recrutamento dos homens para os meses próximos e do caráter provisório das negociações recentes no Rio. Com grande espanto meu o Dr. Paulo Assis Ribeiro manifestou então uma grande surpresa misturada a preocupação, me declarando que boas negociações acabavam de ser efetuadas esses últimos dias e que, se estava previsto com efeito uma diminuição no recrutamento dos homens para o mês de junho [...], em julho, em compensação o ritmo retomaria a normalidade assim como nos meses seguintes, o serviço se estendendo até março de 44”<sup>71</sup>.

Situada em espaço e tempo determinados, a carta é empregada em situações comunicativas que se caracterizam pela ausência de contato imediato entre o emissor e o receptor. A temática da discussão era a continuidade e importância do serviço de propaganda do SEMTA, emissor e receptor eram Rabinovich e Jean Pierre, visto que havia um diálogo entre ambos e “[...] compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela [...]”. (BAKHTIN, 2003, p. 131). O gênero carta, para Bakhtin (2003), pressupõe um diálogo, uma troca de informações entre quem lê e quem escreve. Entretanto, a violação da carta de Jean Pierre inseriu na enunciação<sup>72</sup> outros interlocutores. Estas cartas e os choques de informação causaram grave mal estar entre Paulo Assis Ribeiro, Jean Pierre e Rabinovich. Uma reunião foi convocada para resolver aquilo que Chabloz denominou de “o drama da carta de Rabinovich”:

Quarta-feira, 1º de junho – Retorno de São Paulo.

Quarta-feira à noite: “O drama da carta para Rabinovitch”. Reunião dos chefes do SEMTA, aqui, no Benfica. (Ver as cartas de e para Rabinovitch).

Manhã: Escritório às 10hs para redigir minha carta resposta à Rabinovitch – O senhor Paulo não está aqui. Retorno às 2h ao escritório – conversa com o Senhor Paulo (Regina está presente).

<sup>71</sup> Fortaleza, 3 de junho de 1943. Jean Pierre Chabloz.

<sup>72</sup> Bakhtin afirma que é impossível se comunicar, verbalmente, a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar, verbalmente, a não ser por algum texto. A comunicação verbal só é possível por algum gênero textual, realizada através da enunciação e das enunciações. (BAKHTIN, 2003, p. 131).

Às 3h30 – Eu vou ao Benfica e redijo uma carta (três páginas) à Rabinovitch e retorno às 5h30 ao escritório, para ver o senhor Paulo e apresentar a ele:

- 1) A carta de Rabinovitch para mim (a mesma que eu o levei há alguns dias)
- 2) A minha carta em resposta à Rabinovicht (que eu li para eles antes de postar)<sup>73</sup>.

A resposta de Chabloz ao representante americano foi lida e aprovada por Paulo Assis Ribeiro antes de ser enviada. De fato, percebemos na carta-resposta muita diplomacia com o SEMTA, elogios a Paulo Assis Ribeiro e uma exagerada preocupação com as notícias que não haviam chegado ao diretor do serviço, além de uma suspeita animação em continuar no cargo de chefe de propaganda. Um tom bastante diferente da decepção contida nas missivas anteriores. As dificuldades de Jean Pierre também estavam relacionadas ao fato de sua contratação não ter passado pelo crivo de nenhuma das instâncias de poder local. Ele foi enviado pelos americanos para ser diretamente contratado pelo SEMTA.

Grande parte dos integrantes do SEMTA eram figuras políticas e/ou médicas já bastante conhecidas durante o Estado Novo. Paulo Assis Ribeiro era um personagem de grande destaque político nacional<sup>74</sup>. Seu irmão, Carlos, ao tentar justificar a fama agressiva que pairava sobre o irmão, afirma que seu alheamento com relação à cortesia e seu “gênio retraído quanto aos misteres sociais” criam a “má compreensão de algumas autoridades estaduais, que por intriga de terceiros ou por sensibilidade exacerbada, transformam o seu proceder em atitude hostil”. São muitos os ofícios feitos por Menezes Pimentel e enviados para as lideranças políticas municipais exigindo a total colaboração com as atividades do SEMTA. Propomos que o envio de repetidos ofícios, determinando a colaboração, deva significar que havia também a falta dela. Se a figura de Paulo de Assis Ribeiro, que havia sido indicado pelo coordenador da CME, subordinado diretamente ao presidente causava “má compreensão das autoridades estaduais”, a indicação de Jean Pierre Chabloz pelos representantes americanos também deve ter sido alvo de

---

<sup>73</sup> Diário de serviço 2, p. 3 - Jean Pierre – MAUC/UFC. Tradução nossa.

<sup>74</sup> Após sua saída da direção do SEMTA Paulo Assis assume um cargo também na CAETA.

intrigas. No relatório confidencial de observação, de abril de 1943, Carlos José de Assis Ribeiro no Departamento de Propaganda, escreve: “cuja orientação, se não me engano, esteve ou está a cargo do jornalista Nóbrega da Cunha<sup>75</sup>”. Em seu diário, Chabloz afirma que o “irmão do senhor Paulo rediz em suas “Memórias do SEMTA”, uma alínea sobre a “falta de propaganda !!” Brasil !! Paciência !!”<sup>76</sup>

Quando questionado pelo amigo Rabinovich sobre o fato de ter mostrado sua carta confidencial aos chefes do SEMTA, Chabloz não conta nada, mas em seu diário desabafa:

Rabinovitch se mostra decepcionado de que eu “tenha” mostrado a sua carta: PARTICULAR para o senhor Paulo... Falta de discrição de minha parte! A carta foi aberta por Dona Eugênia<sup>77</sup> e copiada antes de ser-me entregue! Os chefes vieram aqui “procurar” esta carta...<sup>78</sup>

Para Chabloz, seu diário passava a ser um espaço mais seguro, visto que suas cartas estavam sobre vigilância. Escrever uma nova carta ao amigo americano contando sobre a violação de suas correspondências era correr o risco de novamente passar por constrangimentos com os diretores do SEMTA. Mesmo não sendo um diário pessoal<sup>79</sup>, o diário de serviço de Chabloz não deixa de conter elementos da escrita de si. Segundo Angela de Castro Gomes, a prática da escrita de si pode mostrar “como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser decomposto em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho”. (GOMES, 2004, p. 13). Ele busca construir uma identidade para si através de seus documentos pessoais. Chabloz não era um homem “comum” ele forjava e

---

<sup>75</sup>O jornalista Carlos Alberto Nóbrega da Cunha foi representante da Associação Brasileira de Imprensa e da Associação dos Artistas Brasileiros nos anos 1930. Foi o responsável inicial pelo departamento de propaganda do SEMTA e substituído por Jean Pierre Chabloz. Nóbrega da Cunha também escrevia para o jornal Correio do Ceará, no qual encontramos uma série de reportagens de exaltação ao Serviço. Esteve politicamente ligado a Getúlio Vargas desde a sua chegada ao poder, em 1930.

<sup>76</sup>Diário de serviço 2, p. 57 - Jean Pierre – MAUC/UFC). Tradução minha.

<sup>77</sup>Dona Eugênia era chefe da censura postal. Sobre esse assunto discorreremos melhor no segundo capítulo deste trabalho. O interessante é perceber que a censura não investigava apenas as cartas dos trabalhadores e de suas esposas, bem como dos próprios funcionários do SEMTA.

<sup>78</sup>Diário de serviço 2, p. 69 - Jean Pierre – MAUC/UFC. Tradução nossa.

<sup>79</sup>Chabloz também possuía diários de escrita pessoal, mas o diário aqui estudado é um diário de serviço, no qual ele relata as atividades que dizem respeito ao seu trabalho no SEMTA.

registrava seu cotidiano. Como se guardasse tudo aquilo que não poderia dizer no trabalho para despejar nas páginas de seu diário.

Os contatos de Chabloz com os representantes americanos eram privilegiados, talvez por isso as cartas trocadas com Rabinovith fossem bastante monitoradas. De fato Rabinovitch estava mais correto com relação à continuidade dos acordos entre a RDC e o SEMTA. O serviço não resistiu ao ano de 1943 e foi excluído em dezembro sem renovação de contrato ao mesmo tempo em que as levadas de migrantes mobilizados para a Amazônia também foram sendo reduzidas. De acordo com (MELLO apud BARBOZA, 2005, p, 121) tornou-se popular a frase “atribuída aos norte-americanos: preferimos perder a guerra a continuar financiando o SEMTA”. Chabloz perde a “animação” de prosseguir com seus trabalhos logo ao final do mês da borracha, em 17 de julho escreve para Rabinovitch, falando sobre seu desligamento do serviço. Chabloz apresentou a decadência da utilização da propaganda, mas sua descrição também poderia ser estendida as atividades de todo o serviço. Depois da Parada da Borracha, realizada em Fortaleza no dia 1º de julho de 1943 e amplamente propagandeada, Chabloz viu seu material de propaganda “lamentavelmente inutilizado logo que a passeata terminou e não restou quase nada”.

Com a decretação de julho como o “mês da borracha”, Vargas tentava incentivar o discurso sobre a importância da extração da borracha e da migração. Todos os dias saíam reportagens nos jornais dos “Diários Associados” sobre a retomada da colonização da Amazônia e o incentivo ao consumo e a venda da borracha. Para tanto a migração de trabalhadores, principalmente nordestinos, era imprescindível. O migrante deixa de ser visto como flagelado ou retirante, a ele seriam entregues as honras de soldado, herói nacional e internacional, visto que a extração da borracha estava destinada, em grande parte, para o abastecimento das Tropas Aliadas, um momento singular da apropriação que o Estado faz da migração. Os soldados da borracha ganharam status de voluntários da Pátria, combatentes de guerra<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> O Decreto de Lei 5225 de 1º de fevereiro de 1942, versava sobre a situação militar dos migrantes nordestinos mobilizados para trabalharem na extração da Borracha. Entretanto o decreto não os

Uma caravana com “as figuras destacadas” do jornalismo do país partiu do Rio de Janeiro em dois aviões para Belém, e muitas matérias de caráter nacional foram escritas de lá. Em Fortaleza as comemorações, a princípio, estavam previstas para o dia 20 de junho. O dia é remarcado por Fran Martins, diretor da Divisão de Imprensa e Propaganda no Ceará, para 1º de julho. A esta época Martins já era um renomado ficcionista cearense. Ele publicou em 1938 o romance Poço dos Paus, obra que gravitava em torno de elementos discutidos no início do capítulo: seca e migração<sup>81</sup>.

O Estado Novo buscou ampliar sua intervenção na esfera cultural e de comunicações por meio da criação do DIP. Com a censura prévia legalizada pela constituição de 1937, o DIP “exercia o controle sobre os meios de comunicação e cultura, sendo também responsável pela produção e pela divulgação da propaganda estadonovista”. (CAPELATO, 2009, p. 77). Lorival Fontes era o diretor nacional do DIP e Fran Martins responsável pelo estado do Ceará.

De acordo com o diário de Chabloz, Fran Martins realmente acompanhou de perto a preparação para o 1º de julho, inclusive definindo o trajeto da marcha.

Fran Martins- Dip- 2h10 – Fala do cortejo, verdadeiramente o 1º de Julho (quinta-feira). Eu proponho: 40 cartazes, 05 pneus e 02 ou 03 caminhões do SEMTA ! Fran Martins comunica-me o itinerário e está de acordo com a minha oferta, quanto a participação do SEMTA no cortejo. Ele me dá ainda cinco cartazes pequenos sobre a recolha da velha borracha para colar no poste da Estrada de Ferro, entre outras coisas<sup>82</sup>.

Isabel Guilen nos lembra de que o Estado Novo “instituiu a parada como a única manifestação coletiva possível de aprovação” (GUILLEN, 2006, p. 86) Era a exaltação da unidade nacional representada pelo alinhamento de trabalhadores migrantes em cerimônias cívicas com características militares.

---

incorpora de fato ao exército alegando que esta seria feita após o fim dos contratos de trabalho. A situação dos “soldados da borracha” foi regulamentada apenas com a constituição de 1988, mais de 40 anos depois, que garantiu a eles aposentadorias referentes ao serviço militar.

<sup>81</sup> O romance Poço dos Paus tem como ponto de partida a construção de um açude no sertão devastado pela seca e os conflitos dos flagelados nordestinos em busca de uma vida melhor.

<sup>82</sup> Diário de serviço 2, p. 40 - Jean Pierre MAUC/UFC. Tradução nossa.

O cortejo saiu da Praça do Teatro José de Alencar passando pela Praça do Ferreira, pelo SEMTA, terminando na Praça Getúlio Vargas e, em alguns pontos desse percurso estavam expostos cartazes de propagandas pintados por Chabloz. Ele organizou de perto toda a parada, pensou na disposição dos cartazes e na organização dos trabalhadores presentes na marcha. Decepcionado com o esvaziamento da parada e com as dificuldades organizativas ele descreve:

“no entanto, eu sou là [sic]soudain promovido a “chefe de organização” do cortejo, um “diretor” [sic] sale , bem a vista, desanimado com o numeroso público que já apareceu por lá. O que eu quero, é: um caminhão, um batalhão, um caminhão, um batalhão, etc... Como combinado com o senhor Paulo, eu faço o espaçamento entre os caminhões e começo a colocar os homens entre os caminhões. De repente, vem uma contra ordem! Sempre o SEMTA??? O Senhor Paulo, de acordo com a ABAFILM, quer todos os homens na frente e, depois, os quatro caminhões [sic]. Que as “bagagens desses senhores”, [sic] É grotesco e ridiculamente monótono! Eu pergunto com certa insistência pela revogação desta disposição. Antônio (da Abafilm), com o senhor Paulo, enfim, concordam (carro que circula). E eu depois faço, com os policiais e oficiais, coloco os homens em disposição, mas na frente dos caminhões e não atrás deles”<sup>83</sup>.

Chabloz se irrita por que queria dispor grupos de trabalhadores entre os caminhões, uma logística organizativa que tornaria a marcha visivelmente maior do que realmente era. Entretanto, tão importante quanto a Marcha, em si, era a produção das imagens que seriam divulgadas sobre ela. Eram as fotografias tiradas pela Aba Film que iriam circular nos principais jornais. O jornal era o espaço no qual o SEMTA buscava a legitimação e o reconhecimento de suas práticas<sup>84</sup>. As reportagens sobre o SEMTA eram constantes nos jornais de Fortaleza e tinham o intuito de promover suas atividades e ganhar o apoio da sociedade fortalezense.

---

<sup>83</sup> Diário de serviço 2, p. 94 - Jean Pierre MAUC/UFC. Tradução nossa.

<sup>84</sup> É importante perceber o posicionamento e o discurso dos jornais, analisando não apenas sua postura ideológica, mas o lugar social dos seus fundadores. Os jornais fazem parte do processo histórico, eles são fonte/documento/memória de um determinado período, produzidos por um grupo particular. Tornaram-se porta-vozes de pessoas ansiosas por imprimir seus projetos e impressões, pautados na circulação e legitimação que lhe eram dados, bem como ao seu círculo de produção e recepção dos leitores. Eram usados como instrumento de legitimação dos grupos políticos e suas ideias Na busca pela reconstituição das lutas políticas e sociais percebe-se que a imprensa não apenas registra, mas também comenta, participa e constrói o processo histórico. De acordo com Maria Helena Capelato, o jornal, enquanto documento, é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver esquecido ou manipulado.

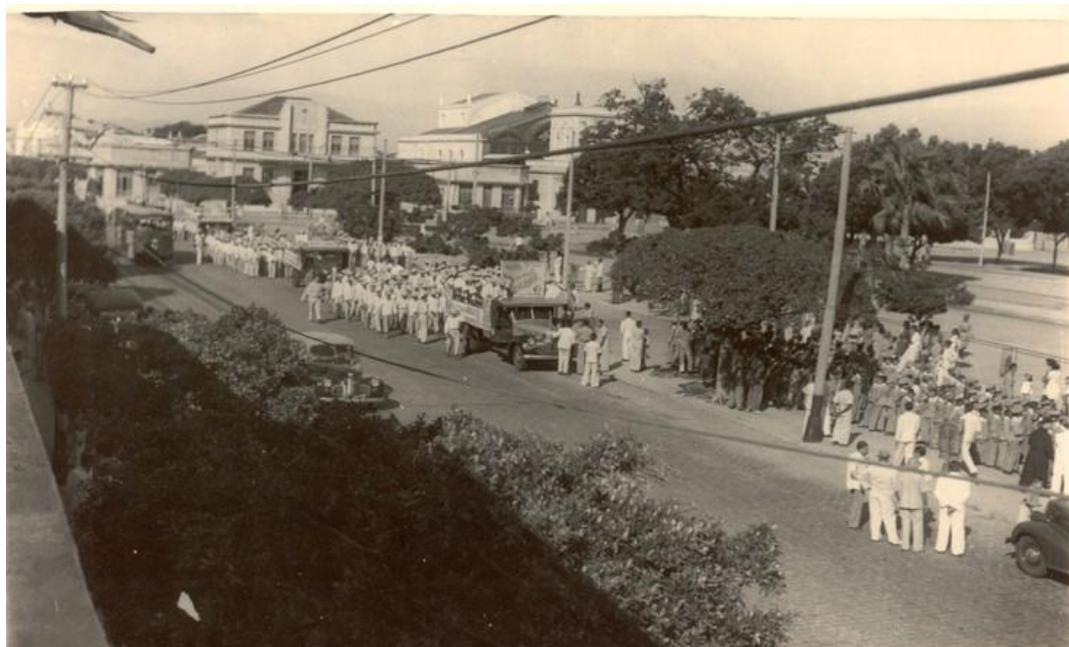
Uma reportagem do **Correio de Ceará** em dezembro de 1942, apresenta uma mensagem de solidariedade enviada ao presidente americano Roosevelt, nela vemos a referencia a “família democrática cearense” que apoia o governo americano após o “mais covarde ataque desferido contra um país<sup>85</sup>”. Por isso, o SEMTA investia tanto na produção de imagens e reportagens para que a “família democrática cearense” desse seu aval a suas atividades.

De fato, a Aba Film realizou um amplo registro imagético da parada da borracha, principalmente, nos closes dos grupos de trabalhadores e em ângulos nos quais fosse possível ler os cartazes. A fotografia a seguir foi tirada ainda na concentração da marcha, no momento de sua organização, ao lado da Praça José de Alencar.

**Figura 2** – “Marcha da Borracha” na Rua General Sampaio, Fortaleza (CE).

---

<sup>85</sup>Correio do Ceará 8 de dezembro de 1943 – Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC.



Fonte: Acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC.

**Figura 3** – “Marcha da Borracha” na Rua General Sampaio, Fortaleza (CE).



Fonte: Acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC.

Na segunda imagem os trabalhadores já estão caminhando. Ela tem um ângulo de enquadramento bem mais próximo, evidencia os cartazes e os uniformes dos soldados: calça, sandália alpercata, camisa e chapéu, prometidos no contrato de encaminhamento. Além disso, vemos nos cartazes palavras bastante utilizadas na gestação das ideias do Estado Novo, como: “O SEMTA **trabalha** pelo Brasil e pelas democracias” e “O SEMTA **arregimenta** e **protege** os soldados da Borracha”.

Em cada caminhão também havia grandes cartazes. O foco principal não era necessariamente o alistamento de mais soldados, visto que em sua grande maioria os trabalhadores recrutados vinham do interior, mas a divulgação do serviço para a população da capital. Estes trabalhadores foram trazidos em caminhões do pouso do Prado antes de embarcarem para o Amazonas. Era importante que a propaganda sobre as “vantagens do SEMTA” fosse atestada pelos habitantes da capital cearense.

Logo após a parada da Borracha, Chabloz se desvincula do SEMTA e descreve a destruição de grande parte do material de propaganda confeccionada para o desfile. A saída de Regina é também conturbada, em várias cartas ela aponta

conflitos com determinados funcionários do SEMTA, inclusive “Dr. P.” acreditamos que seja o Dr. Pinto, médico do Núcleo, também odiado por muitas nucleadas e que é mencionado na carta em que Regina fala sobre seu processo de desligamento. A carta de 26 de agosto de 1943 tem um anexo no qual ela conta:

“Depois aconteceram tantas atrapalhões e intrigas que não posso contar por carta. O estado atual é o seguinte: Dr. Aristóbulo<sup>86</sup> pediu demissão e não deram. Ele então se afastou do serviço esperando a volta do Dr. Paulo para se entender com ele, pois fizeram uma porção de faltas de consideração e cada um diz que foi mandado pelo outro. Eu, depois de muito brigar e dizer o que quis para quem quis ouvir, resolvi ficar em casa até o regresso do Dr. Paulo, pois foi a ordem que recebi do Dr. Paulo através do Dr. Manoel Ferreira, na véspera da minha partida daí quando estive no escritório com você. A quem indaga eu digo que estou de férias por ordem do Dr. Paulo. Fiquei com muita raiva da sujeira que fizeram comigo, a secretária do Dr. Paulo de combinação com o médico do Núcleo e mais um médico do escritório que ficou substituindo o Manoel Ferreira. Mas não perdem por esperar. Não sei até que ponto o Dr. Paulo e Dr. Ferreira estão cientes do que se passa aqui e até que ponto estiveram de conivência com o que se passou comigo. Por isso não quero tomar nenhuma providência antes de vê-los”<sup>87</sup>.

Em outras epístolas, Regina dá indícios sobre a falta de confiança no sigilo das cartas e, por isso, escreve esse conteúdo em anexo e não no corpo do texto da própria missiva. O que sabemos é que a diretoria do Núcleo Permanente que substituiu o Núcleo do Porangabussu, o Cocorote, é de fato assumida por Vera, Secretária de Paulo Assis Ribeiro e já em setembro de 1943 Regina não trabalha mais para o SEMTA.

Toda essa falta de informação percebida nas cartas de Regina e de Jean Pierre foi ocasionada pelo fim dos contratos entre a Rubber Development Corporation e o SEMTA e pelo processo de criação da Comissão Administrativa de Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia.

A CAETA é instituída em 14 de setembro de 1943, composta por três membros nomeados por decreto presidencial e tinha como presidente Valentim Bouças. Ela surge com o intuito de unificar os órgãos responsáveis pela Batalha da Borracha. De acordo com o relatório da CAETA, produzido em 1945, a “prática já

---

<sup>86</sup>Dr. Aristóbulo é chefe do serviço de assistência social de SEMTA.

<sup>87</sup> Regina Chabloz. Fortaleza, 26 de agosto de 1943.

havia demonstrado que a execução do serviço em dois setores não era aconselhável”. Os dois setores aos quais se refere o relatório são o SEMTA e a Superintendência Administrativa do Vale Amazônico - SAVA, ambos extintos no final do ano de 1943.

A Superintendência tinha como responsabilidade receber, em Belém, os trabalhadores recrutados pelo SEMTA, transportá-los, colocá-los nos seringais, cobrar e encaminhar as contribuições dos trabalhadores para suas famílias (previstas em contrato), regulamentar as relações de trabalho com o seringalista, impedir a cobrança de juros, e todas as atribuições que dissessem respeito ao migrante que chegasse até o Vale Amazônico.

Paulo de Assis Ribeiro, em carta enviada para sua secretária Vera, se refere ao serviço como “nosso querido SEMTA”<sup>88</sup> e afirma que seria impossível manter o serviço após a extinção da SAVA, por que as responsabilidades já estavam sendo diluídas e assumidas pela CAETA. E, em 30 de novembro, data do aniversário de um ano de criação do serviço, é decretado o fim do SEMTA.

Dos “50 mil”<sup>89</sup> trabalhadores, masculinos, adultos, capazes de executar trabalhos ligados à extração da borracha”, que o SEMTA “se obrigava” a enviar para o Pará no contrato assinado com a Rubber, apenas 10.123<sup>90</sup> são encaminhados para a Amazônia até sua extinção. Um valor muito abaixo do que havia sido acordado. A criação de outro órgão também tinha a finalidade de abafar a decepção provocada pelo número inferior de trabalhadores recrutados e, conseqüentemente, pela reduzida quantidade de borracha extraída, bem como tentar recuperar a confiança no cumprimento dos novos acordos assinados. Em seu relatório a CAETA alegou que encaminhou ainda 16 mil trabalhadores para a região. Mas, mesmo somando as quantidades de trabalhadores que foram encaminhados pelo SEMTA e pela CAETA, a quantia final representava apenas um pouco mais de 50% do valor acordado em 1942.

---

<sup>88</sup> Rio de Janeiro, novembro de 1943. Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional Rio de Janeiro. AP 50. Cx 5.

<sup>89</sup>Deveriam ter sido mobilizados 50 mil trabalhadores, 30 mil trabalhadores até abril de 1943 e 4 mil por semana. – Acordo entre a RRC e o SEMTA.

<sup>90</sup>Relatório da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), 1945.

Após a criação da CAETA, o SEMTA redige um balanço e inventário de seus bens e seu acervo, e os envia para a comissão recém-criada. O serviço especial também deveria possuir, de acordo com seu plano geral de organização e serviços, um arquivo geral de cartas e ofícios catalogados de acordo com data e assunto. Na realidade a maioria da documentação referente ao SEMTA ficou sob os cuidados pessoais de Paulo Assis Ribeiro. O contraditório é que há vários ofícios e documentos explicando a forma correta para a catalogação da documentação expedida e recebida pelo SEMTA. Porém, essa mesma documentação não integrou um fundo específico de arquivamento, mas apenas documentos sob os cuidados de seu ex-diretor.

O Governo Vargas prezava pela objetividade e cientificidade no funcionamento de seus órgãos de governo. (FERREIRA, 1997). O fundo da Secretaria da Presidência da República, sobre o qual falaremos mais especificamente no próximo capítulo, é um exemplo na busca pela organização do acervo relacionado aos documentos oficiais<sup>91</sup>. Por isso, a dispersão da documentação relacionada ao SEMTA é bastante peculiar. É provável que seja pela brevidade de seu funcionamento (apenas 12 meses), pelas conturbações de sua extinção e pela Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada em 1946. Como havia uma investigação sobre as atividades do SEMTA, muitos documentos podem ter sido extraviados.

Percebemos que também a assinatura do contrato entre o SEMTA e a Rubber foi bastante diferente daquilo que se havia previsto. O contrato deveria ter sido assinado quarenta e oito horas após a partida do Ministro João Alberto para Washington, ou seja, dia 3 de dezembro de 1942. Entretanto, o consenso entre suas cláusulas foi alcançado apenas dia 22. **A cláusula mais frouxa do contrato entre a Rubber e o SEMTA foi justamente aquela que versava sobre a assistência às famílias.** Segundo o regulamento do SEMTA o financiamento para a assistência familiar seria garantido pela empresa americana, mas os acordos apenas citam a assistência às famílias sem garantir as quantias e a duração. E mesmo com o fim do

---

<sup>91</sup>Sobre fundo da secretaria da Presidencia da República, ver: Ferreira, Jorge. Trabalhadores do Brasil. 1997.

SEMTA e a suspensão da assistência as famílias por parte da Rubber iminentes o jornal **Diretrizes**<sup>92</sup> de 2 de setembro de 1943 traz uma reportagem propagandeando o Núcleo de famílias do Cocorote que estava acabando de ser construído.

“Uma experiência de colonização.

O núcleo para as famílias de trabalhadores que o SEMTA está acabando de construir em Fortaleza, no Ceará, constitui uma boa experiência inédita de colonização do Nordeste as mulheres e crianças que ali permanecem à espera de seus maridos e pais, trabalham no campo, cultivam a terra, frequentam a escola e a creche do núcleo. Levam enfim uma vida digna e produtiva”<sup>93</sup>.

A reportagem compara a experiência do Núcleo de Famílias do Cocorote a “verdadeira” experiência de migração colonizadora. Como argumento, a matéria destaca o fato de as mulheres dos trabalhadores cultivarem a terra, ou seja, os elementos fixadores do migrante estavam dentro do Núcleo aliados, a família e a terra, na construção de uma “vida digna e produtiva”. O Núcleo do Cocorote estava localizado em uma região afastada do centro da cidade de Fortaleza<sup>94</sup>, as famílias dos trabalhadores mobilizados para a Amazônia também haviam migrado de diversas cidades do interior dos Estados do Nordeste e naquela região pouco povoada poderiam iniciar um processo de colonização aguardando o retorno de seus maridos.

Sobre a reportagem acima é imprescindível destacar que o Estado Novo representava um período ditatorial e, por isso, o que era veiculado na imprensa deveria passar pelo crivo da censura prévia. De acordo com (CAPELATO, 2009), “60% das matérias publicadas (nos periódicos) era fornecidas pela Agência Nacional”. Do mesmo modo que os órgãos de controle do Estado impediam a circulação de determinadas matérias, impunham a divulgação de outras que propagandassem as ações do Governo. Por isso encontramos, principalmente

---

<sup>92</sup>Jean Pierre Chabloz foi um verdadeiro produtor de acervo. Ele confeccionou uma série de diários nos quais guardava bilhetes, recibos, fotografia e, entre outras coisas, recortes de jornais. O jornal *Diretrizes* é um periódico carioca que publicou um caderno sobre a batalha da borracha. Jean Pierre guardou as páginas do jornal referentes ao SEMTA e a batalha da Borracha e por isso essa grande reportagem pode ser encontrada em seu vasto acervo localizado no Museu de Artes da UFC – MAUC.

<sup>93</sup> Jornal *Diretrizes*, 2 de setembro de 1943 – Acervo Jean Pierre Cabloz MAUC/UFC.

<sup>94</sup> Ver mapa, imagem 17, no terceiro capítulo – Correspondências da borracha.

durante os anos de funcionamento do SEMTA, uma gama de matérias sobre a migração dos trabalhadores e a assistência prestada às suas famílias.

“Mais trabalhadores para a Amazônia” (OPOVO, 20 de abril de 1943); “Seguirão para a Amazônia mais 350 trabalhadores” (OPOVO, 20 de abril de 1943); “315 homens seguiram hoje para o ‘El-Dourado’ da Amazônia, aumenta a corrente emigratória impulsionada pelo SEMTA” (Correio do Ceará, 21 de abril de 1943); “Aos trabalhadores da Amazônia” (Correio do Ceará, 30 de abril de 1943); “Correspondência dos trabalhadores da Amazônia” (Correio de Ceará 7 de maio de 1943); “Para a Amazônia 375 homens” (O ESTADO, 11 de maio de 1943); “385 trabalhadores partiram ontem, com destina à Amazônia”(O Unitário, 11 de maio de 1943).

O Cocorote era uma construção mais moderna, de alvenaria, que deveria ser propagandeada. Ele ficou pronto justamente quando a CAETA suspende a assistência familiar total garantida pelo Contrato assinado entre o SEMTA e o trabalhador mobilizado, e começa a entregar passagens para as famílias irem ao encontro de seus maridos. De acordo com o contrato assinado entre CAETA e RDC ficam:

“cancelados, satisfeitos e liquidados quaisquer outros compromissos assumidos pela Rubber Development Corporation relativos ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores e à assistência às famílias destes, decorrentes dos ajustes e acordos celebrados com o SEMTA [...]”<sup>95</sup>.

Desta forma, a Rubber e a CAETA revogavam tudo aquilo que havia sido garantido aos trabalhadores pelo SEMTA, inclusive as cláusulas do contrato de encaminhamento com relação aos seus dependentes. Se a assistência às famílias deveria estar vigente até o retorno dos trabalhadores ou a ida de suas famílias para o Vale Amazônico, por meio do contrato de encaminhamento assinado entre o SEMTA e cada um dos trabalhadores encaminhados, a partir de 14 de setembro de 1943, a Rubber e a CAETA por meio de novo contrato, se eximiam das responsabilidades anteriormente assumidas. E mesmo com reportagens publicadas diariamente, levantando as vantagens do serviço, as narrativas produzidas pelas

---

<sup>95</sup> Relatório CAETA, Dezembro de 1945; Cx 733 – Acervo CPDOC.

famílias e pelos soldados ecoavam como vozes desarmônicas daquilo que o Estado procurava propagar.

Nos pousos, à espera do embarque ou dentro do núcleo de famílias, soldados e suas esposas escreveram cartas. Outro tipo de narrativa, diferente das matérias de jornais, dos discursos do presidente, das obras literárias, uma escrita que buscava dar conta daquilo que não estava sendo publicizado. Das saudades, das reclamações, das queixas e falta de notícias. As correspondências da borracha.

## O TODO SERÁ O QUE FOREM SUAS PARTES<sup>96</sup>

Um dos itens do Esboço de Programa para a Assistência à Família do Trabalhador Mobilizado diz respeito à assistência médico-sanitária e higiene infantil, nele há um tópico sobre “treinamento e educação materna na pratica dos cuidados com as crianças”<sup>97</sup>, as enfermeiras iriam ensinar às mães dos núcleos de famílias a melhor forma de cuidarem, educarem e alimentarem seus filhos. Sobre a educação sanitária dentro dos núcleos o documento ainda destaca:

f) Educação sanitária – Destacada do terreno geral da educação nos núcleos, a formação de hábitos higiênicos e uma ‘política sanitária’ destinada a assegurar a observação dos princípios de saneamento, serão levados a termo pelas enfermeiras e pelos guardas sanitários<sup>98</sup>.

De acordo com o Esboço, a educação sanitária seria necessária para a formação dos hábitos alimentares considerados corretos de acordo com as teorias higiênico - alimentares da época. O discurso higienista alicerçava os projetos ditos modernos e o saber científico servia para legitimar ações do governo. As práticas, tanto higiênicas quanto sanitárias, fundamentaram o desenvolvimento e a constituição de um saber voltado para a alimentação: a nutrologia<sup>99</sup>. Tal saber serviu de base para a implementação de políticas de alimentação. É justamente durante o Estado Novo que se dá a criação dos cursos técnicos em alimentação e de nutrólogos buscando formar profissionais qualificados na área para educar a população.

Esse saber da medicina preventiva chegava a muitos espaços habitados pelos migrantes. O controle era mais facilmente exercido dentro dos pousos e dos núcleos, não apenas das correspondências, mas dos elementos constitutivos da vida orgânica e social dos trabalhadores e de suas famílias. Dentro desses espaços regulamentadores, o Estado poderia testar suas teorias, aplicá-las e registrá-las.

---

<sup>96</sup> Relatório do SAPS, 1947, p. 38.

<sup>97</sup> Esboço de Programa para Assistência da Família do Trabalhador Mobilizado. Acervo Pessoal Paulo Assis Ribeiro – AP: 50; Cx: 4; Doc: 56 – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

<sup>98</sup> Esboço de programa para a assistência da família do trabalhador mobilizado, sem ano, p. 3.

<sup>99</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Nutricionistas (ABN), o termo nutricionista foi oficializado somente em 1966, por isso a utilização, em muitos documentos, do termo nutrólogo.

O Núcleo de famílias do Porangabussu, Núcleo Permanente do Cocorote, Pousso do Prado, Pousso de Teresina, e todos os outros espaços nos quais se concentraram os migrantes e suas famílias, foram alvos das medidas médico-sanitárias que envolviam saúde, alimentação, vestuário e higiene.

## 2.1 Raça é a mulher

Tanto no Esboço de Programa para Assistência do Trabalhador mobilizado quanto no Livro Histórico do SEMTA percebemos que havia a pretensão para a construção de outros núcleos de famílias. Efetivamente funcionaram apenas dois<sup>100</sup>: o provisório do Porangabussu e o Permanente do Cocorote. Suas existências não foram simultâneas. O núcleo do Cocorote foi inaugurado com o fechamento do núcleo do Porangabussu. Nesses espaços, ou pelo menos no Núcleo do Porangabussu<sup>101</sup>, houve a aplicação de modelos daquilo que os órgãos relacionados ao Estado Novo chamaram de educação alimentar e medicina preventiva, e tinha como foco as esposas dos trabalhadores e seus filhos.

Durante o Estado Novo ocorreu uma forte valorização da família tradicional, divulgada como o alicerce da sociedade. Era a instituição primeira para a formação de um cidadão forte física e moralmente, comprometido com o Estado. A família era a grande responsável pela construção de uma “raça física e culturalmente forte”. A mulher gera, amamenta, alimenta e educa, cabe a ela aplicar dentro de casa tudo aquilo que o Estado definia como uma medicina preventiva que melhor formaria o homem trabalhador. As mulheres dos trabalhadores que foram para a Amazônia não estavam em suas casas, mas reunidas dentro do Núcleo elas representavam um “público” ideal para tais teorias.

---

<sup>100</sup> Como vimos no capítulo anterior, mesmo com apenas estes núcleos funcionando a assistência à família do trabalhador soldado da borracha foi mal executada e trouxe consequências irreversíveis para muitas famílias que ficaram alojadas no núcleo de famílias do Porangabussu, com a suspensão do envio de verbas.

<sup>101</sup> Destacamos atenção especial ao Núcleo de famílias do Porangabussu por causa das fontes utilizadas para a construção desta discussão. Os serviços de saúde e alimentação do núcleo do Porangabussu produziam relatórios periódicos. Infelizmente, não possuímos documentação que diga respeito às estas praticas dentro do núcleo do Cocorote.

Dentro da perspectiva das políticas alimentares que pretendiam organizar a produção e distribuição racional dos alimentos, se dá a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS, em 1941. Para a professora Ângela de Castro Gomes, a criação do SAPS está inserida em um conjunto de empreendimentos iniciados pelo Estado Nacional varguista que visavam,

impedir o extravio de valores produtivos, em terminologia sanitária falar-se-ia em evitar o enfraquecimento, o gasto ou a diminuição das forças orgânicas, mas, também objetivavam ampliar o escopo do seu intervencionismo, atingindo as causas mais profundas da pobreza e promovendo a satisfação das necessidades básicas do homem: alimentação, habitação e educação. (GOMES, 1988, p. 264).

Para o SAPS a alimentação não era somente uma questão individual. Ela era o elo primordial que garantia a produtividade do trabalhador e o progresso do país. O serviço estava subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a partir de 1943, durante o ministério de Alexandre Marcondes Filho, teve suas funções ampliadas tornando-se uma grande autarquia. O SAPS tinha a missão de oferecer aos trabalhadores refeições elaboradas nos padrões científicos da época, além de reeducar seus hábitos alimentares e de suas famílias. A forma de trabalho recomendada pelo SAPS estava baseada no diagnóstico dos problemas de alimentação e nutrição dos trabalhadores e na melhor forma de solucioná-los.

No núcleo de famílias do Porangabussu, em 1943, nos deparamos com a *Ficha Higiênico Alimentar* que era aplicada para cada nucleada e tinha a finalidade de diagnosticar e solucionar os problemas nutricionais das famílias.

Figura 4 - Ficha Higiênico Alimentar / Núcleo do Porangabussu.

FICHA HIGIÊNICO ALIMENTAR

Data \_\_\_\_\_ Ficha individual n° \_\_\_\_\_

Família n° \_\_\_\_\_

Nome : \_\_\_\_\_

Idade : \_\_\_\_\_ Sexo : \_\_\_\_\_

Estado geral :      ótimo      bom      regular      má      péssimo

Data	Peso	Altura	Observações

Fonte:  
Arquivo

Nacional. Rio de Janeiro, Fundo Paulo Assis Ribeiro.

Na ficha há um espaço para classificar o *estado geral* do nucleado, se ele estava aparentemente ótimo, bom, regular, mau ou péssimo, dentro dos padrões de classificação eugênicos<sup>102</sup> e buscando aqueles que fossem *fisicamente* mais hábeis ao trabalho. Havia na ficha um espaço para monitorar o peso e a altura dos nucleados ao longo do tempo, para que fosse possível um maior controle em relação à nutrição dos moradores do núcleo.

Bem semelhante a essa ficha aplicada dentro do Núcleo do Porangabussu havia o *Inquérito Social*<sup>103</sup>. O início do trabalho realizado pelas chamadas visitadoras de alimentação era feito com a aplicação deste inquérito. Ele servia para fazer o diagnóstico, o julgamento e o tratamento. A própria escolha do

<sup>102</sup> Jean Pierre Chabloz, além dos cartazes de propaganda, também realizou uma série de pinturas representativas dos “biótipos nordestinos”. Através dessas imagens os médicos responsáveis pelo recrutamento poderiam avaliar se os candidatos a seringueiros eram ou não aptos para o trabalho. Dentre os biótipos pintados por Chabloz temos: o “disgenopata”, que apresenta, segundo a descrição da imagem, além de uma “inferioridade” física, uma psíquica. o “brevilíneo estético”, sujeitos com a predominância do abdômen superior; “longilíneo estético”, com membros maiores do que o tronco; o “mixotipo”, um indivíduo com medidas bem próximas às medidas consideradas “normais” e o “normolíneo”, com as medidas do tronco iguais às dos membros e as do tórax iguais às do abdômen. Todas essas imagens estão disponíveis no Museu de Artes da UFC.

<sup>103</sup> Não há nos documentos do SAPS estudados a tabulação dos resultados destes Inquéritos. Mesmo que a tentativa do Inquérito fosse abranger os trabalhadores rurais e urbanos, muito provavelmente, sua aplicação deve ter sido bastante restrita. Principalmente, entre as famílias do operariado urbano industrial.

nome “inquérito”, em detrimento de outros, como questionário, nos dá pistas da natureza intervencionista deste tipo de discurso sobre a educação alimentar. O inquérito servia para diagnosticar os *problemas*, após a análise das respostas,

eram repassadas noções de higiene, valores morais, como se relacionar bem com a família, vizinhos e comunidade em geral, além de aulas de culinária, nas quais eram ensinados preceitos da alimentação racional e como as donas de casa poderiam aproveitar melhor os recursos e alimentos, além de noções também de Enfermagem, Puericultura, Horticultura e aulas sobre o melhor orçamento doméstico, inclusive com aulas de artesanato. (Relatório do SAPS, 1947).

Os Inquéritos eram feitos por mulheres<sup>104</sup> da classe média de Fortaleza e aplicados em mulheres pobres. O programa de educação alimentar era voltado para as donas de casa, visto que eram elas que ficavam em casa nos horários das visitas, enquanto seus maridos estavam no trabalho. Eram as mulheres solteiras e sem a experiência de manutenção da família que iriam ensinar as outras mulheres, donas de casa e mães de famílias, como gerirem melhor seus lares. Isso porque eram as visitadoras que detinham o conhecimento formal da educação alimentar, atestado e assegurado pela escola Agnes June Leith.

A Escola Agnes June Leith, depois chamada de Escola de visitadoras de alimentação – EVA, também foi criada em agosto de 1944, com este mesmo intuito. Era uma escola voltada para moças e tinha como finalidade “preparar jovens mulheres com formação normalista para atuarem na educação e mudança de hábitos alimentares dos trabalhadores e suas famílias”. (CIDRAK, ANO, p.11). Era restrita somente a mulheres solteiras e foi a primeira do tipo inaugurada no Brasil, buscava atender a demanda nutricional das zonas definidas, por Josué de Castro, como áreas de fome endêmica e epidêmica, ou seja, o Norte e o Nordeste, respectivamente. Por isso estava localizada em Fortaleza, capital do Ceará que ficava “equidistante dos estados da Bahia e Amazonas”. (FOGAGNOLI, 2011, p. 34). Era necessário investir na educação das mulheres, futuras mães, e esse ensino deveria “ser para as moças, aquilo que o serviço militar é para os rapazes”. (RIBEIRO Apud OSTOS, 2009. p. 49).

---

<sup>104</sup> Somente mulheres solteiras poderiam se tornar visitadoras de alimentação. A partir do momento em que marcassem o casamento estava desligadas do projeto do SAPS.

O currículo da escola Agnes Junes Leith abrangia não apenas a nutrição, bem como higiene, agricultura, puericultura dietética, sociologia, antropologia, enfermagem, entre outros. As meninas que terminassem o curso e ainda não tivessem se casado poderiam atuar como visitadoras de alimentação e, não apenas serem “mulheres aptas” para cuidarem se seus lares, como também ensinar outras mulheres a melhor forma de cuidarem dos seus. Na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, os acordos assinados entre Brasil e Estado Unidos abrangiam não apenas as questões ligadas ao fornecimento da borracha, bem como parcerias na áreas de saúde, saneamento e alimentação<sup>105</sup>.

As visitadoras de alimentação da EVA deveriam desenvolver atividades de educação alimentar nos restaurantes populares e nos postos de subsistência do Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS, e principalmente junto às famílias de operários e trabalhadores do meio urbano e rural. Deveriam visitar as casas dos trabalhadores, observar seus hábitos para ensinar-lhes a forma correta de se alimentarem.

E se as mulheres do campo eram atingidas em uma escala infinitamente menor do que as mulheres do meio urbano, o Núcleo de famílias do Porangabussu figurava como uma oficina, na qual essa função estratégica das mulheres na constituição da população poderia ser ressaltada. Afinal de contas, como afirma Augusto de Castro, teórico de destaque do Estado Novo, a “raça não é o homem: é a mulher”<sup>106</sup>: o homem é apenas a promessa. Portanto, cabe à mulher transformar isso em realidade. Além de dar a luz e amamentar, era a mulher quem alimentava e educava os futuros cidadãos trabalhadores. Por isso há um discurso tão forte de

---

<sup>105</sup> Desde o início da década de 1940 as relações entre Brasil e Estados Unidos vinham se estreitando não apenas no que diz respeito a questões econômicas, como também no âmbito cultural. A criação do personagem Zé Carioca em homenagem ao Brasil por Walt Disney. A exaltação da cantora Carmem Miranda por Hollywood como o símbolo da musica brasileira (mesmo esta não sendo nascida no país). A filmagem de uma película em Fortaleza pelo consagrado diretor Orson Welles e também os investimentos nas pesquisas relacionadas em educação. A Escola foi criada com a orientação da nutricionista americana Agnes June Leith e, por isso, recebeu seu nome.

<sup>106</sup> CELSO, Afonso. A mãe de família operária. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano XLIV, nº 156, 03 de julho de 1934, p. 5. IN: OSTROS, Natascha Stefania Carvalho. *Terra adorada, Mãe gentil: Representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, p. 89.

valorização da puericultura, uma ciência médica dedicada aos cuidados com o desenvolvimento infantil.

Não há como sabermos qual a dimensão destas visitas e qual a intervenção real que elas causavam dentro das famílias, mas sua aplicação estava relacionada diretamente ao discurso higienista da medicina social e no desenvolvimento de uma alimentação racional que também foi aplicada dentro do Núcleo de Famílias do Porangabussu. Ele servia como um espaço laboratório de afirmação e registro destas teorias.

Dentre os preceitos trabalhados durante as visitas domiciliares estavam:

1. Favorecer o nascimento normal;
2. Assegurar o crescimento e o bom desenvolvimento das crianças;
3. Formar osso e dentes normais, músculos fortes e sangue bom;
4. Evitar o raquitismo [...] e outras doenças que só existem por deficiência de alimentação;
5. Garantir a vitalidade e o prazer de ser ativo;
6. Aumentar, nas crianças escolares, a capacidade de aprender;
7. Manter no adulto, a constante substituição dos tecidos gastos e a normalidade físico-química corporal;
8. Realizar uma população forte, resistente à fadiga e à doença, apta ao trabalho e capaz de compreender, estimar e realizar o progresso. (COSTA, 1995, p.12 apud CIDRACK, 2011).

É perceptível a busca pelo desenvolvimento de um trabalhador forte que tenha sua capacidade produtiva aumentada por conta de uma alimentação adequada. Ele deve ter “dentes normais, músculos fortes e sangue bom” para que seja apto e resistente para o trabalho, pois através do trabalho se alcançaria o progresso. Dessa forma, as mulheres teriam o seu papel na construção do progresso do país.

Como vimos, os princípios da Escola, fundada em 1944, já eram aplicadas dentro do núcleo de famílias do Porangabussu. Em 1943, as famílias e os trabalhadores eram classificados de acordo com sua capacidade física e alimentar. Ou seja, antes da inauguração da Escola das Visitadoras de Alimentação, o SEMTA e o núcleo de famílias do Porangabussu traziam em seus documentos muitos elementos que estavam presentes nas recomendações da SAPS e nos currículos da Escola, como é o caso da puericultura.

O Esboço de Programa para a Assistência à Família do Trabalhador Mobilizado possuía em seu conteúdo itens que versavam sobre a assistência médico-sanitária, higiene infantil, higiene alimentar, prevenção de epidemias,

assistência médica, odontológica, além da assistência moral e religiosa. Era com a finalidade - de evitar que os adultos das próximas gerações desenvolvessem esses biótipos - que as mães deveriam investir em melhores moradias e alimentação para seus filhos, por meio dos preceitos oferecidos pelo Estado. Natascha Carvalho Ostos, ao discutir as representações do feminino durante a era Vargas, afirma:

Através da função materna as mulheres poderiam agir como formadoras e regeneradoras do homem, do cidadão e da sociedade; voltando sua atenção para aspectos fundamentais da vida humana, como reprodução, alimentação, a higienização de ambientes e pessoas. (OSTOS, 2009, p.89).

Cabia às mulheres o papel de cuidar e educar, nutrir e garantir a sobrevivência e o desenvolvimento das crianças. No artigo *O magno problema da mortalidade infantil*, publicado na revista *Ceará Médico*<sup>107</sup>, de abril de 1943, José Fernandes, médico pediatra, enumera as causas das altas taxas de mortalidade infantil no País. Ele divide essas causas em dois grandes grupos, as causas diretas ou determinantes (problemas pré-natais, natais, neonatais, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas) e as causas indiretas ou predisponentes que ele distribui em quatro outros grupos. Causas geográficas/étnicas e meteorológicas, sobre as quais ele prefere não comentar, e as causas higiênicas e econômico-sociais.

Estes dois últimos grupos por vezes se confundem dentro do artigo. Dentre os fatores higiênicos, José Fernandes destaca a má habitação, moradias em ambientes insalubres e a alimentação defeituosa, consequências geralmente da miséria e da pobreza. Neste ponto, o pediatra se refere diretamente às responsabilidades da mãe. Discorre sobre a importância do aleitamento materno e sobre os perigos das mães que se ausentam do lar: “tudo que afasta a criança de sua mãe coloca-a em estado de sofrimento e perigo de morte”. (FERNANDES, 1943).

Ainda segundo Fernandes, uma das “consequências mais funestas dos tempos modernos é o trabalho da mulher fora do lar”. Como responsáveis diretas

---

<sup>107</sup> FERNANDES, José. O magno problema da mortalidade infantil. Revista *Ceará Médico*. Nº4 e 5. Abril e Maio. Ano XXII, 1943.

pela alimentação e nutrição dos filhos, as mulheres não deveriam se afastar de seus lares. A intenção não era extinguir o trabalho feminino, afinal, a mão de obra das mulheres era barata e também bastante produtiva. Mas o discurso da construção de condições ideais para o fim da mortalidade infantil passava pela valorização da família e pela afirmação dos papéis sociais de homens e mulheres. As visitadoras de alimentação, como já dissemos anteriormente, deveriam necessariamente ser solteiras e se casassem, perderiam automaticamente seus empregos. A Escola Agnes June Leith buscava formar mulheres e mães ideais, era importante dar o exemplo e manter as esposas em seus lares.

A ilegitimidade é o outro fator econômico-social abordado. Para José Fernandes, ela obriga pais a abandonarem seus filhos e a mortalidade de crianças ilegítimas era duas vezes maior do que a de crianças legítimas. A condição de ilegitimidade significava diretamente “parto defeituoso, mãe abandonada, má alimentação e péssimas condições de higiene”. (FERNANDES, 1943). O texto procura ser excessivamente científico e moderno, mas possui uma série de elementos morais ligados a indissolubilidade da família tradicional. Há um limiar entre as transformações do mundo moderno, as exigências do mercado de trabalho e a tradição dos papéis sociais da mulher como mãe e dona de casa. A preocupação com a assistência a família dos trabalhadores migrantes é bastante percebida nos documentos do SEMTA. Com a migração dos soldados da borracha, cabia ao Estado assumir a garantia dos cuidados para a manutenção da saúde familiar. De acordo com o Contrato de Encaminhamento o SEMTA deveria fornecer: “alojamento e assistência médica e sanitária, alimentar e educacional para a família ou dependentes diretos do trabalhador (que optar pela assistência feita pelo SEMTA [...])”<sup>108</sup>.

Na realidade, essa discussão sobre nutrição e higiene estava relacionada diretamente com os saberes construídos pela medicina social. Jurandir Freire Costa<sup>109</sup>, referindo-se às práticas estabelecidas no final do século XIX, afirma:

---

<sup>108</sup> Contrato de Encaminhamento – Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores pra a Amazônia – Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC/UFC.

<sup>109</sup> COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

A medicina social, através de sua política higiênica, reduziu a família a este estado de dependência, recorrendo, o que é mais significativo, a argumentos semelhantes aos atuais. Foi também pretextando salvar os indivíduos do caos em que se encontrava que a higiene insinuou-se na intimidade de suas vidas [...] procurando modificar a conduta física, intelectual, moral, sexual e social dos seus membros com vistas à sua adaptação ao sistema econômico e político. (COSTA 1979, p.12).

No Brasil, podemos afirmar que três etapas de medicina social se completam<sup>110</sup>. A inserção da medicina no funcionamento geral do discurso e do saber científico se fez por meio da socialização da medicina coletiva, preventiva, social e urbana. Um tipo de saber médico que procurava abarcar a vida social dos trabalhadores. O Governo Vargas buscou aplicar uma forma de medicina social que pudesse reorganizar o território brasileiro, a fim de povoar os espaços vazios<sup>111</sup>, de explorar a mão de obra do trabalhador ativo e saudável com dispositivos de seleção e classificação dos corpos e, para isso, criou uma variedade de mecanismos em que o Estado qualificasse, diagnosticasse, nutrisse, controlasse o trabalhador e sua família. Desta forma, os serviços propostos pelo Estado Novo reproduziam ideologicamente, onde fosse possível, o projeto sanitaria e higienista sugerido por ele. A alimentação racional era uma das vertentes propostas pela medicina social.

Nesse caso, a medicina preventiva é a bastante ampla, porque compreende tudo aquilo que o conceito de higiene pode expressar, inclusive,

---

<sup>110</sup> Segundo (FOUCAULT, 1979) o caminho para a construção de uma medicina científica não ocorreu a partir da medicina privada, individualizada. Para ele, o desenvolvimento da medicina social teria passado por três etapas. Primeira, na Alemanha, o Estado extraiu e acumulou conhecimentos para melhor assegurar o funcionamento. Formou-se uma medicina de Estado que subordinava diretamente a prática médica e tinha seus funcionários médicos nomeados pelo Governo. Desta forma, o médico se transformava em um administrador de saúde. Neste caso, a prioridade era garantir a força estatal e não de trabalho. Segunda, uma medicina urbana, gestada na França, baseada no esquadrinhamento do espaço urbano. Dessa forma, o Estado buscava remodelar as cidades para evitar lugares que pudessem *provocar doenças*. Por fim, na Inglaterra, a medicina da força de trabalho, que visava garantir uma assistência controlada da saúde e do corpo aos pobres para torná-los mais aptos ao trabalho e menos perigosos aos ricos. Ao invés de cuidado médico o Estado propiciava controle médico aos trabalhadores buscando inspecionar a força de trabalho. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 92.

<sup>111</sup> Vargas em muitos de seus discursos se refere à região norte como um espaço vazio que deveria ser ocupado. Por isso as populações deveriam ser remanejadas de espaços mais povoados, como é o caso do Nordeste para a região Amazônica. É importante ressaltar que a região Norte não era necessariamente um espaço vazio. As comunidades indígenas e populações rurais foram desconsideradas no discurso varguista que priorizava o trabalhador urbano.

alimentação, vestuário, habitação, educação e trabalho<sup>112</sup>. O saber médico deveria abranger toda a amplitude da socialização humana, do ordenamento da vida para que fosse possível redimir. Desta feita, cabia ao saber médico ensinar às famílias, por meio das mulheres, a melhor forma de criarem suas crianças para que as próximas gerações fossem eficientemente aptas e produtivas no mercado de trabalho.

A natureza intervencionista do Estado também pode ser percebida na educação alimentar. Na cartilha “Getúlio Vargas para crianças”, o chefe da nação se dirige aos futuros trabalhadores do país e alerta,

Faça todos os dias cinco refeições separadas por intervalos certos. Não deixe de pedir a sua mamãe, todos os dias, pelo menos um bife sempre mal passado e preferivelmente de fígado, dois copos de leite e um pouco de manteiga, uma fatia de queijo e um prato de frutas e verduras. Sem isso você não crescerá bem. Ficaré para toda a vida pequeno e feio, provocando o riso dos que, em criança, souberam comer melhor<sup>113</sup>. (CAPELATO, 2009, p. 191).

Foi para balancear melhor a alimentação do trabalhador que o Governo Vargas cria o SAPS. Mas a abrangência do serviço não se restringia apenas aos restaurantes populares. Além destes, o serviço oferecia: Biblioteca popular; setor de encaminhamento de empregos; desjejum escolar; secção de cinema aos sábados; consultório de alimentação econômica; cursos de corte e costura; postos de subsistência. Esses forneciam a compra de alimentos a preço de custo.

De acordo com (FOGAGNOLI, 2011) o ato de inauguração do Posto de Subsistência do SAPS central, no Rio de Janeiro, foi marcado pela visita do Ministro Marcondes Filho que, ao lado de sua esposa e filha, fez sua carteirinha<sup>114</sup> e as primeiras compras no Posto. A tática de aproximação entre governo e povo era

---

<sup>112</sup> Em um artigo intitulado: A importância da higiene moderna no desenvolvimento das nações<sup>112</sup>, o fisiologista, José Francisco Valiente, afirma que a medicina preventiva e a higiene social são a medicina do futuro, o único meio de garantir saúde aos pobres. VALIENTE, José Francisco. A importância da higiene moderna no desenvolvimento das nações. **Revista Ceará Médico**. Nº 6 e 7. Junho e Julho. Ano XXII, 1943.

<sup>113</sup> Conferir “Getúlio Vargas para crianças”.

<sup>114</sup> “O benefício contemplava qualquer trabalhador que fosse assegurado da Instituição de previdência social, aos funcionários do próprio SAPS e ao trabalhador segurado do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado”. IN: FOGAGNOLI, Marcela Martins. “Almoçar bem é no SAPS”: Os trabalhadores e o serviço de alimentação da Previdência Social.

característica recorrente durante o Estado Novo. Ao fazer suas compras no Posto de Subsistência, como um trabalhador, Marcondes Filho buscava assegurar a qualidade dos produtos, valorizar o benefício concedido ao trabalhador, além de ressaltar o ideal familiar, visto que depois de realizar as compras, o ministro as entrega para sua esposa, responsável pela organização do lar. Assim, o ordenamento da vida dos trabalhadores e de suas famílias, juntamente com a boa alimentação, deveria forjar uma nação saudável.

A alimentação estende seus efeitos não só ao corpo que a utiliza como energia. Influi nas organizações sociais, determinando a maior ou menos capacidade de realizações ou de eficiência do agrupamento humano, pois o todo será o que forem as suas partes. (SAPS, 1947, p. 38).

Josué de Castro foi o idealizador e primeiro diretor da SAPS e, para ele, as instituições deveriam solucionar o *problema da fome*. A alimentação funcionava para satisfazer necessidades biológicas da população, classificada geograficamente. Dessa forma, Castro auxiliou na implantação dos primeiros restaurantes populares. Para Castro, a fome era uma grande força modeladora do comportamento de todos os homens, “vê-los agir, falar, lutar, sofrer, viver e morrer era ver a própria fome modelando, com suas despóticas mãos de ferro, os heróis do maior drama da humanidade – o drama da fome”. (CASTRO apud GONÇALVES, 2007).

No livro *A Geografia da Fome*<sup>115</sup>, o dilema brasileiro: Pão ou Aço. Josué de Castro escreve, em 1946, a partir do ponto de vista da nutrição, da fome como uma necessidade biológica a ser satisfeita. Na realidade, essa discussão sobre a nutrição dos trabalhadores será bastante recorrente durante toda a década de 1940. A natureza intervencionista do Estado Novo também será percebida no discurso sobre educação alimentar. Afinal de contas, trabalhador mal nutrido é pouco produtivo.

---

<sup>115</sup> Seu livro, *A Geografia da Fome*, buscava definir um mapa da fome no Brasil, ali, a região Amazônica era uma área de fome endêmica permanente, causada pela falta de determinados elementos nutritivos e essenciais para os regimes alimentares. O sertão nordestino uma área epidêmica, transitória, a verdadeira inanição e o centro sul de subnutrição e má alimentação. Este trabalho deu suporte teórico para a aplicação de várias políticas alimentares durante o Estado Novo.

A partir de 1942 para (GOMES, 1988) o Estado Novo estaria vivendo um “segundo movimento”. As transformações na conjuntura internacional, a Segunda Guerra Mundial e o alinhamento com os Estados Unidos teriam reorientado a política do Estado Vargasista. O governo de Getúlio Vargas buscou o apoio não apenas dos grupos sociais institucionais e de grande poder econômico, como Igreja, oligarcas e militares, mas procurou trazer cientistas e intelectuais que poderiam corroborar diretamente a elaboração e legitimação das ideias e discursos que embasavam o Estado Novo. Josué de Castro foi um dos teóricos responsáveis pela gestação de ideias como o salário mínimo e os restaurantes populares.

Segundo Josué de Castro, a fome mata as pessoas de duas maneiras: pela forma *quantitativa*, quando as pessoas não têm nenhum tipo de alimento e morrem por inanição e pela forma *qualitativa*, quando há a falta de determinados nutrientes na dieta básica das pessoas. Seja por falta de recursos ou de infraestrutura alimentar, o não consumo de determinados alimentos torna o corpo suscetível a graves doenças, matando lentamente milhares de pessoas. É a chamada *fome oculta*. Desta forma, Castro afirma que o dever das instituições deveria ser solucionar o *problema da fome*. Para investir no combate à fome oculta, era necessário investir na educação das esposas e mães.

Juntamente com o salário mínimo, estabelecido em 1940, e também sugerido por Casto em um artigo, a fundação do SAPS reforçava a política varguista para tentar garantir a maior nutrição e produtividade do trabalhador urbano. A proposta inicial do serviço era promover a melhoria das condições nutricionais da classe trabalhadora e garantir refeições baratas. Com a defasagem no valor do salário mínimo, a SAPS funcionava como uma forma de complementar a assistência aos trabalhadores urbanos regulares. Segundo um estudo feito por Josué de Castro em 1935, mais da metade do salário do trabalhador era gasta com alimentação: por isso a necessidade de haver um órgão que pudesse complementar a discrepância dos gastos com uma alimentação racional.

Assim define Vargas a preocupação do seu governo com a alimentação do trabalhador, por meio do SAPS:

Nada exprime melhor o interesse do meu governo pela saúde e pelo bem estar do povo do que a obra humanitária do SAPS, cujos méritos no terreno da assistência social não podem ser desconhecidos. A nova política alimentar assim inaugurada influirá consideravelmente no aperfeiçoamento de nossa raça e, por conseguinte, no futuro do Brasil<sup>116</sup>.

Era pensando no futuro que o SAPS procurava corrigir os “equivocos” do passado, no que diz respeito à alimentação da população nacional. De acordo com o Boletim Mensal do SAPS, muitos são os “erros deploráveis” herdados de seus colonizadores europeus e dos indígenas que habitavam o País. (FOGAGNOLI, 2011, p. 9). Para garantir uma população produtiva e saudável, era necessário implementar novos hábitos alimentares embasados pelo saber científico e não pela tradição. Assim, o Estado funcionava também para regulamentar os fenômenos constitutivos da vida orgânica. Era preciso investir, principalmente, nas mulheres, mães e esposas dos cidadãos produtivos, e nas crianças, os trabalhadores do futuro. Nos Boletins Mensais do SAPS também havia uma coluna destinada às esposas dos trabalhadores, “Para a mulher do lar”, com artigos ensinando a cuidar da nutrição da família.

Nosso objetivo não é avaliar o alcance real que a veiculação destes textos possuía, mas perceber como os espaços de regulamentação dos trabalhadores e de suas famílias funcionavam como lugares férteis nas suas aplicações e difusões. E se a realidade da população rural se distanciava, muitas vezes, dos discursos do Estado Vargasista, o Núcleo de Famílias do Porangabussu funcionava como um lugar específico, que reuniria mulheres e crianças, em que as técnicas de alimentação e medicina social poderiam ser aplicadas. Como ressalta o livro histórico do SEMTA:

Nuclear milhares de famílias, a fim de amparar as mulheres e os filhos dos trabalhadores que seguem para os seringais, dando-lhes sistemática assistência médica e econômica, é obra de caráter inédito pelo seu relevante alcance social<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> Notas do Gabinete Civil da Presidência da República, sobre crédito aberto ao SAPS pelo Banco da Prefeitura do Distrito Federal para compra de legumes, frutas, ovos, cereais e caminhões. Em anexo, mensagem de Getúlio Vargas sobre a significação da obra desenvolvida pelo SAPS. Rio de Janeiro, 1951. Arquivo CPDOC.

<sup>117</sup> Livro Histórico do SEMTA. Volume 1. Introdução. P. 12 – Acervo Arquivo Nacional. Cx 4 – S7. Doc 62.

O livro histórico do SEMTA destaca o alcance social das políticas voltadas para a assistência das famílias dos trabalhadores, todos eles de maneira geral e os migrantes, de maneira específica. Com a migração, algumas famílias foram enviadas para o núcleo de Famílias do Porangabussu.

## **2.2 Saúde para os trabalhadores (suas famílias)**

Como já dissemos, o Núcleo Provisório de Famílias do Porangabussu era um espaço destinado às famílias dos trabalhadores que optassem por uma assistência familiar total, que dava aos seus dependentes vaga neste núcleo de famílias. Quando iam para a Amazônia, os trabalhadores assinavam o contrato de encaminhamento e nele poderiam optar por um tipo de serviço de assistência para suas famílias. O núcleo contava com uma assistência de cobertura total e as esposas e os filhos desses trabalhadores ficavam morando no núcleo até que estes retornassem ou mandassem buscá-las<sup>118</sup>. De acordo com a cláusula 505 do contrato assinado entre o soldado da borracha e o SEMTA: “Declaro que meus dependentes diretos devem ser nucleados de acordo com as condições fixadas para este caso nas cláusulas respectivas de contrato de encaminhamento e subsequentes”<sup>119</sup>.

---

<sup>118</sup> O que não necessariamente ocorreu, como vimos no capítulo anterior sobre os descompassos de comunicação e reencontro entre os soldados e suas famílias.

<sup>119</sup> Contrato de Encaminhamento – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazonia – Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC/UFC.

Não há descrições oficiais de como era a estrutura do Núcleo Provisório de Famílias do Porangabussu. Nas cartas, as mulheres reclamam que havia barracões e cordas para separar as pessoas. Maria Fisolina escreve para o marido Abel Casimiro, trabalhador nº 3752, que de acordo com a Relação dos trabalhadores cujas famílias estão no núcleo do Porangabussu, deixou dez dependentes nucleados dizendo:

[...] uma cousa eu faço pode acreditar, Abel depois que o Dr Pinto trouxe a mulher pra car ela tem inventado umas leis que não pode ser criada, primeira ves ela quis proibir a gente fumar como não pode conciguir enventou amarrar o barracão para o pessoal ir como um mogote de assassino que não pode se unir com niguem precisa ir isolado de um par um, e no dia que ouve esse barulho eu e mais quatro colegas passamos um telegrama respeito desse caso, nesse dia chorava criança e pessoas grande com o disadoló da Sra do Dr Pinto [...] [sic].<sup>120</sup>

Joana Abreu também se queixa das cordas e do barracão: “cercou o barracão de cordas para conseguir a nossa comida como animal, e para melhor eu lhe dizer o cativeiro aqui está de não suportar”. A utilização de cordas impunha materialmente a disciplina na hora da comida. Não podemos afirmar que as famílias moravam em melhores condições estruturais antes de irem para o Núcleo, mas a propaganda e o discurso do Governo era diferente daquilo que haviam encontrado. Como destaca Capelato (1998, p. 141) a propaganda só alcançava resultados reais quando acompanhada de benefícios verdadeiros para os trabalhadores. Regina, ao descrever a cerimônia de inauguração do Núcleo, também fala que: “Foi dita a missa num altar armado embaixo do barracão com o Padre Helder Câmara como assistente do Padre Tiago que foi quem disse a missa e batizou os garotos”.

Algumas imagens apresentam uma construção que não se encaixa nos moldes modernos que o Estado Novo pregava em seus discursos. As casas eram feitas de paus e palha, sem todas aquelas estruturas que a higiene médico sanitária exigia. É por isso que nos documentos sobre o Núcleo do Cocorote, que irá substituir o Porangabussu, há uma grande exaltação ao fato dele ser feito em alvenaria.

---

<sup>120</sup>Maria Filisolina Abreu – Porangabussú, 27 de julho de 1943.

**Figura 5** - Núcleo de Famílias do Porangabussu.



Fonte: Acervo Regina Chabloz.

Nas cartas dos trabalhadores à Regina Chabloz, eles falam muito sobre o núcleo: ora se referem a ele como pouso, hospedaria ou núcleo de mulheres,

[...] chegando aqui e falando nos confortos do Núcleo e a vantagem que encontrei para as famílias [...]; [...] manda me dizer se no núcleo do SEMTA [...]; [...] fico aí no pouso de hospedaria de mulher do SEMTA [...]; [...] minha família ahi pouzo porangabussu[...]; [...] famílias pobres, na construção desta base [...]; [...] aí no Núcleo [sic]; [...] dificultoso para as mulheres do Núcleo [...]”.

Tanto no núcleo quanto nos pousos<sup>121</sup>, onde ficavam os trabalhadores encaminhados até o momento de embarcarem para a Amazônia, as famílias e os trabalhadores entravam em contato com medidas higiênicas, de segurança alimentar, médica e social, conformando um projeto total que buscava ordenar as atuações do Estado na formação da população. João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior, médico e jornalista dedicado aos estudos da nutrição no Brasil, escreveu, em 1941, sobre os objetivos de uma boa alimentação<sup>122</sup>:

É prudente não esquecermos o tríplice objetivo da alimentação: o objetivo higiênico, econômico e social: higiênico – preservando a saúde, evitando a moléstia, assegurando a robustez e capacidade física; social – reduzindo a mortalidade, a invalidez, aumentando a capacidade reprodutora e, por conseguinte, fazendo crescer a população; econômico – assegurando ao homem maior aptidão para o trabalho, o aumento da capacidade coletiva de produzir riqueza. (JUNIOR, 1941 apud OSTOS, 2009, p. 44).

É possível termos acesso a diversas imagens dos pousos, principalmente do pouso do Prado, localizado em Fortaleza. Ali os trabalhadores aparecem praticando vários esportes: vôlei, corrida, luta e muitos exercícios físicos.

---

<sup>121</sup> Pouso eram lugares em que os trabalhadores ficavam provisoriamente até poderem seguir sua viagem para a Amazônia, existiam pousos espalhados por todo o percurso feito pelos trabalhadores. Eles iam de Fortaleza a Teresina, de Teresina ao Maranhão e lá tomavam um barco que os levava à Belém. Em Belém também havia pousos, nos quais os trabalhadores ficavam até irem pra o seringal.

<sup>122</sup> JUNIOR, Peregrino. **Política brasileira de alimentação**. Cultura política. Rio de Janeiro, ano I, nº2, abril de 1941, p. 144. Peregrino Junior possui uma extensa produção acadêmica de literatura médica como, por exemplo: *Alimentação - Problema Nacional* (1942) e *Desenvolvimento Normal do Brasileiro* (1943).

**Figura 6** - Exercícios no Pouso do Prado.



Fonte:  
Acervo  
Mauc/U  
FC

N

ão foi  
possív  
el  
saber  
com  
que  
frequê

ncia essas atividades eram praticadas dentro dos pousos. Se havia um horário habitual para a prática de cada uma delas ou se foram apenas posadas para as fotografias<sup>123</sup>. Mas a produção das imagens sobre essas atividades nos dá indícios da tentativa de o Governo confirmar suas teorias sobre a formação do homem, trabalhador e saudável. Divulgar essas fotografias dos trabalhadores fazendo exercícios era uma forma de propagandear os serviços de assistência do SEMTA e ressaltar os benefícios dos pousos e do núcleo.

<sup>123</sup> No acervo do Museu de Artes da UFC – MAUC há um vasto acervo de imagens com trabalhadores praticando exercícios físicos. As fotos foram tiradas pela Aba Film e tentam ilustrar diversos momentos dos pousos e do núcleo de famílias.

Uma longa matéria da revista **Cancha**, de circulação na capital cearense, foi feita sobre a prática de exercícios físicos no pouso do SEMTA. Esta reportagem está no fundo pessoal Paulo Assis Ribeiro – Arquivo Nacional. Como este fundo era um acervo pessoal do diretor do SEMTA doado por sua esposa ao Arquivo Nacional, esta matéria deve ter sido retirada da revista e guardada pelo próprio diretor ou por algum funcionário do SEMTA, pela importância que teve na época de sua veiculação. Diz a manchete: “No pouso do SEMTA a quadra mais original do Estado<sup>124</sup>”.

A reportagem destaca o fato de os exercícios serem rotineiros e tão pesados que muitos trabalhadores alistados fugiam do pouso por temer que aquelas práticas esportivas fossem treinamento militar para atuar na Segunda Guerra.

“Assim por onde passavam diziam os ‘fujões’ que o ‘governo queria era pegar os sertanejos para mandar brigar com os alemães na África, pois os trabalhadores ao invés de ir para a Amazônia, ficavam em Fortaleza no Prado, fazendo ginástica militar, com sargento do exercito... Praquê trabaiaador fazendo exercício?”<sup>125</sup>.

Foi por isso que a revista resolveu fazer a matéria, para desmentir os boatos criados pelos “fujões”, que estariam apenas “inventando pretextos” para justificarem “suas desistências”. De acordo com o Sargento Alfeu, entrevistado pela revista, a intenção dos exercícios era divertir o trabalhador enquanto este esperava por sua partida para a Amazônia. Para ele, o esporte era uma forma de “conservar a saúde” deste trabalhador, de “manter o equilíbrio das forças orgânicas dos [...] trabalhadores da Amazônia que terão [...] oportunidades de dominar a fadiga e o cansaço físico”<sup>126</sup>.

No relatório confidencial feito por Carlos Assis Ribeiro<sup>127</sup>, irmão de Paulo, para descrever as observações que ele fez em Belém sobre as condições de funcionamento do SEMTA, ele retrata várias dificuldades para o trabalho do serviço

---

<sup>124</sup> Revista Cancha, Fortaleza maio de 1943. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. Cx: 4. Doc: 23. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

<sup>125</sup> Revista Cancha p. 17. Arquivo Nacional.

<sup>126</sup> Revista Cancha, 1943, p. 18. A reportagem ainda destaca “os corpos fortes” e as “musculaturas salientes” dos trabalhadores que vinham do interior dos Estados do Nordeste.

<sup>127</sup> Relatório de observação do SEMTA – Carlos Assis Ribeiro, 1943. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

e uma delas é a questão sexual, “um problema que tem desafiado os maiores criminalistas e penalistas”. A falta da família também tinha uma dimensão sexual. Em carta, Elcída Galvão descreveu a saudade carnal que tinha do marido: “sempre vejo-te em sonho, mais tão diferente comigo, sonho realizando o que mais desejo, compreende? É..... [sic]”<sup>128</sup>.

Como saída para o problema do “desejo sexual”, Carlos Assis Ribeiro sugere o trabalho, a recreação e a religião. Por isso, em todos os pousos deveria haver uma capela, um missionário e um campo de esportes.

Dessa forma, as práticas domésticas e pessoais começam a adquirir um maior interesse político: saem apenas do âmbito familiar e passam a ser teorizadas e ensinadas pelas estruturas do Estado. Não há como afirmar em que medida esses discursos eram ou não tomados pela população como um todo, mas o Núcleo de famílias do Porangabussu, assim como os locais de trabalho formal e institucional, eram verdadeiros laboratórios nos quais o Estado tentava colocar em prática seus discursos. Entretanto, não sem resistências. Em várias cartas encontramos reclamações por conta das “novas leis” impostas às mulheres dentro do núcleo. Maria Fisolina afirma: “[...] não aceitamos as leis dela porque ela é do Rio e nós somos do interior e essas leis não pode serem criadas[...]”<sup>129</sup>. A mulher a quem Maria Fisolina se refere é D. Ivete esposa do médico responsável pelo Núcleo do Porangabussu. No capítulo anterior, já nos referimos a antipatia que D. Ivete provocava entre as nucleadas. Ao que tudo indica ela e seu marido, Dr. Pinto, não eram bem quistos também por Regina e Jean Pierre Chabloz. Em seu diário, Jean Pierre se refere ao casal com seus “*petites souris egoistes*”.

Para confirmar a importância do saber técnico, científico e higienista, os responsáveis gerais pelos pousos e pelo Núcleo eram, em sua maioria, médicos. As mulheres também reclamam muito sobre a proibição de fumar dentro do Núcleo. D. Joana escreve ao marido:

---

<sup>128</sup> Elcída Galvão – Porangabussu, 20 de junho de 1943. Acervo MAUC/UFC.

<sup>129</sup> Maria Filisolina Abreu – Porangabussú, 27 de julho de 1943. Acervo MAUC/UFC.

[...] Quanto a mim vou passando horrivelmente devido a umas tantas coisas que aqui tem aparecido. A mulher do Dr. Pinto tem implicado com o fumo, pois tu sabes que eu não passo sem fumo [sic]<sup>130</sup>.

Elcídia também se queixa, alegando que “fumar e chorar” são os únicos consolos dela desde que o marido partiu.

Cursinho aqui já botaram inquisição por causa do fumo, já disse a senhora do Dr. que prefiro ser enxotada do núcleo mas de fumar não deixava, pois é o meu único conforto aqui é fumar vivo aqui neste núcleo de tristeza sem você mãe sem adonde? Sem ter a quem da as minhas queixas fumar e chorar são meus únicos consolos desde que você foi embora [...]<sup>131</sup>

Em queixa ao marido, Fisolina afirma: “[...] ela quis proibir a gente fumar [...]”, novamente afirmando sua querela com D. Ivete. Fica claro o choque entre as *leis* de Dra. Ivete e as nucleadas. Um conflito gerado não necessariamente, entre Rio de Janeiro e interior do Ceará, mas entre o que se esperava de hábitos modernos e civilizados dentro de um Núcleo organizado pelo Estado e as experiências que essas famílias tinham anteriormente. Uma tensão que é sociocultural e geopolítica. À mulher cabia formar cidadão físico e mentalmente apto para o trabalho e o hábito de mascar fumo não condizia com a postura da mulher, *mãe e esposa* dedicada e saudável.

De acordo com o programa para a assistência dos trabalhadores mobilizados, os núcleos deveriam ser lugares onde a “técnica médico social far-se-á dentro das normas modernas observadas e respeitadas as características somático-psicológicas dessa população”<sup>132</sup>. Desta forma, o hábito do fumo não poderia ser tolerado dentro das chamadas normas modernas. O Estado Novo assume o papel não apenas de produtor e propagador de conhecimentos, mas também de gerenciador das relações sociais e familiares.

No regimento do SAPS, o serviço garantia dar conta do fornecimento e barateamento no preço dos alimentos, da conscientização dos trabalhadores, das

<sup>130</sup> Joana Abreu Porangabussu - Fortaleza 26, de junho de 1943. Acervo de Regina Clablos – MAUC/UFC.

<sup>131</sup> Elcídia Galvão – Porangabussu, 20 de junho de 1943. Acervo MAUC/UFC.

<sup>132</sup> Esboço de programa para a família do trabalhador mobilizado. Página 1. Fundo Paulo Assis Ribeiro. Doc. 56.

negociações com os patrões e da instalação dos restaurantes populares, ou seja, de todos os elementos constituintes do regime alimentar.

Art. 2º Para propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata, o Serviço promoverá: I - Ampla divulgação nos meios trabalhistas, das vantagens que tem o trabalhador de se alimentar convenientemente, bem como, nos meios patronais, da utilidade de se lhe garantir alimentação adequada e oportuna. II - A propaganda dos órgãos do Serviço encarregados de fornecimento de refeições aos trabalhadores. III - A formação, na coletividade, de uma consciência familiarizada com os aspectos e problemas da alimentação. IV - A instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores. V - O fornecimento de alimentos, por parte das empresas, nos refeitórios de que tratam os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939. VI - A seleção dos gêneros alimentícios e o barateamento dos respectivos preços. VII - O funcionamento dos órgãos necessários à integral execução dos seus trabalhos, conforme determinar o regulamento deste decreto-lei<sup>133</sup>.

O Estado Novo é convertido em um grande agente conciliador capaz de atender as demandas dos diversos grupos sociais e políticos na garantia do bem maior da nação. Para o sociólogo, professor de teoria política da Unicamp, Armando Boito Jr. (1991), a síntese do conceito de populismo<sup>134</sup> está centrada no culto ao Estado protetor que toma a iniciativa de proteger os diversos setores da população, assumindo uma pseudo-neutralidade.

Caberia ao Estado os cuidados com os elementos constituintes da higiene geral da população. O núcleo de famílias do Porangabussu era um espaço que guardava certo confinamento, capaz de articulação com a instituição de tais discursos, ou melhor, os preceitos da medicina social que iam desde a nutrição, alimentação e vestuário dos trabalhadores e de suas famílias.

---

<sup>133</sup> Regimento do SAPS, 1940.

<sup>134</sup> Não há consenso na historiografia sobre o conceito de populismo, para além de uma discussão meramente terminológica a discussão sobre o populismo abarca distinções sobre sua carga ideológica e suas práticas políticas. Sobre o assunto se debruçaram os teóricos: CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo**; LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**; GOMES, Ângela de Castro

### 2.3 Itens de “ordem e progresso”: Roupas e Nutrição

Em abril de 1943, Regina menciona para o pai que no Núcleo havia cento e cinquenta e nove pessoas. Vejamos: “Vesti o pessoal todo (159 pessoas) com uniforme de vestido de xadrez de diversas cores com avental branco, as crianças meninas com vestidinhos cor de rosa e os meninos de calças azuis e os bebês de camisolinha branca”<sup>135</sup>.

**Figura 7** - Regina Chabloz e as nucleadas / Núcleo de Famílias do Porangabussu.



Fonte: Acervo Regina Chabloz

Ao entrarem no Núcleo, da mesma forma que os trabalhadores, quando chegavam aos Pousos, as mulheres e crianças despiam-se de suas roupas habituais e recebiam uniformes que as igualavam e identificavam-nas como moradoras do Núcleo. Todas com vestidos xadrez, aventais e chinelinhas de couro. Apenas as funcionárias do Núcleo gozavam de vestimentas diferentes.

Em um documento intitulado *Relação dos trabalhadores cujas famílias estão no Núcleo de Porangabussú*, o número de dependentes já ultrapassa os

---

<sup>135</sup> Regina Pessoa Frota Chabloz – Fortaleza, 3 de abril de 1943. Arquivo cedido por Ana Maria Chabloz.

duzentos e trinta<sup>136</sup>. Nesta lista, que não possui data, há o nome e a matrícula dos trabalhadores e o número de dependentes que eles deixaram no Núcleo. Na relação foi possível localizar Cursinho de Alcantara Filizola, matrícula 4533, que deixou no Núcleo quatro dependentes, entre eles sua esposa Elcídia Galvão e seu filho Samuel. Elcídia escreveu três cartas para Cursinho e um bilhete para Regina Chabloz diretora do Núcleo. Dentro das cartas de Elcídia percebemos inúmeras críticas à administração do Núcleo e conflitos comuns vivenciados pelas famílias ali dentro.

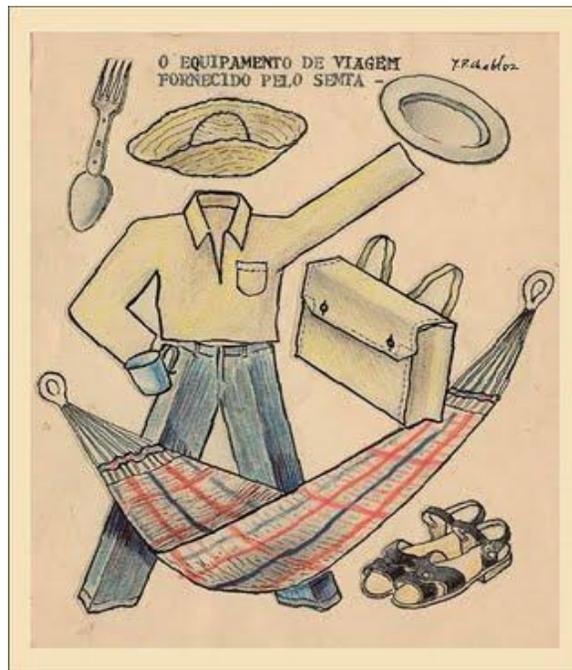
Tanto os soldados quanto os nucleados são privados de seu convívio com a família. Ao entrarem no alojamento, os imigrantes deixam de lado suas roupas e objetos pessoais, a eles eram entregues objetos e roupas iguais, é adotado um padrão que o define como alojado, nucleado. Imprime-se uma nova subjetividade. Ali eram, antes de tudo, nucleadas. Sua vestimenta não deixava mentir. Do mesmo modo, nos pousos os soldados recebiam alpercatas<sup>137</sup>, calças, blusas e um chapéu, tudo garantido e estipulado no contrato de encaminhamento.

**Figura 8** - Equipamento de Viagem fornecido pelo SEMTA.

---

<sup>136</sup> Relação dos trabalhadores cujas famílias estão no Núcleo do Porangabussu. Sem data. Acervo Museu de Artes da UFC/ MAUC

<sup>137</sup> O chinelo aparentemente tinha uma importância maior do que as outras partes componentes do uniforme. Há entre as fotografias, duas focando apenas os chinelos dos trabalhadores, novos e de couro.



Fonte: Acervo Jean Pierre Chablos MAUC/UFC.

Além do uniforme, os trabalhadores também usavam braçadeiras. Elas continham a letra F, se o trabalhador tivesse vindo por Fortaleza, ou R, se veio pelo Rio de Janeiro<sup>138</sup>. Após a letra, um número que designava os líderes dos grupos. As braçadeiras também foram confeccionadas por Chablos. No domingo, 6 de junho, ele relata em seu diário que havia feito 68 braçadeiras. Cada grupo de trabalhadores tinha uma quantidade específica e a cada um deles era entregue um número que o representava.

<sup>138</sup> A primeira leva de trabalhadores encaminhados para extrair borracha no Vale Amazônico durante a Segunda Guerra era da região Centro-Sul e se concentrou no Rio de Janeiro. Para saber mais sobre isso Ver: MORALES, Lucia Arraes. Vai e Vem Vira e Volta.

**Figura 9** - Soldados recebendo as Braçadeiras.



Fonte: Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC.

A roupa é um bem simbólico, bem de valor que, em vários momentos, assume o caráter de mercadoria e de moeda. As roupas fazem parte das relações sociais, trazendo identidade ao sujeito. (STALLYBRASS, 2012). Na sociedade das roupas, trajar-se adequadamente é requisito básico, uma vez que a indumentária diz muito a respeito de quem a veste. Assim, é por meio do sentimento de fetiche que, um mero objeto de uso, como uma veste, adquire maior estima e prestígio. “As coisas eram os materiais – roupas, roupas de cama, mobília – com os quais se construía uma vida; elas eram o suplemento cujo desfazer significava a aniquilação do eu” (STALLYBRAS, 2012, p. 80) ou a tentativa de produzir outro “eu”. Os nucleados eram despojados de suas roupas para que fossem despojados de elementos subjetivos de “um antes”. O todo era a soma de cada uma das partes. Ali, vestidos iguaizinhos, formavam o coletivo de trabalhadores construtores do País.

Desta forma, a análise das fotografias tiradas no Núcleo de Famílias do Porangabussu nos revela elementos das relações entre as famílias e o Estado. Nas

fotos em que aparecem representantes de cargos de Estado, Regina Chabloz, no verso da foto, elenca um a um o nome de todos os presentes, quando há nas fotografias mulheres nucleadas e seus filhos, é justamente dessa forma que são identificadas.

As fotografias do acervo do Núcleo de famílias podem ter sido feitas todas no mesmo dia e foram nitidamente posadas, embora representassem a imagem de como o Núcleo de Famílias do Porangabussu deveria ser visto e divulgado. De acordo com (KOSSOY, 2001) a fotografia é a imagem, registro visual fixo de um fragmento do mundo exterior, conjunto dos elementos icônicos que compõem o conteúdo de seu respectivo suporte. Ela seria um fragmento selecionado do real, uma representação plástica de um momento determinado no tempo e no espaço.

Tudo era novo: roupas, hábitos, comida. Alguns elementos mais fáceis de imprimir, outros mais difíceis. Não há grandes referências materiais anteriores<sup>139</sup> nas missivas das nucleadas. É difícil falarmos de memória de moradias com relação às mulheres pobres, migrantes. Nas cartas elas não falam sobre lugares ou configurações espaciais anteriores. Suas famílias estão sempre migrando, transitando, fugindo das adversidades, não há nessa escrita referências ao lar, a um lugar fixo.

Nas cartas não dizem de onde vieram, quais as suas cidades de origem. Elas afirmam no máximo que, “[...] e nós somos do interior [...]”<sup>140</sup>. Outro coletivo que as identifica e as diferencia de Regina, das nutricionistas e, principalmente, de D. Ivete. As mulheres do Núcleo tinham poucos pertences, dormiam em barracões e até suas roupas eram substituídas por uniformes coletivos. Talvez por isso, nas cartas, a coisa de maior valor que aparece é sua identidade familiar. Seus relatos dão conta das experiências de trabalho e mobilidade de mulheres pobres e suas formas provisórias de vida. No Núcleo, a espera de uma possível partida para o

---

<sup>139</sup> Em seu trabalho sobre a história social das mulheres na sociedade cafeeira, Marina Maluf afirma que as memórias também fazem evocações da arquitetura e do espaço, “cenários e paredes passam a ficar assim impregnados de valores e significados reconstruídos de sua vida”. (MALUF, 1995, p. 74). Entretanto, nas cartas aqui pesquisadas, não há nenhuma referência a cenários e moradias anteriores.

<sup>140</sup> Maria Filisolina Abreu – Porangabussú, 27 de julho de 1943. Acervo MAUC/UFC.

Norte, ou antes, esperando a partida para o Núcleo. Uma infundável provisoriade da vida em face dos deslocamentos que garantem, entre outras coisas, a sobrevivência.

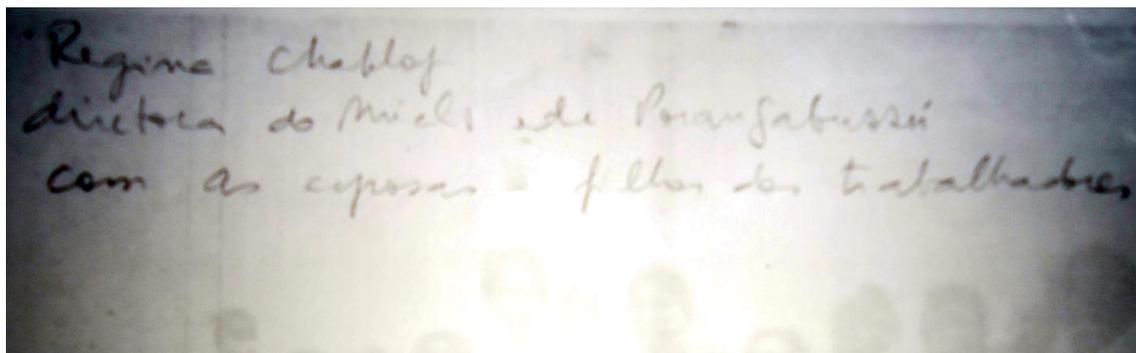
**Figura 10** - Regina Chabloz, com as esposas e filhos dos trabalhadores.



F  
 onte:  
 Acervo  
 Museu  
 Jean  
 Pierre  
 Chabloz -  
 MAUC/  
 UFC

a  
 fotografia, apenas Regina, ao centro, usa sapato, cinto e flor na lapela. É facilmente identificada em meio às nucleadas. Na legenda da foto, “Regina Chabloz, diretora do Núcleo do Porangabussu, com as esposas e filhos dos trabalhadores”. Regina possui uma identidade individual descrita na legenda da imagem, enquanto Elcídia, Filisolina, Joana - e quem mais estivesse na fotografia - compõe o todo harmônico das esposas dos trabalhadores.

**Figura 11** - Legenda da fotografia de Regina Chabloz. Verso da imagem 10.



Fonte: Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC

A escrita de Regina Chablosz se apresenta muito mais como a escrita de si, problematizada por Ângela de Castro Gomes em seu livro, **Escrita de si, escrita da história**. Regina constrói uma identidade para si por meio de seus documentos. Ela escreve pelo menos uma vez por semana, principalmente para seu pai, José Getúlio da Frota Pessoa, cearense, que participou do apoio ao Coronel Marcos Franco Rabello, candidato de oposição à Oligarquia Accioly<sup>141</sup>, em 1912.

Uma mulher letrada que vai estudar artes e na Suíça, conhece e se casa com o pintor Jean Pierre Chablosz. Sua filha, Ana Maria Chablosz, guardou e organizou um enorme acervo epistolar escrito por seus pais e avós. Foi Ana Maria quem cedeu e, muitas vezes, traduziu grande parte do acervo fundamental para a realização dessa pesquisa<sup>142</sup>. Regina era uma mulher erudita, com bastante destaque na sociedade fortalezense e sabia disso: “Aqui eu tenho fama de moça muito culta (em terra de cego quem tem um olho é rei)”<sup>143</sup>.

Já nas cartas escritas pelas mulheres dos trabalhadores que foram para a Amazônia, percebemos elementos de uma identificação mais coletiva, ainda que não seja negada a individualidade de cada uma. Nas cartas de Regina, o coletivo deixa de se sobrepor ao indivíduo e ela tenta construir uma visão subjetiva sobre si mesma, como as roupas individuais em detrimento do vestuário coletivo das moças nucleadas. É o indivíduo moderno que edifica uma identidade para si por meio de seus documentos e arquivos. Para Castro Gomes,

A escrita de cartas expressa de forma emblemática tais características, com uma particularidade: elas são produzidas tendo, *a priori*, um destinatário.

<sup>141</sup> Durante os primeiros anos da República houve em Fortaleza a formação de uma oligarquia encabeçada por um chefe político dos tempos do Império, o Sr. Antonio Pinto Nogueira Accioly vigorou entre 1896 a 1912. Os políticos estaduais, inclusive o Sr. Accioly, passaram a estreitar laços com o Governo Federal, principalmente, a partir do Governo Campos Salles e a sua “Política dos Governadores”. Muitos movimentos surgiram para retirar a família Accioly do poder, o mais conhecido deles foi a Passeata das Crianças. Liderada por mulheres cearenses, cerca de seiscentas crianças, todas vestidas de branco, com laços verdes-amarelos e ostentando no pescoço um medalhão do coronel Marcos Franco Rabello, desfilaram pelas ruas de Fortaleza, cantando e sendo olhadas por, mais ou menos, oito mil pessoas. Em 1912, Accioly renuncia ao poder. Sobre a oligarquia Accioly ver: ANDRADE, João Mendes de. Oligarquia Aciolina 1877-1930. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado em História, 1986.

<sup>142</sup> O acervo organizado por Ana Maria Chablosz, sem dúvida é fonte inesgotável para diversas pesquisas historiográficas e suas disponibilidade e solicitude garante bastante ajuda para as futuras pesquisas.

<sup>143</sup> Regina Chablosz. Fortaleza, 26 de Setembro de 1943. Acervo pessoal Regina Chablosz.

Assim, tal como outras praticas da escrita de si, a correspondência constitui, simultaneamente, o sujeito e seu texto. (GOMES, 2004, p. 19).

A carta cria ao mesmo tempo um autor e uma narrativa, na qual podemos ver emergir a sua verdade sobre os fatos. Escrever cartas é, ainda segundo a professora Ângela de Castro Gomes, “um ‘dar-se a ver’, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo ‘visto’ pelo remetente.” (GOMES, 2004). Regina escreve sobre diversos assuntos que permeiam o seu dia a dia e, em quase todas as cartas escritas em 1943, o Núcleo de Famílias do Porangabussu tem amplo destaque, em muitas delas Regina fala sobre o tratamento especial que deveriam receber as crianças.

Na fotografia mostrada antes, podemos perceber a grande quantidade de crianças de colo. De acordo com o senso de 1940, as mulheres entre 15 e 49 anos tinham em média 6,2 filhos. A própria inauguração do Núcleo foi marcada pelo nascimento de uma criança. O jornal **Correio do Ceará** de Fortaleza de 5 de abril de 1943 traz a reportagem com o título: **Missa no núcleo do SEMTA**. A matéria localiza o núcleo em uma localidade suburbana, onde o SEMTA proporciona aos alojados “adequada habitação, assistência alimentar, educacional, clínica e religiosa”. A reportagem exalta as vantagens e instalações do núcleo e garante que lá as famílias dos trabalhadores levavam uma vida sem “prementes preocupações”, o que podemos observar nas cartas é justamente o contrário.

A matéria ainda descreve o batismo de três crianças. A primeira cujo nome escolhido foi Paulo de Assis, em homenagem ao chefe do SEMTA, padrinho na cerimônia batismal. Na reportagem, a escolha do nome é atribuída aos pais da criança, mas Regina ao escrever sobre o nascimento em carta de 3 de abril de 1943, afirma: “pusemos o nome” . Vejamos:

A inauguração do Núcleo provisório foi no domingo há quinze dias. Nessa madrugada exatamente nasceu um menino no Núcleo, da família nº 1. Pusemos o nome de Paulo de Assis e chamamos o Dr. Paulo e senhora para padrinhos e batizamos o garoto na Missa inaugural com mais outras duas meninas. O nascimento foi às 3 horas da madrugada e o parto foi feito por mim como enfermeira! Foi tão rápido que não nos deu tempo nem de preparar os ferros e as coisas esterilizadas que estavam trancadas e cuja chave o carro foi buscar na casa da enfermeira que a levava por engano. O umbigo foi amarrado com fio de rede e cortado a faca de cozinha! Mas

tanto a mãe como o garoto estão ótimos. Dr. Paulo ficou muito satisfeito com o que fizemos lá, o médico na enfermaria e eu no parto<sup>144</sup>.

Mesmo com aparelhos muitas vezes rústicos, a saúde das crianças era preocupação recorrente nos relatórios médicos e alimentares do Núcleo do Porangabussu. No resumo sobre as movimentações da enfermagem do Núcleo do Porangabussu durante o mês de abril há a notificação de sete falecimentos, todos de crianças. Não há como afirmar com certeza, mas esses falecimentos poderiam ter sido ocasionados por uma epidemia de sarampo que, segundo o relatório do serviço de alimentação de junho de 1943, estava atacando, principalmente, as crianças em idade pré-escolar. Em carta de 6 de junho Regina fala sobre a epidemia:

Aqui no Núcleo tivemos uma epidemia de sarampo e todas as crianças ficaram passando bem, mas tomaram muita vitamina A e B (Redoxon e Benerva) três vezes ao dia. É preciso evitar os resfriados depois do sarampo que enfraquece o organismo<sup>145</sup>.

Porém, ela não menciona nenhuma morte. De qualquer modo, uma epidemia de sarampo em crianças pequenas deve ter causado muitos transtornos, já que não havia estrutura adequada para o tratamento.

Aliás, as enfermidades são temáticas recorrentes nas cartas das nucleadas, principalmente de seus filhos. Elcídia, em duas cartas ao marido, fala sobre a doença do filho Samuel: “ele já perdeu 2 kilos e meio. Está com uns tumores na perna”. Joana diz ao marido que a filha, Suzete, passou 14 dias na enfermaria, “tive muito medo que ela não morresse”. Maria Filisolina relata sua própria enfermidade e afirma, “passei 12 dias na enfermaria”. O desmanche da família também vinha pelas doenças e morte. São as queixas, as doenças, as dificuldades, além da saudade, que levam essas mulheres à escrita.

A saúde e a alimentação dos trabalhadores também compõem as manchetes dos jornais da época. O **Correio do Ceará** do dia 8 de abril expõe uma

---

<sup>144</sup> Fortaleza, 3 de Abril de 1943.

<sup>145</sup> Fortaleza, 6 de junho de 1943 – Acervo MAUC/UFC.

reportagem sobre a chegada das duas nutricionistas de São Paulo responsáveis pelo serviço de alimentação do SEMTA.

“Na terra alencarina, dirigidas pelo Dr. Manoel Ferreira, trabalharão para que seja permanentemente satisfatória a alimentação dos trabalhadores nos diversos núcleos, visando a maior abundancia e nutrição da comida [...]”<sup>146</sup>.

Durante o período do Estado Novo há uma “convergência de interesses” entre nutrólogos e o Estado. A alimentação racional estava associada à ideia de progresso da nação e, para desenvolvê-la, era necessária uma grande produção e distribuição de alimentos aliada à reeducação alimentar da população. Aliados pelo progresso deveria haver um tríplice investimento: dos nutrólogos, com seu trabalho alimentar e pedagógico; do Estado, com as garantias financeiras e estruturais para a aplicação do trabalho; e dos trabalhadores, que deveriam fazer o esforço de receber essa reeducação e mudar seus hábitos alimentares.

Maria Morais Filho e Daura de Alameida Ribeiro do Vale chegam de São Paulo em abril de 1943 para preparar os cardápios e regular a alimentação dos trabalhadores dos pousos e de suas famílias, são elas que assinam os relatórios de alimentação do Núcleo de famílias do Porangabussu. Nestes relatórios pudemos observar não apenas os preceitos de uma alimentação saudável, bem como as dificuldades para sua aplicação.

Os relatórios de alimentação de abril, primeiro mês de estadia das nutricionistas, pedem vasilhames especiais de alumínio em número de três<sup>147</sup>, que se destinam ao preparo de mingaus. Estes estão sendo feitos em caldeirões de ágata, ferro esmaltado, dos quais se desprende fragmentos de louças, o que põe em risco a saúde das crianças. Em julho de 1943 esses vasilhames ainda não haviam sido enviados.

Por falta de vasilhame apropriado para a confecção de mingaus foi mandado fazer em funileiros, 6 caldeirões de latas vazias, de Molico. Não

---

<sup>146</sup> Correio do Ceará, 8 de abril de 1943 – Acervo Jean Pierre Chablot.

<sup>147</sup> Arquivo Nacional. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. Cx: 4. Doc: 30. Relatório de Alimentação do Núcleo de Famílias do Porangabussu, julho de 1943.

era mais possível continuar com o vasilhame de ágata no estado em que se encontrava, sem que corresse muito risco a saúde das crianças<sup>148</sup>.

Aqui percebemos até onde iam os limites na construção material daquilo que era teorizado nos discursos. A reclamação sobre os materiais para a preparação do leite das crianças aparece nos três relatórios do serviço de alimentação do Núcleo de Famílias do Porangabussu. A preocupação com a nutrição e a mortalidade infantil é bastante perceptível nesses relatórios. Porém, mesmo depois de três meses de relatórios alertando sobre os perigos na utilização de caldeirões não específicos para a preparação do mingau das crianças, o material adequado não é enviado.

O SEMTA é extinto em dezembro de 1943 e muito provavelmente esses vasilhames não foram enviados enquanto o Núcleo estava no Porangabussu. Na declaração dos bens móveis do relatório da CAETA de dezembro de 1945 também não há referência a vasilhas específicas.

Ainda segundo o Relatório do Serviço de Alimentação, de julho de 1943, sobre a cozinha do Núcleo.

“A cozinha geral está funcionando provisoriamente em um barracão e por isso, muito sem acomodação, dando a impressão de desordem constante e cheia de moscas, porque não foi feito ainda, no local, o saneamento necessário. É de se notar que, no refeitório geral, se encontram os pratos e talheres em numero muito reduzido, por haver extravio dos mesmos na ocasião da distribuição de comida para os nucleados. Como sugestão, dever-se-ia dar a cada família o seu vasilhame para que a mesma dele zelasse. É esta, além de uma medida higiênica, de boa ordem”<sup>149</sup>.

A nutricionista relata a falta de pratos e talheres e sugere que seja feito com as nucleadas, o que ocorria com os soldados nos pousos. Além da vestimenta, da rede e da mochila, o soldado recebia um prato e um talher.

Nota-se que a construção do discurso sobre a medicina social era muito mais importante para o Estado do que a possibilidade de sua real aplicação. Nas preleções há uma ênfase na educação da população feminina para a vida no lar

---

<sup>148</sup> Arquivo Nacional. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. Cx: 4. Doc: 30. Relatório de Alimentação do Núcleo de Famílias do Porangabussu, julho de 1943.

<sup>149</sup> Relatório de Serviço de Alimentação do Núcleo de Famílias – SEMTA. Julho de 1943.

dentro dos princípios racionais e científicos para a nutrição, alimentação de seus maridos e filhos. As cartas das mulheres do núcleo e os relatórios do serviço médico e alimentar se cruzam ao darem conta da escassez de verbas e materiais necessários para tal educação.

O relatório do serviço médico do Núcleo, de abril de 1943, traz ainda a informação sobre reclamações com relação ao gosto amargo da água. Quando fervida a água era colocada nos barris e em contato com a madeira fazia-se um “chá, muito desagradável ao paladar”. De acordo com o relatório, não havia possibilidade de se conseguir cloro e por isso era acrescentado iodo na água e “com raras exceções não houve reclamações”.

Os problemas estavam relacionados à grande quantidade de água necessária para os nucleados e sua conhecida escassez. Inicialmente a água era esterilizada pela fervura, mas quando era colocada quente dentro dos barris, “fazia-se como que um chá da madeira, muito desagradável ao paladar”. O relatório descreve que na impossibilidade de se conseguir o cloro, a esterilização era feita com iodo, “na proporção de 3% da tintura”. Além do que a aplicação da alimentação racional, planejada pelas nutricionistas, não estava ligada apenas a alimentação, bem como aos hábitos alimentares.

Mesmo com todo o saber nutricional priorizado pelos órgãos de alimentação do Estado Novo, a questão da comida não diz respeito apenas ao conhecimento relativo à nutrição. De acordo com Câmara Cascudo, folclorista, estudioso da cultura popular no Brasil, o paladar não poderia ser tão facilmente modificado por políticas públicas fundadas no argumento médico de que determinados alimentos oferecem um maior valor nutricional<sup>150</sup>. Gonçalves (2004), afirma que Castro escreve a partir do ponto de vista da fome, enquanto Câmara Cascudo escreve do ponto de vista do paladar.

Nos relatórios de alimentação percebemos a existência de relatos sobre a resistência em se consumir determinados itens muito estranhos à cultura alimentar das nucleadas. É o que acontece, por exemplo, com o leite Molico, considerado

---

<sup>150</sup> CASCUDO apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Entre a fome e o paladar: A antropologia narrativa de Luís da Câmara Cascudo. In: **Revista Estudos Históricos**. Alimentação. N. 33, 2004.

pelas nutricionistas do núcleo a base para a alimentação das crianças. O relatório de junho de 1943 cita uma campanha em favor do Molico, visto que “[...] os nucleados atribuíam suas moléstias todas ao uso do leite Molico”, houve, por parte das nucleadas uma oposição em aceitar o leite que, segundo o documento, foi resolvida somente com conselhos educativos para ressaltar as qualidades do leite.

A utilização do Molico estava associada a uma alimentação dita moderna e nutritiva. Há diversas propagandas dos produtos da Nestlé veiculadas na revista o Saber Médico, com o apelo do discurso moderno e científico para a nutrição das crianças.

Figuras 12 e 13 - Propagandas dos Produtos Nestlé.



Fonte: Acervo da Associação cearense de medicina – Revista o Ceará Médico.

Nas revistas, há pelo menos uma propaganda do produto por mês. Não é por acaso que ela aparece entre as páginas do artigo citado mais anteriormente: *O magno problema da mortalidade infantil*. Os dois textos vistos nas propagandas trazem o apelo dos termos utilizados pela medicina social e preventiva, de acordo

com “os processos técnicos-científicos mais modernos”. A promessa do enunciado é simplificar a tarefa do médico, porque o leite pode ser preparado em “qualquer localidade”. O núcleo de famílias estava localizado em uma região afastada do centro da cidade e, portanto, de difícil acesso e “em condições econômicas satisfatórias” ele poderia substituir outros alimentos mais caros e escassos. A praticidade do leite era apresentada como conveniente à situação.

No relatório do Pouso de Prado a nutricionista não se refere ao Mólico, mas discorre sobre a rejeição (“idiosincrasia”) dos trabalhadores ao leite em pó. Lá o problema foi resolvido por causa da fome dos trabalhadores que estavam recebendo uma alimentação nutricionalmente muito abaixo do que lhes era recomendado. Eufemisticamente, Maria Novais definiu a situação da seguinte forma: “Isso prova que sentindo necessidade de se alimentar, recebem com prazer, mesmo o alimento que não lhes é muito agradável” <sup>151</sup>. Mesmo com o “convencimento” dos trabalhadores, com relação ao consumo de leite, a falta de estrutura representava uma barreira na prática da alimentação racional, pois mesmo estando os trabalhadores “ávidos a tomar leite” à distribuição do alimento não foi possível por não haver na cozinha “um ou dois camburões para o seu preparo”. A nutricionista encerra seu relatório com um questionamento, que, muito provavelmente, nunca foi respondido: “há no pouso, fartura de gêneros, boa vontade geral, trabalhadores ansiosos por se alimentarem mais e melhor, porque não executar o programa?”.

Gonçalves (2004), em seu ensaio sobre categorias culinárias no contexto da cultura popular brasileira, faz justamente o contraponto entre a perspectiva de “alimentação” para Josué de Castro e para Câmara Cascudo. Dessa forma, argumenta:

Nesse sentido, tanto o "paladar" quanto a "fome" podem ser pensados como categorias mutuamente opostas, como princípios estruturais por meio dos quais as relações sociais e os conceitos de natureza humana são culturalmente organizados. Se tomamos como ponto de partida uma ou outra dessas categorias, chegamos a compreensões diferentes do que

---

<sup>151</sup> Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso do Prado. Fortaleza, 1 de julho de 1943. Cx: 4. Doc: 26. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

sejam a sociedade e a cultura e, basicamente, do que seja a natureza humana. (GONÇALVES, 2004, p. 44).

Em seu livro, *Visitadoras de Alimentação*, Marlene Cidrack, ex-aluna da Escola Agnes June Leith,<sup>152</sup> compilou uma série de entrevistas. Uma das nutricionistas do restaurante do SAPS relata que:

[...] quando começamos a oferecer no almoço frutas e leite houve grande manifestação por parte dos frequentadores do restaurante. No dia que foi servido manga com leite, fui chamada para a mesa dos operários e tive que chupar a manga e beber o leite para provar que se podia fazer isso sem morrer, o que era corrente na cultura popular. Depois disso, eles diziam – se a doutora comeu e não morreu! Eu também posso comer<sup>153</sup>.

E ainda que a nutricionista tenha afirmado: os trabalhadores disseram, *eu também posso comer* - não temos tanta certeza de que todos realmente comeram. Como afirma CASCUDO (1983, p. 26) "A escolha de nossos alimentos diários está intimamente ligada a um complexo cultural inflexível. O nosso menu está sujeito a fronteiras intransponíveis, riscadas pelo costume de milênios". Desta forma, a definição da alimentação não está relacionada somente com questões nutricionais, mas também por padrões e regras culturais. Nessa perspectiva, o paladar situa-se no centro das identidades coletivas.

De acordo com o Boletim Mensal do SAPS, era fundamental a “eliminação de crenças e superstições sobre alimentação”. O papel da ciência da nutrição deveria ser combater as “crenças populares”, provocadas por “séculos de ignorância e má alimentação” e criar novos hábitos alimentares. A crença, a tradição representava, para o saber construído pela SAPS, tudo aquilo que deveria ser superado pela ciência e pelo saber técnico.

“Só a ciência dirá o que devemos comer, na certeza de que estaremos nos alimentando corretamente, pois o nosso apetite está desviado pelos hábitos que foram impostos desde a infância, e não nos pode servir de guia”<sup>154</sup>.

<sup>152</sup> A Escola Agnes June Leith foi a primeira escola de visitação alimentar no Ceará, criada para formar os profissionais responsáveis pela educa o alimentar.

<sup>153</sup> Nutricionista do SAPS. Conferir: CIDRACK, Marlene Lopes. *Visitadoras de alimenta o: Legado da Escola Agnes June Leith*. Fortaleza: Edi es UFC, 2011, p. 61.

<sup>154</sup> Boletim SAPS, ano 1, n 5, março de 1945 IN: FOGAGNOLI, Marcela Martins. “Almoçar bem   no SAPS!”: Os trabalhadores e o Serviço de Alimenta o da Previdência Social (1940-1950).

Por isso, o papel pedagógico delegado aos nutricionistas era tão importante dentro do serviço, cabia a eles desconstruir esses costumes considerados retrógrados em prol do saber moderno. Um dos Boletins Mensais do SAPS ainda traz um ditado popular que diz: “Laranja de manhã é ouro; de tarde é prata; e de noite, mata...”. (FOGAGNOLI, 2011, p. 27). As cartilhas eram elaboradas com uma linguagem simples e utilizavam expressões, ditados e termos empregados pelos trabalhadores para facilitar a assimilação. Desta forma, o SAPS procura elucidar a diferença entre comer e se alimentar.

O texto do Boletim faz uma comparação entre a nutrição e a construção de uma casa. Qualquer trabalhador poderia construir uma casa utilizando somente barro, folhas de palmeira, ele faria a casa, mas sem segurança e suscetível a quaisquer tipos de intempéries. Mas, se de outro modo, ele empregar materiais de maior qualidade na sua edificação, tijolos, cimento, terá uma casa resistente e com segurança para toda família. Esta era a diferença entre apenas comer e/ou se alimentar, prestando atenção no valor nutricional dos alimentos.

Ao descrever alguns hábitos alimentares dos nucleados, o relatório do serviço alimentar de junho de 1943 afirma que eram consumidas grandes quantidades de farinha e que alguns alimentos, como arroz e feijão, bastante apreciados pelos nucleados e consumidos em quantidades definidas pelas nutricionistas como exageradas, deveriam ser paulatinamente substituídos por outros mais *nutritivos* (couve, macarrão, maxixe, macaxeira, batata doce, tomate jerimum, mocotó, queijo). O gasto era de cerca de 30 quilos de farinha por refeição enquanto o relatório indicava como ideal apenas 5 quilos. É importante perceber que mesmo tentando modificar os costumes alimentares das famílias dos trabalhadores, as nutricionistas também se apropriam de alimentos típicos de seus paladares, para que a mudança não fosse tão brusca e provocasse maiores rejeições. Nos cardápios do pouso do Prado foi incluída a panelada, que agradou

não apenas os trabalhadores como também aos funcionários do pouso, que mesmo em um domingo “apareceram para saboreá-la”<sup>155</sup>.

Os cardápios do relatório de maio e junho de 1943 foram bastante modificados com a inclusão de “alguns pratos prediletos dos nucleados”. O relatório de junho se atém a questão do arroz. As nutricionistas afirmam que foi necessário acrescentar cerca de 40g de arroz na “ração diária” de cada nucleado, isso para atender o gosto dos moradores do núcleo, “muito apreciadores desse alimento”. A mudança, porém, não entrou na descrição dos cardápios, visto que a intenção das nutricionistas era reduzir pouco a pouco essa quantidade até que o consumo ficasse compatível ao que estava previsto. No relatório de julho, por exemplo, a quantidade acrescida de arroz é de apenas 16g. Mesmo assim, percebemos as dificuldades para se colocarem em prática as bases teóricas sobre a alimentação de boa qualidade e previstas pelo Estado Novo, dentro do núcleo.

Os relatórios de maio, junho e julho, trazem as mesmas quantidades de arroz. Se o acréscimo das quantidades de arroz não entraram nos cardápios oficiais é por que em junho as nucleadas estavam consumindo 90 gramas de arroz em uma das refeições do dia. E em julho, segundo o relatório de alimentação, 66 gramas. Temos três refeições diárias que poderiam ser combinadas de formas diferentes.

Nos cardápios de maio<sup>156</sup>, para a refeição da manhã ou “merenda”, denominada de “A” são disponibilizadas apenas duas opções: “AI” e “AII”: Café, leite em pó, pão, açúcar/rapadura ou café, açúcar e pão. Para o almoço, “B”, e jantar “C”, percebemos mais opções. Os cardápios do almoço do relatório do serviço de alimentação, de maio de 1943, trazem:

---

<sup>155</sup> Arquivo Nacional. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. CX: 4, Doc: 26. Relatório do serviço de alimentação do pouso do Prado. Fortaleza, 1 de junho de 1943.

<sup>156</sup> Arquivo Nacional. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. Cx: 4. Doc: 27. Relatório de Alimentação do Núcleo de Famílias do Porangabussu, maio de 1943.

BI	BII	BIII	BIV	BV
Feijão	Feijão	Feijão	Feijão	Macarrão – Macarronada
Carne de Charque	Arroz	Arroz	Jerimum	Carne fresca
Carne de Sol	Polenta – Fubá	Ensopado - Carne de Charque	Farinha	Tomate Queijo
Jerimum e Macaxeira	Ensopado– Miúdos	Bata doce	Macarrão - Macarronada	Farinha
Arroz	Jerimum	Farinha	Carne de sol	Feijão
Farinha		Banha	Tomate	Arroz
Banha e Condimentos		Condimentos	Queijo (banha e condimentos)	Banha e Condimentos

Em todas estas opções de cardápios percebemos a utilização de comidas que faziam parte dos hábitos alimentares nordestinos - carne de sol, macaxeira, jerimum, farinha, além de arroz e feijão - presentes em todas as opções. A indicação para o consumo de poucas quantidades de arroz e farinha é justificada pelo fato de o SAPS classificar estes alimentos como “hidrocarbonados” e “calóricos”.

O serviço classificava dois grupos alimentares: os protetores e os calóricos. Os primeiros tinham a função de proteger o organismo das doenças provocadas pela má alimentação, eram nutritivos e garantiam uma alimentação equilibrada (frutas, verduras, legumes, carnes, leite e ovos); o outro grupo era o responsável pelas carências alimentares da população, formado por alimentos pobres em nutrientes (farinhas, grãos e carboidratos). Estes eram muito apreciados pelo povo que, segundo os técnicos da SAPS, priorizava os alimentos que “pesam no estomago”, como: arroz, farinha, feijão em grandes quantidades.

No mesmo relatório também há cinco opções para o jantar, com alimentos bastante semelhantes aos propostos para os almoços. Inclusive com refeições como panelada, mocotó e bucho. Entretanto, todas essas opções de cardápios podem ser observadas apenas no mês de maio. Em junho, o relatório apresenta apenas uma opção para o almoço e o jantar.

A dificuldade de se conseguir determinados gêneros alimentícios, a escassez de água e a resistência dos nucleados com relação a alguns alimentos são apenas alguns dos problemas da aplicação real das normas de alimentação. Ainda no relatório de junho de 1943, as nutricionistas do Porangabussu destacam a má qualidade do arroz utilizado no núcleo e afirmam que é preciso que “se ponha em evidência” essa questão. No pouso do Prado a nutricionista também elenca a “péssima qualidade” do feijão, afirmando que o trabalhador “preferia jejuar a comê-lo”. Mais uma vez, a teoria da alimentação racional se chocava com as condições materiais para sua real aplicabilidade.

Regina, em suas cartas, reclama muito sobre o pouco investimento feito na assistência as famílias. Em outra carta enviada ao pai, em 22 de abril de 1943, descreve a visita das autoridades do SEMTA ao Núcleo do Porangabussu e a possibilidade de finalmente haver um investimento efetivo no Núcleo de Famílias,

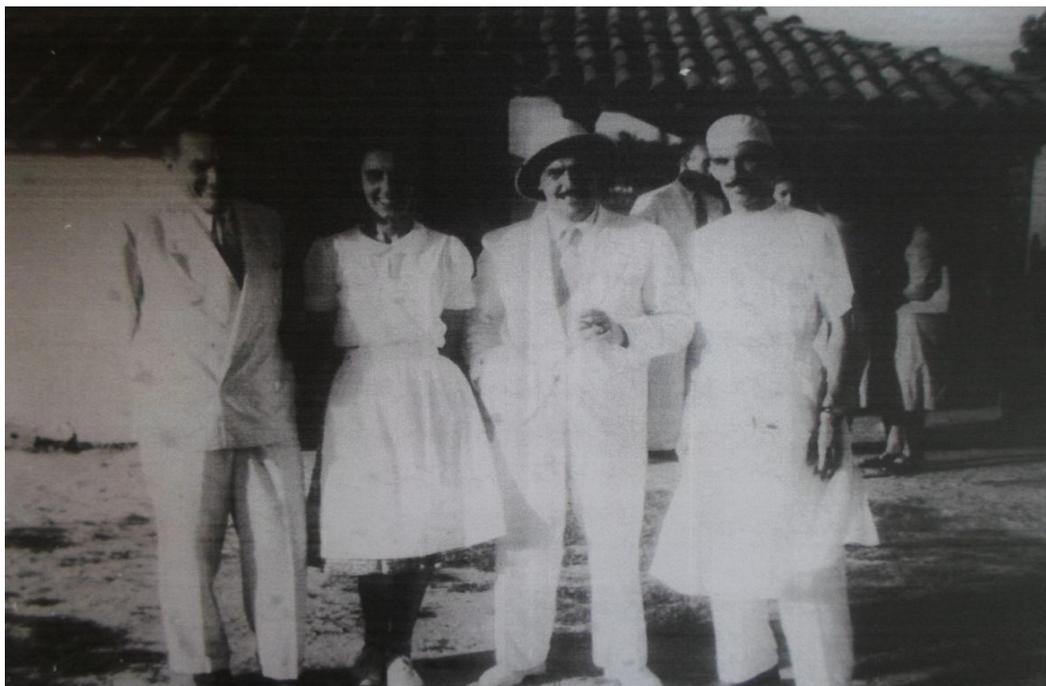
Ontem finalmente resolveram ir ao Núcleo e lá chegando ficaram tão encantados com o que viram que resolveram que se fizesse o Núcleo ao menos por experiência para 200 famílias! Estava lá toda a comitiva, as altas autoridades do SEMTA e o Ministro e a senhora e o pessoal nos felicitaram a mim e ao Dr. Pinto Duarte medindo o núcleo para poder fazer a planta e o projeto das construções parece que sai dessa vez depois de andar perigando tanto.<sup>157</sup>

Essa visita foi registrada em fotografias. Atrás das imagens temos a identificação dos fotografados e a data da foto, exatamente dia 21 de abril de 1943, um dia antes do envio da carta de Regina ao pai, o que indica que sua frequência epistolar em relação aos assuntos do Núcleo era intensa.

---

<sup>157</sup> Acervo Ana Maria Chabloz – Carta Regian Chabloz ao pai José Getúlio da Frota Pessoa. Em 22 de abril de 1943

**Figura 14** - Dr Aristóbulo de Castro, Regina Chabloz, Dr. Paulo Assis Ribeiro, Dr. Pinto Duarte, visita ao Núcleo de Famílias do Porangabussu.



Fonte  
:  
Cedida por  
Ana  
Maria  
Chabloz.

D

a  
esquerda  
para  
a  
direita

a, Dr. Aristobulo de Castro, chefe do departamento de assistência social; Regina Chabloz; Dr. Paulo de Assis Ribeiro, chefe geral do SEMTA; Dr. Julio Pinto Duarte, médico chefe do núcleo. Na parte de traz da foto Regina ainda escreve que Paulo Assis Ribeiro os denomina de “quatro pais e vós do núcleo, pois só nós nos batemos por ele e trabalhamos para que ele exista”.

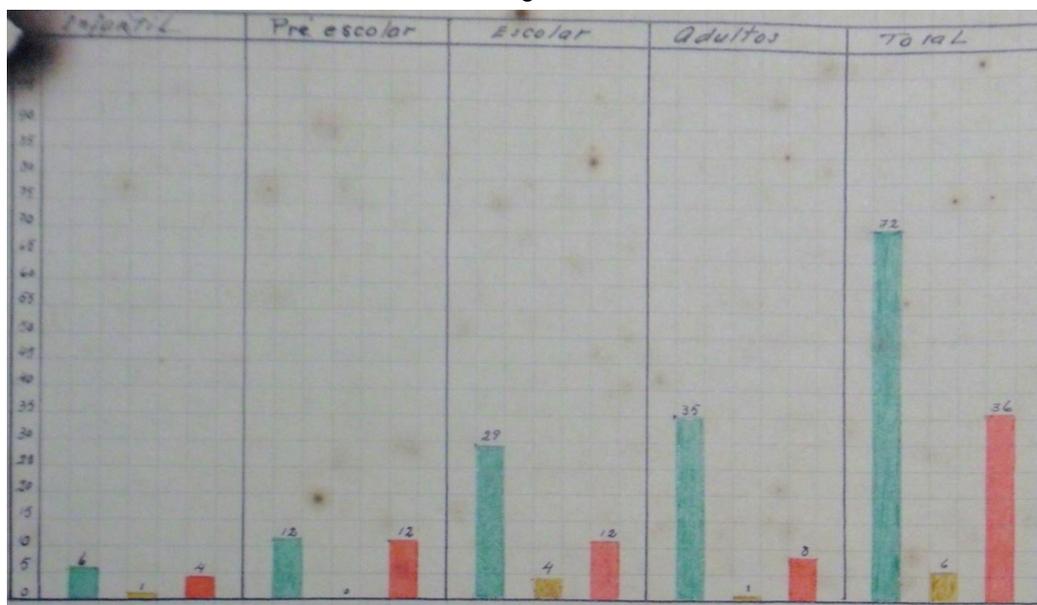
Após a observação dos dados contidos nos relatórios e nas cartas das esposas dos soldados e de Regina, podemos afirmar que as condições de funcionamento do núcleo de famílias do Porangabussu estavam longe de serem aquelas prometidas pelas propagandas do SEMTA. A intenção era construir núcleos no interior do Estado para mais uma vez colocar em prática a ideia de núcleos de colonização e povoamento. Porém, apenas o núcleo do Cocorote é construído.

Não há, nos relatórios de alimentação do Porangabussu, muitas reclamações com relação à falta excessiva dos alimentos recomendados. Porém no relatório de alimentação do pouso do Prado, em junho de 1943, a nutricionista Maria Novais ao calcular a media entre a quantidade de alimentos que cabia a cada trabalhador e o numero de trabalhadores alojados no núcleo concluiu que: “[...] esta medida está muito aquém quantitativa e qualitativamente da ração indicada para um

trabalhador em serviço leve [...]”<sup>158</sup>. A nutricionista alerta que para os trabalhadores do pouso do Prado essa medida estaria ainda mais deficitária visto que estes iriam passar por uma viagem “longa e sem conforto”. A ração servida para os soldados da Borracha em um “prato mal cheio” era “insuficiente uma criança de mais de 10 anos”.

No Porangabussu, pesagens eram realizadas entre os alojados para avaliar o resultado da “alimentação racional” implementada dentro do Núcleo. Durante os primeiros quinze dias já é possível notar o aumento de peso de grande parte dos nucleados. Mas a diferença entre os que ganharam e os que perderam peso é visivelmente maior entre os adultos do que entre as crianças. Na imagem, temos o aumento de peso em verde, o estacionamento de peso em amarelo e a perda de peso em vermelho.

**Figura 15** – Relatório do serviço de Alimentação do Núcleo de Famílias do Porangabussu, maio de 1943.



Fonte:  
Arquiv  
o  
Nacio  
nal.

E

m  
idade  
infant  
il, ou  
seja,  
crian

ças de colo, das 11 crianças pesadas, seis ganharam peso e quatro perderam peso. Nas crianças em idade pré-escolar, a quantidade entre as que ganharam e perderam peso foi a mesma. No relatório referente aos primeiros meses de funcionamento do Núcleo, as nutricionistas mencionam a dificuldade na alimentação das crianças de seis meses a dois anos que não estavam acostumados com a

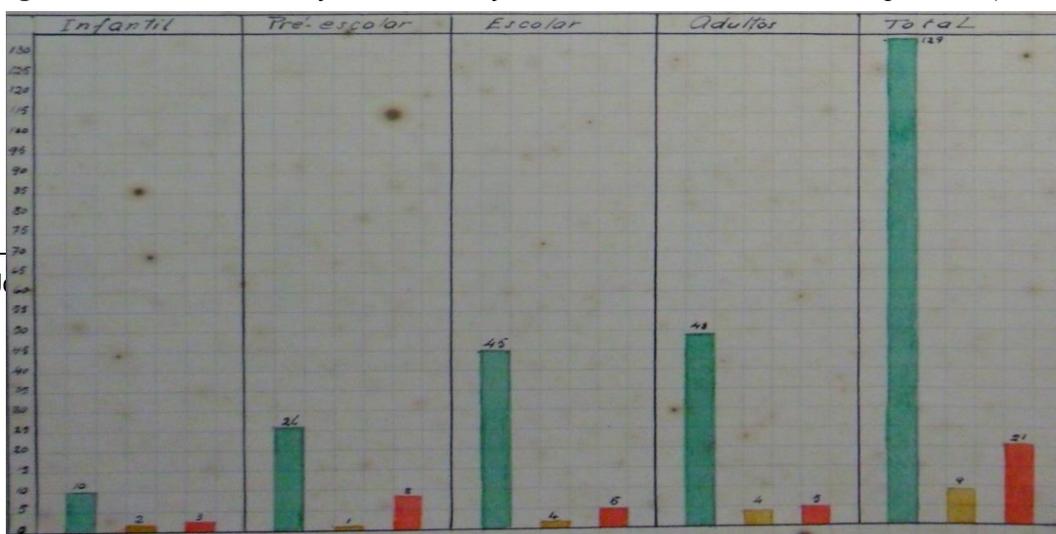
<sup>158</sup> Arquivo Nacional. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. CX: 4, Doc: 26. Relatório do serviço de alimentação do pouso do Prado. Fortaleza, 1 de junho de 1943.

“alimentação especial”, ou seja, sopa de legumes, sagu e também a problemática do molico. O trabalhador José Rodrigues de Carvalho escreveu para Regina, em maio de 1943, para saber sobre a alimentação de sua família. Ele estava bastante preocupado por que:

[...] um F. detal procapio mostro uma carta que a mulher delle mando mandando diser que as familia estavam tudo para morrer de formi disseram que vão tudo cortadas eu não acredito so quando a senhora mandar avisar ou contrario não acredito axo impossível [sic]<sup>159</sup>.

Ainda no primeiro mês de funcionamento do Núcleo do Porangabussu havia mulheres escrevendo para seus maridos reclamando sobre a alimentação e falando sobre um possível corte na verba da assistência às famílias. A mesma legenda de cores vale para a próxima imagem:

**Figura 16** – Relatório/Serviço de Alimentação do Núcleo de Famílias/Porangabussu (07/1943).



Fonte:  
Arquivo

Nacional.

Ao final do primeiro mês parece já ter havido uma estabilidade com relação ao ganho de peso dos nucleados. E o gráfico do aumento de peso é mais equidistante em todas as idades analisadas. É interessante notar o aumento na quantidade dos que participaram da pesagem, muito provavelmente pelo aumento do número de nucleados. Um acréscimo de quase 50 pessoas em quinze dias. Entretanto, essa situação de relativa estabilidade com relação à nutrição dos nucleados encontrava dissonâncias, como no caso da carta de José Rodrigues.

A situação mais crítica percebida nos relatórios sobre alimentação é a do pouso de Teresina; a nutricionista relata que o leite estava faltando há mais de seis meses, o feijão era de “péssima qualidade”, a carne estava “quase toda mofada” e as rações eram distribuídas “em bacias, numa mistura como se tratasse de comida de porcos”<sup>160</sup>. Maria Novais também enumera os problemas de estrutura do pouso que impossibilitavam a elaboração de uma alimentação higiênica, saudável e nutritiva: “o fogão acha-se em ruínas [...] nem panelas existem. Os alimentos são cozidos em latas.” De acordo com o relatório, os encarregados do SESP dizem “que nada tem que ver com isso”.

A circunstância observada dentro do pouso foi tão crítica que a nutricionista destaca, “Estavam os trabalhadores revoltados a ponto de fazerem uma greve”. Não sabemos se houve realmente uma greve e qual foi sua estratégia de ação. Segundo (BARBOZA, 2005, p. 101) “Só sabemos, por relatos, que as reivindicações dos trabalhadores em Teresina foram duramente reprimidas”. Mas o fato de Maria Novais levantar, em um relatório oficial, a possibilidade de uma greve de trabalhadores por causa das péssimas condições das instalações e serviços do pouso, representa uma fissura, ou melhor, um abismo entre o discurso oficial gestado e propagandeado pelo Estado e a realidade vivenciada pelos trabalhadores e suas famílias. E, se as ideias e teorias desenvolvidas pelo Estado não poderiam ser aplicadas em toda a sociedade, e os ambientes regulamentados pelos órgãos estatais funcionavam como espaços privilegiados para a aplicação destas, esta

---

<sup>160</sup> Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso de Teresina. Teresina – Piauí, 2 de agosto de 1943. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. Cx: 4. Doc: 32.

prática também era limitada e encontrava na falta de financiamento, estrutura, organização e vontade política, obstáculos, muitas vezes, intransponíveis.

O Serviço de Alimentação da Previdência social é extinto em fevereiro de 1967 e é o último decreto do governo em questão. Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura militar, alega que o SAPS possuía um inchaço de funcionários e um alto grau de corrupção. Outro argumento era que o serviço abrigava reuniões da esquerda subversiva.

O que observamos é que o Estado buscava instituir um poder discursivo com relação à família e aos trabalhadores migrantes, fazendo uso do controle de suas vestimentas, hábitos alimentares e higiene. Dentro dos espaços dos pousos e núcleos a aplicabilidade real deste controle era contestada.

Muitas dessas contestações podem ser observadas nas cartas escritas pelos trabalhadores e suas esposas. Nelas homens e mulheres buscavam notícias e faziam queixas e denúncias sobre as garantias que não estavam sendo cumpridas.

## AS TRAÇADAS LINHAS DA MIGRAÇÃO

O SEMTA possuía um serviço de correspondência específico que coletava as cartas do Núcleo de Famílias e as enviava para o escritório da SAVA em Belém. Entre maio e setembro de 1943, homens e mulheres escreveram cartas com a finalidade de manter esse elo familiar. Nelas, buscavam notícias de seus maridos, relatavam os problemas que vinham enfrentando, procuravam enviar notícias e amenizar a espera. As cartas denotam uma clara distinção entre maridos e esposas, intencionalidades, estruturas e estilos diferentes. O objetivo deste trabalho é analisar as diferentes narrativas construídas por homens e mulheres e como estas se contrapunham ao discurso oficial que o Estado buscava construir.

Em uma carta escrita ao marido, no ano de 1943, Joana Abreu, assistida pelos serviços do SEMTA de assistência familiar, diz: “[...] peço-te por tudo quanto for sagrado que tu mandes me buscar logo [...]”<sup>161</sup> Joana roga ao marido, Guilhermino, soldado da Borracha, que havia migrado no mesmo ano para a Amazônia, que reúna sua família o mais rápido possível. Para além da saudade, Joana conclama ao chefe da família que ele consiga reestabelecer a ordem familiar anteriormente instituída, porque antes de ser soldado da borracha, Guilhermino é pai e marido.

As esposas escreviam diretamente para seus maridos. Não aceitavam vivenciar a condição de *eterna espera*<sup>162</sup>, que geralmente é atribuída à figura feminina. Elas reclamam e cobram de seus esposos, de Regina Chabloz<sup>163</sup>, do Dr. Pinto<sup>164</sup>, do Estado. As cartas trazem elementos que denotam a não passividade das esposas frente ao processo de migração dos homens. Áurea Lacerda deixa claro ao marido João que não estava disposta a esperar: “[...] você vai ver eu sair daqui nem que seja para o meio da rua”<sup>165</sup>.

---

<sup>161</sup>Carta de Joana Abreu. Porangabussu – Fortaleza, 26 de junho de 1943. Acervo de Regina Chabloz – MAUC/UFC.

<sup>162</sup> PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, PP: EDUSC, 2005, p.83.

<sup>163</sup> Diretora do Núcleo de Famílias do Porangabussu. Começou a trabalhar para o SEMTA juntamente com seu marido Jean Pierre Chabloz, responsável pelo departamento de propaganda.

<sup>164</sup> Médico responsável pela divisão médica do Núcleo de Famílias do Poarangabussu. Ele e sua mulher serão muito presentes na críticas feitas pelas moradoras do núcleo.

<sup>165</sup>Aurea Lacerda Feitosa. Porangabussu, Sem data. Acervo MAUC/UFC.

Podemos destacar várias temáticas presentes nas cartas femininas: pedidos de notícias, queixas com relação aos serviços do Núcleo, saudades dos maridos, pedidos para que eles mandassem buscá-las, relatos sobre brigas.

Já as cartas masculinas foram aquelas endereçadas para Regina Chabloz. As missivas escritas pelas mulheres do Núcleo ficaram com Regina porque foram censuradas e nunca enviadas. E as cartas dos maridos porque tinham a diretora do Núcleo como destinatária<sup>166</sup>.

Não sabemos se estas cartas eram posteriormente repassadas para as esposas dos trabalhadores. Como estavam endereçadas à Regina Chabloz, como objeto, as cartas realmente pertenciam a ela. LEJEUNE (2008) afirma que segundo as leis sobre correspondências, uma vez postada, a carta pertence ao seu destinatário. Entretanto, muitas vezes, o conteúdo moral das cartas ultrapassa àquilo que é determinado pela jurisprudência. O autor nos ajuda a pensar que toda esta discussão sobre a propriedade de uma carta é bastante complexa e vai além dos limites daquilo que temos estabelecido por lei. Para ele, a carta, por definição, é compartilhada e seu conteúdo pode envolver não apenas remetente e destinatário. Os maridos escrevem para Regina, mas o conteúdo das cartas é essencialmente sobre suas esposas e famílias.

Como seus dependentes haviam ficado sob os cuidados da diretora do núcleo de famílias, os maridos, “muito gentilmente”, pediam a Regina Chabloz que ela zelasse por seus entes. Nuca Cassundré afirma: “[...] venho com esta ainda uma vez recomendar minha filhinha; Atanázio Martins: recomendo a minha família a Sra; Leopoldino Casimiro: não se esqueça de minha família [...]”.

Há nas missivas um apontamento para que suas famílias sejam tratadas com desvelo e cuidadas como estava garantido pelo contrato que eles haviam assinado. Eles deixaram suas famílias aos cuidados do Estado, representado dentro do Núcleo pela figura de Regina Chabloz

Regina não possui as mesmas experiências ou o mesmo lugar social das mulheres do Núcleo, mas não deixa de vivenciar a condição do que representa ser

---

<sup>166</sup> Não tenho como afirmar se esta prática era recorrente e se as esposas recebiam diretamente as cartas que lhes eram endereçadas pessoalmente. Vale ressaltar que as todas as cartas das mulheres cobram notícias de seus maridos.

mulher durante o Estado Novo. Na carta que Chabloz enviou ao amigo Rabinovitch relatando sua saída do SEMTA, o pintor suíço e recém-desempregado afirmava que o núcleo de famílias era “uma das vísceras menos discutíveis e mais viáveis do SEMTA”, ressaltando o trabalho de sua esposa, mas que “não gostaria de tomar o papel mais que desagradável de Príncipe Consorte”<sup>167</sup>. Regina, como esposa, deixou a vida que tinha no Rio de Janeiro para acompanhar o marido. Veio morar no Ceará, separou-se de sua ainda filha criança. Ela sentia e relatava para o pai, abismada, as diferenças existentes entre o tratamento que tinham as mulheres no Rio de Janeiro e no Ceará:

Sabia que uma mulher casada não pode depositar dinheiro no Banco do Brasil sem a autorização por escrito do marido e com firma reconhecida? Feminismo, onde estás que não respondes? O Ceará nesse ponto é de um atraso lamentável. O povo é excelente; os dirigentes tanto políticos como espirituais é que não prestam<sup>168</sup>.

Regina também escreveu várias cartas nas quais relatou as dificuldades de organização do Núcleo. É claro que o papel social ocupado por Regina era oposto ao das mulheres nucleadas. Ela tinha uma posição de muito poder dentro do Núcleo. E era responsável pela troca de correspondências.

As cartas masculinas, escritas pelos soldados, podem ser classificadas como correspondências “no sentido quase matemático do termo”. (BARTHES, 2003, p. 47). Como sugere Barthes em **O Fragmento do Discurso Amoroso**<sup>169</sup>, correspondência funciona como uma “empresa tática” destinada a defender pontos de vista, repassar informações. Corresponder-se, nesse sentido, significa trocar informações:

Bem vês, escreve a marquesa de Merteuil, que, quando escreves a alguém, é para ele que escreves e não para ti: portanto, debes menos buscar dizer-lhe o que pensas do que aquilo que mais lhe agrada. A Marquesa não está enemorada; o que postula é uma *correspondência*, quer

<sup>167</sup> Fortaleza, 17 de julho de 1943. Jean Pierre Chabloz – Carta cedida por Ana Maria Chabloz.

<sup>168</sup> Fortaleza, 26 de agosto de 1943. Cedida por Ana Maria Chabloz.

<sup>169</sup> No Livro *Fragmento do Discurso Amoroso*, Barthes se propõe a analisar as características das narrativas construídas sobre o amor. Ele constrói uma sistematização na forma de dicionário problematizando os diversos elementos presentes no discurso amoroso.

dizer, uma empresa tática destinada a defender posições, assegurar conquistas;[...]. (BARTHES, 2003, p.46-47).

Ao escreverem para Regina, os Soldados da Borracha buscavam garantir e registrar a preocupação e cuidado com suas famílias no Núcleo. Eles queriam assegurar o cumprimento da cláusula 503 de Contrato de Encaminhamento<sup>170</sup>, que assegurava assistência completa e irrestrita para sua esposa e seus filhos. Leopoldino reforçava, no fim de sua carta, “não esqueça da minha família”.

O fato de os soldados terem Regina como destinatária define a forma de elaboração de seus enunciados. Para Bakhtin (2003), o destinatário é uma espécie de coautor do enunciado. A estrutura do discurso se organiza a partir da destinação estabelecida.

Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias — tudo isso irá determinar a ativa compreensão responsiva do meu enunciado por ele. (BAKHTIN, 2003, p. 302).

Diferentemente das correspondências, as cartas de amor estabelecem uma *relação* e não somente uma troca. As mulheres escreveram para contar seus causos, seus sofrimentos, para cobrar notícias, e principalmente, para expor as dificuldades que estavam enfrentando com a migração de seus maridos e com a ruptura que representava a ida para o Núcleo de Famílias. Elas escrevem para o Outro – um “outro” íntimo, mas buscando, sobretudo, falar de si: “Como desejo, a carta de amor espera resposta; impõe implicitamente ao outro que responda, sem o que sua imagem se altera e torna-se outra”<sup>171</sup>. Aurea Lacerda desabafa: “[...] eu não posso mais aguentar vivo com a minha cabeça doida de imaginar o que me faz com migo”; Maria Fisolina: “[...] aqui no Núcleo sou uma desprezada”; Elcídia Galvão: “[...] aqui não tenho a quem me queixar [...]”.

<sup>170</sup>Garantia de que suas famílias seriam enviadas para um Núcleo de famílias com garantias de assistência econômica, social e religiosa.

<sup>171</sup>BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 47.

Sayad também diferencia os estilos de cartas masculinas e femininas ao analisar as missivas entre migrantes argelinos na França. Para ele as cartas femininas “dão notícia de todas as pessoas que moram na casa juntando todos à sua voz, cada um com seu nome [...]”. As mulheres, esposas e mães, colocam em suas cartas recomendações, benção e desejos coisa que “nunca fazem, ou nunca de forma explícita e insistente quando os pais escrevem para a seu filho”. (SAYAD, 1998, p. 155).

Na perspectiva bakhtiniana, a questão do dialogismo tem uma dupla e inseparável dimensão: a de diálogo entre interlocutores e a de diálogo entre discursos. A primeira diz respeito às relações entre sujeitos que interagem; a segunda configura as vozes que ecoam da comunidade, da cultura, enfim, da vida em sociedade.

Nesta dimensão, o discurso de um indivíduo interage com outros discursos, explícita ou implicitamente, além de ser tecido também por outras vozes que, ao emergirem de um contexto mais amplo – da história, da memória - entrecruzam-se, completam-se, polemizam entre si na construção de sentidos. Desse modo, um enunciado produzido em um momento sócio-histórico determinado, não pode deixar de refletir um diálogo social mais amplo em que estão presentes também aspectos coletivos. Dessa forma, na definição de Bakhtin (2003), nenhuma voz jamais fala sozinha. Para ele, a linguagem tem uma dimensão, inelutavelmente dupla. Podemos perceber o individual e o coletivo presentes dentro das cartas, as quais mesmo sendo objetos íntimos em sua produção, trazem estruturas e discursos coletivos de homens e, sobretudo, de mulheres.

Uma característica fundamental do pensamento de Bakhtin (2003) é a sua tentativa de compreender os complexos fatores que tornam possível o diálogo. Mas é preciso ressaltar a noção bakhtiniana de diálogo como um fenômeno que se define pela orientação do discurso do locutor para o discurso do outro (dialogicidade interna). Para essa orientação, são importantes duas instâncias: primeira, o encontro do discurso do outro no objeto do discurso; e segunda, o encontro do discurso do outro na reação-resposta antecipada do ouvinte.

As cartas escritas por maridos pretendiam acalmar suas mulheres,

garantir que estava tudo bem e cobrar cuidados do Estado; já as missivas escritas pelas esposas, almejavam reunir suas famílias o mais rápido possível e convencer seus maridos de que eles precisavam retornar ou mandar buscá-las. Elas trazem à tona a discussão da dinâmica interativa do outro e da formação discursiva dentro da carta. Não existe um receptor passivo, toda enunciação envolve a constituição de algo que se molda, desde o início, na direção de uma atitude *responsiva ativa* a ser tomada pelo interlocutor.

### 3.1 Delas para eles...

*De sua triste e sem sorte esposa*<sup>172</sup>. Era assim que D.<sup>a</sup> Elcídia Galvão despedia-se em carta escrita ao marido. Os milhares de trabalhadores nordestinos recrutados para trabalhar na região amazônica na extração da borracha, em 1943, assinaram um contrato de encaminhamento que oferecia assistência para suas famílias, que ficavam no Nordeste, nos Núcleos. Longe dos maridos, entre pessoas

---

<sup>172</sup>Elcídia Galvão – Porangabussu, 27 de junho de 1943.

estranhas e tendo que seguir normas específicas, essas mulheres escreveram cartas a seus esposos. Cartas contando angústias sofridas, revelando saudades e desejos, pressionando o retorno dos seus maridos com várias outras queixas.

Entre maio e agosto de 1943, as mulheres moradoras do Núcleo de Famílias escreveram cartas, que, pelo conteúdo de denúncia, não passaram pela censura do SEMTA e nunca foram enviadas. Essas cartas retidas pelo SEMTA ficaram guardadas por Regina Chabloz e, posteriormente, foram doadas para o acervo do MAUC, Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará. São 11 missivas que nunca foram entregues, pertencentes ao corpus documental do Museu da UFC.

Essas cartas possuem, em geral, três partes: a primeira cobrando notícias, já que seus maridos ainda não haviam escrito; a segunda relatando suas saudades e seus sofrimentos, reclamando condições de vida no núcleo (falta de comida, maus tratos, brigas, trabalhos forçados, relacionamento ruim com as outras nucleadas); e a terceira pede satisfações e solicitam que seus maridos mandem logo buscá-las, além das despedidas, por vezes, tristes e nostálgicas<sup>173</sup>. As cartas possuem marcas da oralidade na escrita e grafias diversas, indicando que foram escritas por pessoas diferentes. Não há referência ao lugar de onde vieram porque sua intenção, naquele momento, não é mais o retorno à vida anterior no sertão, mas a ida ao encontro do marido em uma nova terra. Joana suplica ao marido: “Guilhermino, peço-te por tudo quanto for sagrado que tu mandes me buscar logo”.

Em seu livro *Ruídos da Memória*, Marina Maluf, afirma: “Se, no entanto, o depoimento é pessoal, ele só ganha sentido quando referido aos grupos sociais restritos ou amplos que compartilham experiências comuns” (MALUF, 1995. p. 40). As missivas escritas pelas mulheres trazem muitos elementos coletivos que podem ser problematizados, elas concebem uma “tradução individual, em múltiplas camadas de experiências sociais, que emerge através de uma linguagem”. (MALUF, 1995, p. 40).

---

<sup>173</sup> Neste tópico discutiremos sobre a primeira e a terceira parte das cartas femininas, as cobranças de notícias e as saudades e como estas temáticas se encaixam na forma carta.

Como já vimos, nas cartas femininas, não encontramos referência à vida anterior ao Núcleo, nem memória, nem lembranças. Não sabemos de que cidades essas famílias vinham, onde moravam antes da mobilização dos trabalhadores. A migração de seus maridos para a Amazônia e delas para o Núcleo, que ficava em Fortaleza, representou uma ruptura com a vida anterior que eles tinham. Elas falam apenas das perspectivas do futuro e de irem ao encontro de seus maridos para uma nova vida. Nessa forma específica de carta não houve espaço para a memória do lugar onde viviam anteriormente. O texto aponta para o futuro, para o novo, para a vida que virá e, que se forem cumpridas as profecias, será melhor.

O núcleo de famílias do Porangabussu esteve de fevereiro a julho de 1943, sob a supervisão de Regina Chabloz, esposa de Jean Pierre Chabloz, pintor suíço contratado pelo SEMTA, responsável pela divisão de propaganda da migração para a Amazônia, e da Borracha para a Vitória.

O discurso da ausência é entendido historicamente como um discurso feminino<sup>174</sup>. O homem é quem migra; a mulher espera fielmente. Às suas famílias resta a esperança do regresso. Como lembra Michelle Perrot,

os homens partem na vanguarda; na melhor das hipóteses as mulheres seguem-nos. O mundo da fronteira é o dos guerreiros e dos pioneiros, universo viril onde as mulheres são raras e o seu estatuto, tal como a sua imagem, se divide entre a loira lady e a puta mais colorida". (PERROT, 2005, p.519-520).

O papel que se esperava da mulher durante o Estado Novo era o de guardiã da família, dos filhos, das tradições. Aquela que espera uma eterna Penélope<sup>175</sup>. Por isso, as pesquisas históricas que se propõem a discutir temáticas, a partir da ótica feminina, utilizam muitas vezes como fontes, cartas e diários íntimos. Entretanto, este tipo de narrativa não se apresenta como um testemunho completamente natural. Para Michelle Perrot (1991, p.11), “nada menos espontâneo do que uma carta; nada menos transparente do que uma autobiografia, feita para

---

<sup>174</sup> BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<sup>175</sup> Em referência a Penélope esposa que espera por vinte anos o retorno de seu marido Ulisses. Enquanto o marido parte em sua Odisseia, Penélope o espera tecendo fielmente uma mortalha. Ela fia de dia e a desmancha durante a noite.

ocultar tanto quanto para revelar”, um esconder e revelar. Em relação à construção social do papel da mulher Barthes afirma:

[...] a Mulher é sedentária, o Homem é caçador, viajante; a Mulher é fiel (ela espera), o Homem é inconstante (ele navega, corre atrás de rabos de saia). É a Mulher quem dá forma à ausência, elabora-lhe a ficção, pois tem tempo para isso; [...]. (BARTHES, 2003).

A mulher assume uma redoma de santidade. Aquela que zela pelo fortalecimento da família, que celebra o amor mútuo e fiel, selado pelo matrimônio abençoado por Deus<sup>176</sup>. É esse discurso sobre a família que o Estado Novo também tenta consolidar com as garantias de assistência à família. A ausência é também desenhada nas cartas das mulheres<sup>177</sup> do núcleo.

D<sup>a</sup>. Elcídia Galvão, juntamente com as demais nucleadas, escrevia cartas ao seu marido esperando respostas. Inicialmente, ela afirmava que entendia as dificuldades de receber notícias e que está escrevendo até para “ver se tem alívio”. Porém, mais abaixo, ela questiona se a falta de notícias de seu marido seria um sinal de que ele já a esqueceu e cobra as respostas que seu esposo ainda não havia enviado. A esposa também diz que o filho do casal, Samuel, sente muitas saudades do pai. Na carta, ela ainda afirma que todas as outras famílias recebem notícias de seus maridos e somente ela não. Entretanto, as outras cartas presentes no acervo documental do MAUC também estão cobrando notícias dos maridos. Podemos dizer que o momento do recebimento das cartas, dentro do Núcleo de Famílias, era um momento muito esperado e, receber uma carta representava um grande privilégio para as nucleadas:

---

<sup>176</sup> No livro *Cântico dos Cânticos* do Velho Testamento temos a imagem de Sulamita, a noiva que espera fielmente o retorno de seu noivo, guardando todo seu amor. Bem como, nas mulheres de Atenas descritas por Chico Buarque: “Quando eles embarcam soldados/Elas tecem longos bordados/Mil quarentenas/E quando eles voltam, sedentos/Querem arrancar, violentos/Carícias plenas, obscenas”. Mulheres que esperam, aguardam reclusas o retorno de seus maridos.

<sup>177</sup> Para Michele Perrot (2005), os arquivos públicos *calam as mulheres*, por que são produzidos a partir do olhar de homens sobre homens. Os arquivos privados (escritas pessoais) têm mais a revelar sobre as mulheres, pois, elas se expressaram muito mais copiosamente neles. A partir das cartas percebemos emergir um ponto de vista de si mesmas, de suas famílias e experiências.

Meu querido Cursinho,  
 Hoje as saudades crusifica-me mais do que nunca, faço-te estas linhas para vê se obtenho o meno em sonho uma notícia tua. Já estou quase sem esperança de tu me dar noticias porque seio que as dificuldades são muitas com esta já são duas cartas que ati escrevo, para vê se tenho alivio mas nada porque? Já estou por ti esquecida? O nosso Samuel diz mamãe papai parece já ter esquecido do nos, porque todo o mundo escreve para sua família e papai não, todas as noite elle pede para eu ensinar o padre nosso para oferecer ao Divino Espirito Santo para tu ser feliz e mandar noticias sempre quase todos os dias elle amanhece contando um sonho que teve contigo, elle já perdeu dois quilos e meio e esta com uns tumores na perna [sic]<sup>178</sup>.

Percebemos que há uma ausência presente de Cursinho que é sempre questionado dentro da carta. Mesmo longe, Elcídia conversa com ele. A quantidade de questionamentos presentes na missiva nos dá um indicativo de como ela esperava estabelecer novamente diálogo a partir das cartas escritas.

As cartas possuem estruturas e assuntos semelhantes, porém, grafias diferentes. Apenas as cartas de Elcídia Galvão e Joana Abreu parecem ter sido escritas pela mesma pessoa, as grafias são semelhantes e o tom poético é o mesmo.

“É com os olhos erguidos para o céu que oro a Deus para quês estas linhas mensageiras das minhas saudades va a ti encontrar gosando pares de saúde e felicidade”. (Joana Abreu. Fortaleza, 26 de junho de 1943); “Hoje as saudades crucifica-me mais do que nunca faço te essas linhas para vê se obtenho o meno em sonho uma noticia tua”.<sup>179</sup>

Todas as outras cartas possuem grafias diferentes. O que nos indica que foram escritas por pessoas diferentes. Em um período no qual a taxa de analfabetismo<sup>180</sup> era muito grande no Ceará, principalmente, entre os moradores de zonas rurais. Era difícil imaginar que as mulheres nucleadas soubessem ler e escrever. Ana Maria, filha de Regina e Jean Pierre Chabloz, em uma de nossas conversas, afirmou que não achava provável que sua mãe escrevesse as cartas, também não é a letra de Regina que encontramos nelas. É possível que tivessem

<sup>178</sup>Elcídia Galvão Porangabussu, 27 de junho de 1943 – Fortaleza – CE . Acervo Regina Chabloz – MAUC/UFC.

<sup>179</sup> Elcídia Galvão. Fortaleza, 20 de junho de 1943.

<sup>180</sup> De acordo com o Censo de 1940 a taxa de analfabetos no Brasil era de 56,8% da população acima de 10 anos do país. Fonte IBGE, Censo demográfico, 1940. As dez maiores taxas de analfabetismo, em 1940, pertenciam a estados das regiões Norte e Nordeste. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940\\_pt\\_VI\\_t1\\_CE.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940_pt_VI_t1_CE.pdf)>.

sido escritas por algumas nucleadas que sabiam escrever ou por algumas funcionárias auxiliares do Porangabussu. Alguém que dividisse experiências semelhantes.

O tom de crítica presente nos discursos nos faz descartar a possibilidade de que as cartas tenham sido escritas pelas mulheres que ocupavam cargos mais importantes dentro do funcionamento do Núcleo de Famílias, Regina, D.<sup>a</sup> Ivete, ou as nutricionistas, Maria Moraes e Daura de Almeida. Mesmo que nem todas as cartas fizessem críticas diretamente a elas, as estruturas de organização e funcionamentos do núcleo eram frequentemente questionadas, o que influenciava a eficiência do trabalho realizado por elas.

Existe um corte social muito claro na convivência dentro do núcleo: as mulheres que representam os serviços do Estado e as mulheres que questionam estes serviços. Outras questões que podemos levantar além de quem lê e quem escreve estas cartas são: qual seu ritmo e volume de escrita? Em que condições e locais elas foram escritas?

O Núcleo era provisório e construído com paus e palhas, com poucas mesas e cadeiras. Portanto, deveria ser muito difícil encontrar um local adequado para a confecção das missivas, que talvez fossem escritas coletivamente. O que elas queriam era escrever para seus maridos.

A construção do discurso da ausência ocorre com a partida do Outro. Como afirma Barthes, (2003) só existe a ausência do outro. Ela pode ser dita apenas por quem fica “[...] imóvel, à espera. O “eu”, sempre presente, constitui-se apenas diante do “ti”, sempre ausente. Dizer ausência é desde logo postular que o lugar do sujeito e o lugar do outro não podem permutar”. (BARTHES, 2003, p. 36).

Porém, nas cartas escritas, como nas cartas de Elcídia, há um grande empenho para deixar claro que elas não se conformam em estar somente estacionadas aguardando o retorno de seus maridos. Ela reclama sobre a proibição de fumar dentro do núcleo, sobre os trabalhos, as condições de moradias. Na carta de D. Joana ao marido, percebemos uma estrutura parecida com a carta de D.<sup>a</sup> Elcídia:

É com olhos erguidos para o céu que oro a Deus para que estas linhas mensageiras das minhas suadades va a ti encontrar gozando pares de saúde e felicidades. Quanto a mim vou passando horrivelmente devido a umas tantas coisas que aqui tem aparecido. [sic].<sup>181</sup>

Ela inicia falando das saudades e, logo em seguida, completa com reclamações semelhantes e com o receio da mudança para o Núcleo do Cocorote:

Ontem ela não teve mais o que fazer, cercou o barracão de cordas para conseguir a nossa comida como animal, e para melhor eu lhe dizer o cativo aqui está de não suportar. Vamos para o outro núcleo com mais sujeição do que os presos, é para todo mundo trabalhar, as mães só vê os filhos as 6 da manhã e 6 da tarde quando se voltar do trabalho e estas são as mais leves, já me vi tão aperradas com 4 colegas que fomos a cidade passar um telegrama para você e o marido das outras pedindo socorro, com certeza devem todos terem recebido [sic].<sup>182</sup>

O Núcleo do Porangabussu era provisório e deveria funcionar somente enquanto o Núcleo permanente ainda não estivesse construído. O Cocorote estava localizado entre o Pici e o Alto da Balança (Figura - 4), foi o local escolhido para a construção de uma pista de pouso apropriada para o tráfego aéreo pesado. A Base do Cocorote ficou pronta em 1943. Segundo Francisco Heber de Oliveira<sup>183</sup>,

Para a Base do Cocorote, segundo a DIRENG (1978), o projeto previa a construção de uma pista de pousos e de decolagens pavimentada em asfalto, com cerca de 2.100 m de comprimento por 60 m de largura – 45 m de largura útil mais os acostamentos laterais de 7,5 m. Além disso, possuía cabeceiras de concreto, com 60 m de comprimento por 47 m de largura. Essa base deveria ser utilizada como apoio às ações táticas do Exército dos Estados Unidos (*United State of Army – US Army*). (OLIVEIRA, 2009, p. 38-39).

Posteriormente, em 1952, em homenagem ao piloto cearense Euclides Pinto Martins, o Aeroporto do Cocorote foi denominado Aeroporto Pinto Martins, que

---

<sup>181</sup> Joana Abreu Porangabussu - Fortaleza 26, de junho de 1943. Acervo de Regina Clabloz – MAUC/UFC.

<sup>182</sup> Joana Abreu Porangabussu - Fortaleza 26, de junho de 1943. Acervo de Regina Clabloz – MAUC/UFC.

<sup>183</sup> Em dissertação de mestrado defendida em 2009 no programa de mestrado em Engenharia de Transportes. Francisco Heber de Oliveira estuda o Aeroporto Internacional Pinto Martins, antiga base militar do Cocorote.

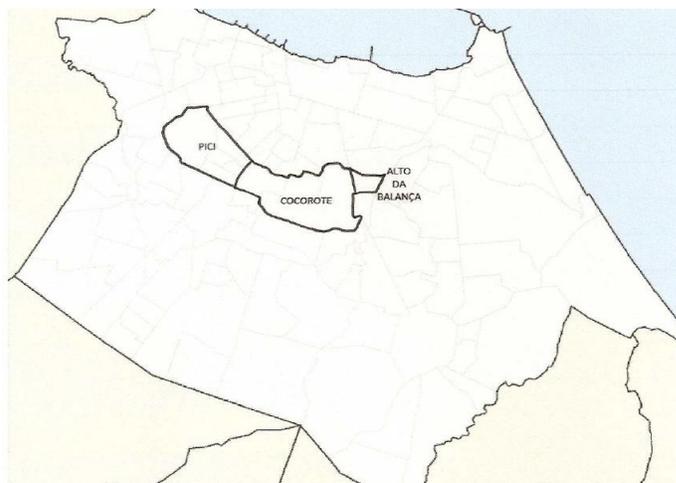
a partir da década de 1960 passou por intensas reformas<sup>184</sup>. A data de inauguração do Núcleo Permanente do Cocorote não consta nos documentos pesquisados, mas mesmo assim a reportagem do jornal **Diretrizes**, de 2 de setembro de 1943, afirma que o Núcleo estava acabando de ser construído. Conseqüentemente seu funcionamento deve ter sido bastante curto, visto que a partir de 1944 a assistência às famílias é suspensa e começam a ser entregues passagens para que as famílias fossem ao encontro dos soldados na Amazônia.

Como podemos observar no mapa a seguir a base do Cocorote era uma região bem mais ampla do que o espaço ocupado pelo aeroporto e com bastante espaço para a construção do novo Núcleo.

---

<sup>184</sup> OLIVEIRA, Francisco Heber. Proposição de Estratégias de manutenção e pavimentos Aeroportuários baseados na macrotextura e no atrito: Estudo de caso do Aeroporto Internacional de Fortaleza. Dissertação de mestrado defendida em 2009 no programa de mestrado em Engenharia de Transportes.

**Figura 17** - Localização geográfica do Pici, Cocorote a Alto da Balança.



Fonte:  
Mapa  
de  
Fortale  
za

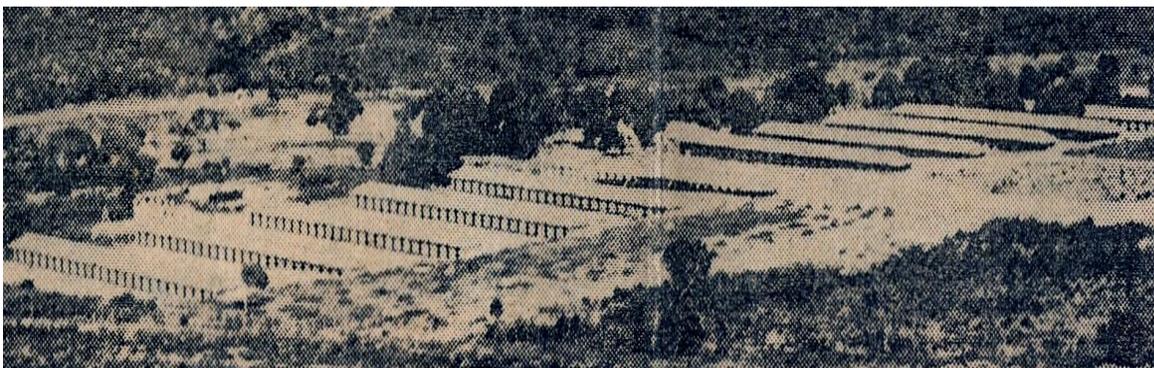
D

e  
acord

o com o relatório da CAETA, o “núcleo do Cocorote, construído de alvenaria, ficava situado em Fortaleza e tinha capacidade para alojar, comodamente 200 famílias, 800 pessoas”<sup>185</sup>, ao contrário do Núcleo Provisório do Porangabussu, construído com palhas e paus. Nos relatórios da CAETA aqui estudados não há referências específicas ao Núcleo do Cocorote. No tópico “Contas Patrimoniais do Relatório”, de dezembro de 1945, na seção ativo permanente, bens imóveis, é registrado somente o Núcleo do Cocorote. No inventário do SEMTA, realizado em setembro de 1943, provavelmente por causa de sua extinção, a declaração de obras e imóveis diz que as maiores despesas estão nos gastos do Núcleo Permanente, isso por causa da construção do Cocorote, além da despesa com aquisição de móveis há gastos com mão de obra, materiais e transporte. Isto porque, com o fim do SEMTA, há a construção do novo Núcleo e o transporte das famílias para lá.

<sup>185</sup> Relatório da Comissão de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia - CAETA, dezembro de 1945.

**Figura - 18:** Núcleo Permanente de Famílias do Cocorote



Fonte: Jornal Diretrizes, 2 de setembro de 1943 - Acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC

O terreno do Núcleo do Cocorote foi comprado em maio de 1943<sup>186</sup>. Segundo o Esboço de Programa para Assistência à Família do Trabalhador Mobilizado<sup>187</sup>, os locais para a organização dos núcleos devem ser obtidos “por intermédio dos governos federais, estaduais ou municipais, cedidos ou requisitados”. Em carta escrita ao pai José Getulio da Frota Pessoa, Regina Chabloz conta sobre a visita ao terreno, sobre a possível construção do novo Núcleo, mas ela utiliza o termo “compra” para falar sobre a aquisição do espaço:

Passamos a manhã de hoje, domingo, visitando o terreno onde provavelmente vai ser construído o Núcleo definitivo. Dr. Aristóbulo de Castro, o chefe do abastecimento dep. de ass. social, o Dr. Moraes, chefe do abastecimento e material, o Dr. Pinto Duarte, médico do Núcleo e que é nosso hóspede, Jean-Pierre e eu. Jean-Pierre, como de costume trabalhou de arrancada três noites seguidas e ficou dormindo. O terreno é ótimo, tem um chapadão elevado que é ótimo para as casas, tem açude com barro muito bom para se fazer telhas e tijolos, tem duas casas pequenas e uma grande, uma casa de engenho e muitas árvores frutíferas. Tem o que eles chamam aqui de baixio, que é um terreno bom para a plantação de horta, milho, cana, macaxeira. Tem capoeira para a lenha. Amanhã vamos falar com o Dr. Paulo sobre a compra e o engenheiro vai fazer o levantamento do terreno para meu colaborador, pois nos consultamos mutuamente sobre os planos de organização e decisões (ele está se casando por procuração e a noiva dele vai ser contratada pelo SEMTA para nos ajudar lá no Núcleo)

<sup>186</sup> De acordo com o relatório geral da Caeta de dezembro de 1945, com o terreno foram gastos C\$ 171.636,30 e na construção de alvenaria C\$ 621.854,00 Cruzeiros. Ao todo o Núcleo do Cocorote valia, segundo a declaração de bens da Caeta, C\$ 793.490,30 Cruzeiros.

<sup>187</sup> Esboço de Programa para Assistência da Família do Trabalhador Mobilizado. Acervo Pessoal Paulo Assis Ribeiro – AP: 50; Cx: 4; Doc: 56 – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

Dr. Paulo me deu um abraço de agradecimento pois foi a vista do que fiz lá que o Ministro se decidiu pela assistência às famílias [sic]<sup>188</sup>.

Ainda segundo o Esboço, os núcleos poderiam ser localizados em áreas de “propriedade particular mediante acordo com a produção”, ou seja, poderia haver uma parceria público-privada baseada na troca ou venda dos produtos do Núcleo. A questão dos Núcleos como espaços de produção de alimentos fica bastante evidente no esboço, eles deveriam ser organizados em locais que oferecessem “facilidade para plantação, criação e trabalhos domésticos”. Regina menciona que havia muito barro para se fazer telhas e tijolos.

Em 15 de julho de 1943, Afonso Mesquita de Oliveira escreveu de Manaus, para Regina, reclamando por que soube que sua mulher iria fazer “[...] tijolos, telhas e trabalhar na enxada”<sup>189</sup>. Segundo ele, sua mulher deveria fazer trabalhos mais “maneiros”, porque trabalhos desse tipo eram para “homem”. A acusação de Afonso, trabalhador com cinco dependentes morando no Núcleo, parece bem provável depois dessa declaração de Regina. Se a grande maioria das pessoas que trabalhavam no Núcleo eram mulheres<sup>190</sup>, quem iria utilizar esse barro para a feitura de telhas e tijolos? E como a produção de telhas poderia estar dentro da categoria “trabalhos domésticos”, que segundo o Esboço de Programa para Assistência da Família do Trabalhador Mobilizado, seria o trabalho realizado pelas nucleadas?

A reportagem do jornal **Diretrizes** de setembro de 1943, sobre o trabalho realizado pelas famílias no Núcleo do Cocorote, ressalta: “as mulheres e crianças que ali permanecem à espera de seus maridos e pais, trabalham no campo, cultivam a terra, frequentam a escola e a creche do núcleo. Levam, enfim, uma vida digna e produtiva”<sup>191</sup>.

---

<sup>188</sup> Regina Pessoa Frota Clabloz – Fortaleza, 2 de maio de 1943. Acervo Jean Pierre Cjabloz – MAUC/UFC.

<sup>189</sup> Afonso Mesquita de Oliveira – Manaus, 15 de julho de 1943. Acervo MAUC/UFC.

<sup>190</sup> Ofício com os nomes dos funcionários do Núcleo Provisório do Porangabussu. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro.

<sup>191</sup> Jornal **Diretrizes**, 2 de setembro de 1943 – Acervo Jean Pierre Cabloz MAUC/UFC.

Para Afonso, na compreensão do que deveria ser o trabalho feminino da época, os “trabalhos de mulheres” deveriam ser leves e condizentes com o papel da mulher na sociedade, ou seja, costurar, bordar e não trabalhos mais pesados na terra e no barro. Não parece improvável que a própria esposa de Afonso tenha escrito para ele se queixando de estar fazendo “trabalhos de homem”?

O entusiasmo de Regina percebido com a compra do terreno para o novo Núcleo é logo substituído por decepção quando percebe que a Assistência às famílias não era uma prioridade do governo e não estava, necessariamente, garantida pelo que ela chamou de “política”:

A luta aqui é grande, pois a política se mete em tudo e a desonestidade de caráter e a falta de integridade moral que acompanham sempre a política não permitem que se trabalhe e se construa em paz, em colaboração e eficiência. [...] A politicagem e ladroeira é grossa de maneira que a situação atual do serviço é muito vacilante. A nossa situação pessoal está a mesma, sem nenhuma definição ou certeza do que quer que seja. Nunca assinamos contrato de espécie nenhuma, mas temos assinado folhas de pagamento o que já é uma grande coisa. Apenas sabemos que de um momento para outro podemos ser informados de que o serviço terminou sem ter verdadeiramente começado! Vou agindo no meu trabalho como se isto fosse durar pelo menos 10 anos [sic].

Regina expõe que não havia um planejamento prévio na política de Assistência familiar e nem na manutenção do Núcleo de Famílias. A informalidade na contratação de funcionários é um indício da falta de organização dos departamentos que faziam parte de SEMTA. Provavelmente, essa informalidade tem relação com a finitude no funcionamento do órgão de guerra.

O SEMTA foi extinto há menos de um ano após a sua inauguração e, substituído pela Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, CAETA, para centralizar as atividades da Superintendência do Abastecimento de Vale Amazônico – SAVA e do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA.

O receio da nova dinâmica de trabalho que poderia ser estabelecida no Núcleo do Cocorote leva Joana, juntamente com outras quatro nucleadas, a passarem um telegrama para seus maridos. Segundo a documentação produzida pelo SEMTA<sup>192</sup>, as jornadas de trabalho tanto nos *pousos*, quanto nos *núcleos* deveriam ser regidas pela legislação trabalhista em vigor, ou seja, jornadas de 8 horas de trabalho por dia. Joana fala em sua carta em uma jornada de 12 horas de trabalho, de 6 da manhã às 6 da noite, e por isso elas resolvem fazer a denúncia. Mesmo sendo apenas um boato sobre a quantidade de horas de trabalho, essas mulheres que foram passar um telegrama para seus maridos tinham consciência da jornada de trabalho que elas deveriam ter.

O telegrama procura dar conta daquilo que as cartas não estavam conseguindo abarcar. Ele era uma forma de comunicação muito mais rápida, destinada a assuntos urgentes. O temor com relação a uma nova dinâmica de trabalho e a desconfiança de que seus maridos poderiam realmente não estar recebendo suas cartas, faz com que este grupo de mulheres procure uma forma de comunicação diferente, que estivesse fora do Núcleo de Família, que fosse mais *eficiente*.

Joana diz que foi à cidade juntamente com Maria Filisolina, que também escreveu ao marido contando sobre o temor da mudança para o novo Núcleo. O Porangabussu ficava bastante afastado do Centro de Fortaleza com o acesso bastante limitado<sup>193</sup>, por isso Joana e Fisolina se referem ao centro, onde estava localizado o Correio além dos outros serviços básicos, como a cidade de Fortaleza:

---

<sup>192</sup> Regimento oficial do SEMTA. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro.

<sup>193</sup> Regina escreve ao pai em 1944, quando ela e Jean Pierre não trabalhavam mais no SEMTA, se queixando sobre a dificuldade de locomoção pela cidade. Eles moravam no bairro do Benfica, geograficamente muito mais próximo do centro da cidade do que o bairro do Porangabussu. Ela afirmava: “tenho andado a procura de casa para nos mudarmos pois J.P. não suporta mais estar no Benfica que desmente o nome por falta de condução”. Fortaleza, 5 de abril de 1944.

Abel qui estão falando que no Núcleo novo que a gente vai trabalhar e não recebe nem sequer um tostão além disto a gente vai ser separada dos filhos e eu não me separo de meus filhos, acho melhor cair fora pois não me separo de meus filhos a sujeição lá no cocorote vai ser horrível e eu não me sujeito a ninguém vocer bem deve saber como eu sou! Eu dizendo uma cousa eu faço pode acreditar, Abel depois que o Dr Pinto trouxe a mulher pra car ela tem inventado umas leis que não pode ser criada, primeira ves ela quis proibir a gente fumar como não pode conciguir enventou amarrar o barracão para o pessoal ir como um mogote de assassino que não pode se unir com niguem precisa ir isolado de um par um, e no dia que ouve esse barulho eu e mais quatro colegas passamos um telegrama respeito desse caso, nesse dia chorava criança e pessoas grande com o disadoló da Sra do Dr Pinto [...].[sic].<sup>194</sup>

Em entrevista concedida para Edson Holanda Lima Barboza, em setembro de 2003, Regina afirmou que as mulheres eram proibidas de sair do Núcleo. Estas cinco nucleadas conseguiram burlar o controle<sup>195</sup>, sair do Núcleo, chegar ao centro da cidade, enviar um telegrama, retornar ao Núcleo e ainda contarem seus feitos por carta.

A Reclamação sobre a esposa do Dr. Pinto, Dra. Ivete, é uma constante dentro das cartas. As mudanças por ela sugeridas dentro do Núcleo, a proibição do fumo, a utilização de cordas para separar os barracões nos quais as mulheres dormiam, provocavam alvoroço entre as mulheres, além do receio de que Ivete seja a nova diretora. Regina Chabloz é dispensada do Núcleo com o fim do SEMTA, mas quem assume a direção do novo Núcleo, para a maior tranquilidade das mulheres, não é a Dra. Ivete, mas a antiga secretária do Dr. Paulo Assis Ribeiro, D. Vera.

[...] e disem que é a Dra Ivete vai ser a Diretora do núcleo é nesse tempo que começa a guerra civil, não achas? Pelas mulheres, pois não aceitamos as leis dela porque ela é do Rio e nos somos do interior e essas leis não pode serem criadas não sabe ela que buliu com os cão dentro da garrafa que a tempos estava tampada que não é uma so nem duas família que combinam que a libertação da escravidão foi acabada no dia 2 de outubro de outro ceculo, Abel fiquei boa de saúde G. Deus Bote a benção de todos Caetano e Sivirino José Antonio enviam lembranças Aceite lembrçar de seus filhos e esposa [sic].<sup>196</sup>

<sup>194</sup> Maria Filisolina Abreu – Porangabussú, 27 de julho de 1943.

<sup>195</sup> Supomos que este controle sobre a saída dos nucleados não deveria ser tão rígido, visto que em outras cartas também aparecem referências sobre saídas do núcleo.

<sup>196</sup> Maria Filisolina Abreu – Porangabussú, 27 de julho de 1943. Acervo MAUC/UFC.

Maria Fisolina, esposa de Abel Casimiro de Abreu, afirmava que a nomeação de Dra. Ivete para a direção do Núcleo seria o estopim para o início uma “guerra civil”. Ela ameaçava uma revolta das famílias que ainda estavam “quietas dentro da garrafa”, mas podendo se rebelar a qualquer momento por não aguentarem mais os desmandos da esposa do médico, que era do Rio de Janeiro. Fisolina também utilizou como argumento a referência à data histórica da abolição da escravidão, ela se ampara no acontecimento histórico para dar veracidade a sua linha de argumentação. Como afirma (MALUF, 1995, p.36) “a memória autobiográfica se apoia na memória histórica, uma vez que a história de uma vida é parte integrante da história mais geral”.

O envio de várias cartas sem repostas faz com que estas mulheres desconfiem se seus maridos estão mesmo recebendo suas cartas. O telegrama enviado do centro de Fortaleza dava mais segurança do recebimento das informações: “certeza devem todos terem recebido”, em uma clara desconfiança dos serviços de correspondências prestadas pelo Núcleo.

Regina Chabloz deixa transparecer, em carta escrita aos pais, no dia 19 de junho de 1943, que havia um crivo sobre as cartas, um controle sobre o que era escrito, inclusive, sobre as cartas dela:

Deu-se aqui um caso muito interessante que só posso contar de viva voz, pois é caso de serviço (e sei que as cartas podem ser controladas) e do qual resultou uma admiração geral em relação a J. Pierre, à sua correção, honestidade etc. postas em dúvida por circunstâncias e intrigas completamente idiotas [sic].<sup>197</sup>

---

<sup>197</sup>Regina Pessoa Frota Chabloz – Maranguape, 19 de junho de 1943. Acervo particular de Ana Maria Clabloz.

É fundamental destacar que estas cartas presentes no acervo do MAUC ou guardadas com Ana Maria Chabloz estão arquivadas porque nunca foram enviadas. Na casa de Regina, encontramos estas cartas juntas com um envelope no qual estava escrito “cartas censuradas, retidas”.

**Figura - 19:** Envelope de Regina Chabloz.



Fonte: Cedida por Ana Maria Chabloz Scherer

O envelope é oficial por que há o símbolo do SEMTA e a letra nele, provavelmente, é de Regina<sup>198</sup>. Ele guardava aquelas cartas que possuíam discursos dissonantes ao discurso construído pelo SEMTA. No diário de serviço número 2, de Jean Pierre Chabloz<sup>199</sup>, há uma menção ao serviço de Censura Postal, mas este não aparece em nenhum documento do SEMTA. “Obtemos depois de muito esforço uma mesa de Dona Eugênia (chefe da censura postal). Inquietude hostil contra nós, no escritório!! ‘Intrusos’”<sup>200</sup>.

<sup>198</sup> Em entrevista concedida a Edson Holanda Lima Barboza, Regia afirmou que o motivo de possuir aquelas cartas era por causa de seu desligamento repentino do SEMTA.

<sup>199</sup> Diário de serviço número 2 de Jean Pierre Chabloz – Acervo Jean Pierre Chabloz - MAUC/UFC.

<sup>200</sup> Diário de serviço número 2 de Jean Pierre Chabloz, p. 13; Acervo Jean Pierre Chabloz - MAUC/UFC

Chabloz tem muitos desentendimentos com D. Eugênia, segundo o diário do suíço ela era chefe da censura postal. O chefe do departamento de propaganda a descreve como uma mulher hostil e intransigente, “cette petite idiote et servile”.

Eugênia trabalhava no escritório do SEMTA e, além da censura postal, também cuidava da liberação de alguns documentos do escritório central do SEMTA. Ao que tudo indica o serviço de censura também era responsável pelas cartas dos funcionários. As cartas de Jean Pierre eram, vez por outra, fiscalizadas<sup>201</sup> e Regina em suas missivas, também se refere a prática de violação das correspondências. Sobre as cartas do Núcleo levantamos a hipótese de que as missivas passavam pelo crivo da censura quando chegavam ao escritório do SEMTA. As cartas censuradas eram reenviadas para o núcleo e guardadas por Regina (por isso o envelope).

Como já foi dito, o SEMTA contava com um serviço de correspondência especial, que recolhia as cartas das famílias dos trabalhadores espalhadas pelo Nordeste e as enviava para o escritório da Superintendência do Vale Amazônico – SAVA (órgão responsável pelos trabalhadores colocados nos seringais), que e recebia as cartas dos trabalhadores mobilizados, nos pouso ou no Amazonas, e as encaminhava para suas esposas. O fato de haver um serviço que centralizasse a atividade epistolar dos trabalhadores e suas famílias não apenas facilita a comunicação entre eles, bem como o controle de seus conteúdos por parte do Estado. O jornal **Correio do Ceará**, de 7 de maio de 1943, faz uma matéria intitulada: “Correspondência dos trabalhadores da Amazônia”:

A objetiva da Aba-Film surpreendeu, ontem, em plena atividade a assistente social do SEMTA, sta. Iaci Gentil Nunes, que, então, fazia a distribuição da correspondência dos trabalhadores da Amazônia, chegada ao escritório. A sta. Iaci Nunes organiza, ao mesmo tempo, estatísticas de todas as cartas recebidas ou enviadas para uma mesma cidade. O embrulho que se vê a esquerda contém correspondência destinada às famílias residentes em Mossoró (Gravura CORREIO DO CEARÁ)<sup>202</sup>.

**Figura 20** - Iaci Gentil Nunes distribuindo as cartas. / Correio do Ceará, 7 de maio de 1943.

<sup>201</sup> Como vimos no primeiro capítulo sobre o caso: “O drama da carta para Rabinovitch”, na qual a carta entre Chabloz e o enviado americano foram abertas e lidas pelos diretores do SEMTA.

<sup>202</sup> Correio do Ceará, 7 de maio de 1943 – Acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC.



Fonte: – Acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC

A censura das cartas corroborava pela não divulgação de discursos diferentes daqueles veiculados pelo Estado e pela imprensa oficial. Diariamente várias cartas, supostamente escritas pelos trabalhadores, eram publicadas no Jornal O POVO descrevendo as vantagens nas quais estava se realizando o processo de migração<sup>203</sup>. Em muitas delas havia referência à assistência às famílias e ao cuidado que o SEMTA oferecia a todas elas. Cartas com muitas críticas e com teor diferente do que estava sendo noticiado poderiam gerar inúmeros boatos e instabilidade nos pousos e seringais. A forma carta transmite a ideia de escrita espontânea e quando publicada no jornal serve para dar uma imagem de veracidade ao discurso de eficácia do SEMTA. Ela transmitia credibilidade no processo de recrutamento, transporte, auxílio religioso, familiar ao trabalhador e às suas famílias. As missivas publicadas são cartas masculinas supostamente enviadas do trabalhador para sua família. Dessa forma, tenta-se reter as cartas com críticas, silenciar as reclamações e publicar supostos elogios para que o processo migratório seja aceito pela sociedade fortalezense. Como podemos observar nesta carta publicada no jornal O POVO de maio de 1943:

---

<sup>203</sup> Ver Jornal O POVO durante o ano de 1943.

Maria José, que a paz de Deus e de Jesus se faça em teu coração. Chegamos aqui ontem, e na mesma hora recebi tua carta... não sabes tu, quanto tenho lutado longe de ti. A viagem de caminhão e de trem, como é natural tem sido monótona. Felizmente já estamos na capital deste próspero estado que viu nascer o destemido Gonçalves Dias. Entretanto, eu e meus companheiros não nos esmoreceremos. Vamos todos com saúde e satisfeitos, marchando incolumes pra os estepes do Vale Amazônico. Pois nosso sacrifício de poucos dias COSTRUIRÁ A GARANTIA DA VITÓRIA FINAL. Das nações unidas e, por isso mesmo, da liberdade das gerações vindouras e porvindouras que hão de abençoar o heroísmo destes bravos trabalhadores... neste dois dias seguiremos para Belém<sup>204</sup>. (O POVO, 05/05/1943).

Esta carta publicada no jornal O POVO, teria sido escrita por José Paiva de Araújo para sua esposa Maria José. Além de uma linguagem extremadamente oficial e com termos semelhantes aos utilizados pelos meios de propaganda do SEMTA, a carta traz muitos elementos que nos faz questionar seu verdadeiro autor. Logo no início, o soldado fala sobre a rapidez e eficácia do serviço de correspondência, assim que ele chegou ao pouso de São Luiz, “capital do estado onde nasceu o destemido Gonçalves Dias”, teria recebido a carta de sua esposa, contrariando tudo aquilo que as outras cartas nos haviam apresentado até então. Uma eficácia bastante improvável até mesmo pela distância e dificuldades de localização dos trabalhadores. Na carta, José Paiva não pergunta nada sobre sua família, como se a função deste texto fosse somente confirmar e legitimar o discurso coletivo oficial da mobilização como bem comum.

As cartas retidas desenham uma imagem muito diferente sobre a eficiência da assistência as famílias. Elas apresentam problemas coletivos enfrentados pelas mulheres dentro do Núcleo.

---

<sup>204</sup>O POVO, 5 de maio de 1943. In: BARBOZA, Edson Holanda. **Ida ao inferno Verde**: Experiências da migração de trabalhadores do ceará para a Amazônia (1942/1945). p. 131.

Mesmo com estruturas e conteúdos semelhantes dentro das cartas das mulheres do Núcleo, Elcídia tenta mostrar que não há nenhuma identidade coletiva entre ela e as outras nucleadas, aqui a roupa não aparecia. Era possível se assumir certa individualidade. Elcídia insinuava que não tinha amigas e que não pertencia àquele lugar, sua base de identidade era a família, o marido, o filho e a sogra, e não as pessoas do Núcleo. Dessa forma, somente ele (Cursinho) poderia dar alívio a sua tristeza:

Cursinho aqui já botaram inquisição por causa do fumo, já disse a senhora do Dr. que prefiro ser enxotada do núcleo mas de fumar não deixava, pois é o meu único conforto aqui é fumar vivo aqui neste núcleo de tristeza sem você mãe sem adonde? Sem ter a quem da as minhas queixas fumar e chorar são meus únicos consolos desde que você foi embora, a maior parte das mulheres que tem aqui são os cão de carne vivem de foxicos e briga e de prometeres quebra cara umas das outras são um pessoal que ninguem pode ter amizade de cento se tira uma basta que eu lhe diga isto. E mesmo so tu poderá dá alívio as minhas saudades tu deve compreender que sentido eu digo mas acho tão custoso esses 6 meses mas como Deus ti levou pode trazer ou mesmo me levar por tanto vou-me conformar, não é? [sic].<sup>205</sup>

Há uma constante conversa nas cartas, como se elas esperassem ouvir a resposta deles, como se já estivessem imaginando o que eles iriam falar ao lerem as cartas, inclusive, fazendo várias perguntas dentro da narrativa. Elcídia, Joana, Maria e Aurea elaboram o seu enunciado tentando presumir a resposta de seus maridos e essa *resposta presumida* influencia diretamente na criação desse enunciado. Para Bakhtin:

Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado. (BAKHTIN, 2003, p. 321).

---

<sup>205</sup> Elcídia Galvão – Porangabussu, 20 de junho de 1943. Acervo MAUC/UFC.

Esses fatores, de levar em conta e presumir as respostas de receptor, para Bakhtin (2003), iriam determinar a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por fim, a escolha dos recursos linguísticos. Antes de finalizar a carta, Elcídia Galvão expõe a explicitação de suas saudades:

“Quantas noites quantos dias o meu coração invadido de uma infindas saudades e muitas vezes deraman-se dos meus olhos lagrimas por esta tua ausência por tão longos tempos, sempre vejo-te em sonho, mais tão diferente comigo, sonho realizando o que mais desejo, compreende? É.....”[sic]<sup>206</sup>.

Há aqui mais um momento de afetividade em uma linguagem bastante poética com uma dimensão claramente sexual. A necessidade de contato e o desejo de interação podem ser nitidamente percebidos. Na verdade, essa parte da carta corporifica o desejo do encontro, da proximidade, do contato, também físico. Elcídia ressalta a saudade do marido e as dificuldades de estar sem ele. Talvez até na tentativa de também despertar nele a saudade, Elcídia parece acreditar em uma privacidade da carta e por isso desvela em seu texto um teor erótico, que para a época não poderia estar tão explícito:

Cursinho peço-te que quando tiveres dinheiro não esqueça de mim e dê sempre notícias, que servira de conforto para mim conta-me tudo como é e como passa. Eu fui assistir a tua sahida com o Samuel e não mais encontrei foi para mim um dia de juiso. Cursinho posso ficar tranqüila? Como tu me escreve sempre e manda me buscar com 6 meses? Tua mãe manda abraços e te abençoa, ella reclama porque tu é muito groceiro em não da noticia.  
Samoel o Agenice envia-te abraços.  
Abençoa o Samuel.  
Adeus tua saudosa esposa  
Responda [sic].<sup>207</sup>

No último parágrafo da carta, há uma provável referência a uma conversa anterior que deve ter havido entre Elcídia e Cursinho. Antes de partir, Cursinho poderia ter dito para a esposa ficar tranquila porque escreveria sempre e mandaria buscá-la com seis meses. Muito possivelmente, este seria um dos prazos estabelecidos pelo SEMTA. E Elcídia fez essa cobrança no final da missiva, visto

<sup>206</sup>Elcídia Galvão – Porangabussu, 20 de junho de 1943. Acervo MAUC/UFC.

<sup>207</sup>Elcídia Galvão – Fortaleza, 20-6-1943. Núcleo de Famílias do Porangabussu. Acervo Regina Chablos – MAUC / UFC.

que já havia passado o prazo de seis meses e o marido não havia mandado nenhuma notícia.

O trabalho do historiador encontra, muitas vezes, seu limite de pesquisa. A angústia destas mulheres, principalmente de Elcídia, é intensa e envolvente. Não descobrimos se suas cartas algum dia foram respondidas, nem se seus maridos retornaram, se elas seguiram ao encontro deles ou se nunca voltaram a se encontrar. Infelizmente, não podemos dar um fim para nossos personagens. Temos que nos contentar apenas com aquilo que nossas fontes nos levam a crer e, neste aspecto, nos diferenciamos da escrita literária. Mas como nos sugere (DAVIS, 1987):

Quando não consegui encontrar meu homem (ou minha mulher) em Hendaye, Sajas, Artigat ou Burgos, fiz o máximo para descobrir, através de outras fontes da época e do local, o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido. (DAVIS, 1987, p. 21).

Por isso é necessário analisar a emergência de experiências de famílias pobres, por meio de suas cartas, em um contexto de limitação de direitos civis e políticos, de realização de direitos sociais de trabalhadores e de investimento na migração dos trabalhadores nordestinos.

Joana Abreu também cobra notícias, da mesma forma que Elcídia, não é a primeira carta que escreve para o marido e há uma grande exigência para que ele mande buscá-la o mais rápido possível. Há também uma desconfiança sobre o envio de suas cartas, Joana afirma que já escreveu cinco cartas e dois telegramas e que a falta de resposta do marido também poderia indicar que ele não havia recebido-os.

Guilhermino peço-te por tudo quanto for sagrado que tu mandes me buscar logo que complete os 6 meses, sim tem mais esta é para se trabalhar sem se pagar um tostão. Olha já com esta são 5 cartas e 2 telegramas que escrevo e não tenho resposta, com certeza tu não recebeste. A Suzete teve muito doente passou 14 dias na enfermaria tive muito medo que ela não morresse ela não esquece de ti, diz para mim, papai foi para a Amazonia ganhar dinheiro para Suzete. Bote a benção de nossa filha Adeus aceite um forte abraço da tua esposa saudosa

Joana Abreu [...].<sup>208</sup>[sic].

A segunda carta da nucleada Elcídia Galvão é mais onerosa. Ela teve um desentendimento com o Médico responsável pelo Núcleo, Dr. Pinto. O médico teria chamado Elcídia Galvão de “imunda e desordeira”, porque ela estava se recusando a comer. Ela teria levado a comida para o filho que, doente, não poderia comer no refeitório, e quando retornou, desentendeu-se com Dra. Ivete e Dr. Pinto. Além de cobrar o marido por notícias e explicitar para ele que está vivendo muito mal no Núcleo, Elcídia escreve por que não tem mais ninguém além dele para se queixar. A carta é também um desabafo, ela precisava conversar com alguém sobre o ocorrido:

Presado Esposo Cursinho

Felicidades

Apesar das contrariedades que o gênio e a vida tem me oferecido pelo teu silencio o nosso filho viver doente faço-te estas linhas, comunicando meu estágio aqui, pois passo pessimamente só ati posso a me queixar vou a ti contrariar porque me acho contrariada apesar da esquisição dos cacimbos tem outra ati passa honteonte pela hora do almoço fui corrida do núcleo e já levei nome de emmunda e depois de sisordeira eu aqui não tenho a quem me queixar so não sahi porque fiquei a esperá ordem de D. Regina fui em casa dela e não encontrei para então contar o causo acontecido, pois tenho certesa d'que ella não d'a por bem feito. O causo foi o seguinte o Samoel estando doente fui tira o almoço d'elle pode porque a D. Ivete senhora do Dr. Pinto, o tal que me correu e me chamos os ditos nomes citados não consintiu (f?) volta para abaraca muito contrariada passo momentos volto, então o Dr. Pinto estando a botar todo o pessoal para dentro do circo emventada por elle pergunta-me se eu quero almoçar eu digo que não então começou a discursão comigo elle disse eu respondi porque tinha certesa se me calasse era talvez açoitada se você não tomar as providencia ai com o chefe eu aqui tomo, retirando-me nem que seja para a Remigração Getúlio Vargas, e quando menos você espera eu chego como aflagelada ai no Pará, no dia tal dissordia fui ao palácio e te telegrafei junta aquatro cologas que sentiro comigo. Melhor não ti digo porque não tenho o teu endereço e não seio se esta vai as tuas mãos.

Escreve-me o mais possível, para ti passar virgula por virgula.

Dispensa a minha fraqueza.

Tua triste e sem sorte esposa

Elcídia Galvão

Bençõa teu filho e tua mãe bote-a bençã

A mesma [sic].<sup>209</sup>

<sup>208</sup>Joana Abreu Porangabussu – Fortaleza, 26 de junho de 1943. Acervo de Regina Clabloz – MAUC/UFC.

<sup>209</sup>Elcídia Galvão. Porangabussu, 27 de junho de 1943 – Fortaleza – CE . Acervo Regina Chabloz – MAUC/UFC.

Elcídia ameaçou sair do Núcleo e chegar como “aflagelada” no Pará. Os soldados da Borracha não eram flagelados, eram mobilizados. E essa diferença estava assegurada pelos contratos de encaminhamentos, nos quais também estava garantida a assistência às famílias dos trabalhadores. Era ele quem diferenciava o soldado da borracha recrutado para o front do Vale Amazônico e o retirante flagelado. O discurso sobre migração ganhava, durante o Estado Novo, outro status, o migrante nordestino e sua família não eram mais os retirantes da seca que precisavam da caridade do Estado, mas parte do corpo civil de uma Nação em Guerra.

Elcídia cita a Hospedaria em sua carta (“Remigração Getúlio Vargas”) ameaçando o esposo de sair do Núcleo, onde era esposa de soldado da borracha assistida pelo Estado e ir para a Hospedaria para ser encaminhada como retirante e flagelada para a Amazônia. A Hospedaria Getúlio Vargas foi inaugurada no dia 15 de março de 1943, como noticiou o jornal O POVO: “[...] tinha por finalidade oferecer pouso provisório, na travessia daqui para o Norte, aos flagelados nordestinos que iam compor o exército da borracha – não por coincidência também o exército da reserva”<sup>210</sup>. Segundo o professor Frederico de Castro Neves, a construção da Hospedaria tentava dar conta de dois planos estratégicos do governo brasileiro naquele momento: “[...] controlar a mobilidade da população retirante durante as secas e participar efetivamente do esforço de guerra aliado à produção da borracha amazônica”<sup>211</sup>. Mesmo que na prática, quando chegavam à Amazônia, Soldado da Borracha e flagelado não tivessem grandes diferenças, o discurso sobre o papel e os direitos que se construiu sobre o Soldado da Borracha o colocavam em um patamar superior ao do flagelado, retirante nordestino dos anos 1930.

Além de escrever ao marido relatando a discussão com o médico Dr. Pinto, Elcídia também escreveu um bilhete para Regina Chabloz se desculpando pelas “palavras grosseiras” e pela briga. Não sabemos como era a relação entre Elcídia, as outras nucleadas e Regina. Em outras cartas das moradoras do Núcleo, há algumas referências negativas à diretora do Núcleo, ela era a mulher diferente

---

<sup>210</sup> ARAÚJO, M<sup>a</sup> Neyára de O. **A Miséria e os Dias: História Social da Mendicância no Ceará**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 115.

<sup>211</sup> NEVES, Frederico de Castro. Vargas e a Seca. In: **Revista Brasileira de História**.

das outras lá dentro, além de ser a personificação do Estado e das promessas não cumpridas. Elcídia Galvão queixa-se mais em suas cartas da esposa do médico, D. Ivete (criticada em quase todas as cartas de acervo), mas Regina é muitas vezes acusada de displicência por não defender as nucleadas nos conflitos. O fato de Elcídia ter escrito o bilhete tinha um intuito diplomático, para manter um bom relacionamento com Regina, já que a esposa de Pierre Chabloz era a responsável pela distribuição das cartas:

Exma Snra M. D. Dirigente do Núcleo  
 Respeitando-vos  
 Aborrecendo-vos com este escrito fito unicamente solicitar-vos perdoess-me das palavras groceiras que em vossa presença preferi e confesso-vos culpada de todo ocorrido pelo que mais uma vez rogo-vos perdão.  
 Côncia, de que tudo será posto nas trevas do esquecimento permitais sobicrever-me  
 Da Criada  
 Elcidia Galvão [sic].<sup>212</sup>

Na realidade, com o receio de que Dra. Ivete assumisse a direção do Núcleo na mudança para o Cocorote, Regina aparece como uma opção muito melhor para as nucleadas. Portanto, era importante não criar inimizades declaradas com ela enquanto ainda fosse diretora do Núcleo. Assinar o bilhete como “da criada” era muito mais uma tática para boa convivência do que uma submissão, até por que não percebemos um tom submisso nem com relação à Regina e nem à Ivete em nenhuma carta de Elcídia Galvão ao marido. Nas cartas ao esposo, Elcídia utilizava uma linguagem e no bilhete à Regina outra. Para Bakhtin:

Ao representarem as diferentes situações em que o universo das atividades humanas se manifesta, os enunciados acabam por refletir as condições específicas e as finalidades diversas de cada uma dessas esferas não só por seu conteúdo temático e estilo verbal, mas também e, sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 2003, p. 279).

Nas cartas das mulheres do Núcleo, pode-se perceber esse diálogo constante, destacado por Bakhtin (2003), entre a autora da carta e o receptor dela. O texto não pode ser visto isoladamente, mas sim correlacionado com outros. O

---

<sup>212</sup>Elcídia Galvão - Núcleo do Porangabussu, 1 de julho de 1943. Acervo Regina Chabloz – MAUC/UFC.

gênero<sup>213</sup> é dialógico e nos gêneros primários, como as cartas, esse diálogo é mais perceptível. Por meio das cartas, as mulheres tentaram dividir as experiências que tinham dentro do Núcleo com seus maridos e esperavam que a partir do conhecimento dos problemas por elas enfrentados, eles tomassem alguma atitude que repercutisse, diretamente, em suas vidas dentro do Núcleo.

Edith Dionisio de Oliveira também assinava seu bilhete enviado a Regina como “da criada”<sup>214</sup>. Edith não era esposa, mas sim filha de um soldado da borracha. Ela escreveu à diretora do Núcleo pedido que Regina enviasse um telegrama para saber notícias de seu pai, por que fazia mais de dois meses que ele não escrevia. Mas é o bilhete de Possidônia<sup>215</sup> mais parecido com o de Elcídia Galvão. Ele foi escrito pelo mesmo motivo. Possidonia tenta explicar o motivo da briga que teve com Sr. Caetano, provavelmente um funcionário do núcleo. A nucleada, Possidonia, explica:

Tenho [sic] afim de lhe diser a causa da minha briga foi porque levei um emporrão do Sr. Caetano devido uma perguntas que a Eugenia foi fazer pois nunca fui disfeitada do meu marido para ser de homem que conheço não foi nada e sendo, a [sic] senhora me chame que direi tudo eu estou muito magoada com isto.

Possidonia argumentava que se nunca havia sido desrespeitada pelo marido, não poderia ser destrutada por um homem que ela não conhecia. Ela se mostra bastante magoada com o ocorrido e assina somente com seu nome e não pede desculpas em nenhum momento do bilhete.

As cartas eram a única forma de aquelas mulheres tentarem manter contato com seus maridos, mesmo na ausência deles, elas poderiam tê-los mais

---

<sup>213</sup> A noção bakhtiniana de gênero amplia o conceito do termo para um conjunto de práticas discursivas que decorrem do fato de ser a linguagem utilizada de diferentes maneiras, para diferentes funções e em diferentes situações sociais. Cada uma dessas situações determina gêneros com características temáticas, composicionais e estilísticas próprias. A cada época histórica – de acordo com Bakhtin – “da vida ideológica e verbal, cada geração em cada uma de suas camadas sociais, possui sua linguagem” (BAKHTIN, 2003). Os gêneros nos são dados como nos é dada nossa língua materna, ou seja, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva que se efetua com indivíduos que nos rodeiam.

<sup>214</sup> Porangabussu, 16 de junho de 1943. Edith Dionisio de Oliveira. Acervo Jean Pierre Chabloz. MAUC/UFC.

<sup>215</sup> O bilhete de Possidonia compõe o acervo de Jean Pierre Chabloz no Mauc/UFC. Não tem data, nem o nome completo da nucleada.

próximos quando escreviam, contavam sobre seus dias difíceis, sobre suas saudades e cobravam deles as notícias tão esperadas:

João vosé mande nôz buscar para nós ir se vosé não mandar vosé ver eu sahir da que nem que seja para o meio da rua porque eu nunca levei descomposta de ninguem para hoje eu levar meus filhos a té a panhado Já fourãm eu não posso mais aguentar vivo com a minha cabeça doida de imaginar o que me faz com migo eu so posso ter disgosto na vida a te historia elles contam a D. Regina quando ella chega couzas que nunca foi passado.

Áurea Lacerda Feitoza – Sem data [sic].

Procuramos mostrar a persistência e a transformação de padrões associativos próprios da vida familiar, de um lado por um sistema tradicional de valores e, de outro, por um grupo de relações primárias centralizada na família. Os filhos de Aurea e João apanharam de outra pessoa e isso era grave demais por que extrapolava as relações hierárquicas da família. Dessa forma, ela ameaça ir com os filhos para o “meio da rua”. Elas estão sempre recorrendo ao elo e aos valores representados pela família para convencerem seus maridos a voltarem ou a mandarem lhes buscar. Afinal, foi a saída deles que representou essa ruptura com a qual elas não se conformam. A forma de analisar esses discursos das mulheres dentro do núcleo não é para “transformar em filósofo o homem comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia. Operando no nível corriqueiro, as pessoas comuns aprendem a se virar”. (DANTON, 1986 apud FERREIRA, 1997).

Dentro da dinâmica do Estado intervencionista de Vargas, sem estarem nem junto com seus maridos, nem em suas antigas casas essas mulheres em trânsito buscam a melhor estratégia para solucionar seus problemas e viverem melhor. Elas transitam não apenas em uma dimensão geográfica, mas entre mulheres que esperam e chefes das famílias, que têm saudades e queixas, entre aguardar o retorno dos maridos e cobrar do Estado, entre experiências individuais e coletivas. Seus maridos também executam algumas combinações astutas para garantir que suas famílias estariam realmente asseguradas pelo Estado. Eles escrevem cartas para a diretora do Núcleo de Famílias, Regina Chabloz, para saberem se a assistência que lhes foi prometida estava sendo realizada.

### 3.2 – Deles para ela...

“Ora, nessa noite, o pequeno grupo desapareceu deste istmo entre dois mares, tragado ao longe pelo horizonte: atrevidos, entusiastas, desesperados, vítimas de desgostos ou de desprezos, amantes apaixonados não correspondidos, devedores, renegados, flibusteiros, assassinos procurando esconder aos próximos o seu horrível segredo, alguns adultos mais sábios e maduros, jovens, mulheres e homens com falta de amor, velhos não. Vendo-os partir sem grandes razões, e sem quererem eles próprios confessar-se encantados por se

livrarem desse contingente de excitados, difícil de comandar, os chefes, as mães e as noivas esperam impacientemente, diziam eles, o seu regresso".  
(SERRES, 2006, p.12)

O destinatário das cartas de Elcídia Galvão era Cursinho de Alcântara Filizola, trabalhador com o número de ordem 52, cuja matrícula era 4533. Deixou dentro do Núcleo de famílias quatro dependentes: Elcídia, esposa; Samuel, filho; sua mãe e outro dependente, muito provavelmente, outro filho. Não há entre as cartas endereçadas para Regina nenhuma de Cursinho. Entretanto, muitos outros maridos escreveram para a diretora do Núcleo de Famílias buscando a garantia de que na sua ausência suas famílias estariam bem cuidadas.

Enquanto o discurso da "ausência é marcadamente feminino" (BARTHES, 2003) o discurso da migração, da partida, é historicamente masculino. É o homem aventureiro quem migra em busca de novas terras e melhores condições de vida.

O Estado Varguista buscou, a partir de uma matriz coerente de ordenamento da força de trabalho, organizar o trabalho livre sob as bases racionais. Para o professor Frederico de Castro Neves em seu texto **Economia moral versus moral econômica**<sup>216</sup>, a partir dos anos 1930 haverá uma institucionalização das medidas de proteção a pobreza. O alcance de utilidade social do homem é dado pela sua capacidade de produção. Dessa forma, se havia desequilíbrios (doenças, seca) eles poderiam ser supridos por meio de medidas técnicas elaboradas pelo Estado. Natascha Estefania Ostros, ao estudar os elementos edificadores da política Varguista, afirma:

Atentar para as condições de vida da população, as potencialidades do território, as carências de ambos, enfim, para os fatores constitutivos da dita realidade brasileira, implicava na necessidade de orquestrar outra forma de governar, capaz de articular todos esses fatores materiais. (OSTROS, 2009, p. 32).

---

<sup>216</sup> Artigo publicado na Revista Projeto História da PUC São Paulo. N. 16/ Fevereiro de 1998.

É perceptível que havia uma série de políticas pensadas no sentido de enfrentar o período de seca<sup>217</sup>. Vislumbra-se, inclusive, a preocupação com medidas consideradas preventivas, como a construção de açudes, e os vários debates que vinham sendo empreendidos no âmbito decisório sobre a periodicidade das secas, entendidas como eventos que iriam, hora ou outra, se repetir. Ainda é possível visualizar uma preocupação com a presença e movimentação de migrantes, objetivando segurá-los no campo, a partir da colocação e utilização de sua mão de obra, ou, incentivando uma migração mais dirigida que atendesse aos projetos burgueses de sociedade.

A racionalização das políticas desenvolvidas para tentar solucionar os problemas da seca no pós-1930, durante o Estado Novo estava baseada no duo, migração e colonização do território. Com o discurso de eliminar os *vazios demográficos*, Vargas afirmava que os retirantes deveriam ser distribuídos pelo território nacional visando um melhor aproveitamento dos recursos naturais de determinadas regiões pouco povoadas, como a região Norte de país. Como destaca o livro histórico de SEMTA:

Recrutar e encaminhar os soldados do ‘exercito da borracha’ é a iniciativa mais arrojada até hoje levada à frente na America do Sul, porque os que movimentam massas civis, buscando a fixação do homem à terra, transportam cidades, no conceito romano<sup>218</sup>.

---

<sup>217</sup> A seca combinada com o avanço das políticas modernizadoras – concentração fundiária, racionalização do comércio, maior inserção do país na economia de mercado - desalojaram as populações do campo. A organização dos elementos de produção, inclusive a terra, sob um sistema de mercado afastava o homem do campo de seu status anterior, obrigando-o a vender sua força de trabalho. A racionalização da agricultura desenraizou o trabalhador do campo e prejudicou sua segurança social, na medida em que as relações capitalistas iam substituindo as relações tradicionais de trabalho no campo. Aquilo que Rosa Luxemburgo, em seu livro, **A acumulação de Capital**, chamou de destruição da economia natural. LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital: Estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 2ª Ed. p. 317. Ainda segundo Luxemburgo: “o capitalismo aparece e se desenvolve historicamente num meio social não capitalista e necessita dele para a sua própria existência. Para a aquisição de meios de produção como para a realização da mais-valia é indispensável que o capitalismo se expanda por outros mercados e outras sociedades de economia natural.” (LUXEMBURGO, 1976).

<sup>218</sup> Livro Histórico do SEMTA. Introdução, p. 12.

O SEMTA reuniu as necessidades do fornecimento de borracha para os países aliados durante a Segunda Guerra e a eclosão da seca de 1942 para a mobilização de trabalhadores para o Amazonas, conduzindo os flagelados candidatos a seringueiros. Nesse aspecto, para o Estado Vargasista, a migração se mostrava como uma forma de apaziguar os problemas causados pela seca no Nordeste, além de se constituir como outra forma de exploração da mão de obra retirante.

Sem dúvidas há uma grande centralidade na identificação das condições estruturais e históricas da sociedade brasileira, mediante a análise do desenvolvimento capitalista e das transformações na economia rural e urbana para o estudo dos processos migratórios. Acrescidas a estas, outras análises que privilegiaram estudar a migração segundo o processo de incorporação dos migrantes em uma nova ordem social nos permitem compreender a interligação entre as relações de origem dos migrantes e de destino da migração.

Aqui, entretanto, buscamos ir além do raciocínio alusivo à migração percebida dentro do cenário de seca, fome e manobra estatal. Isto, não no sentido de desconsiderar esses fatores, mas com o objetivo de enxergar como outros vieses podem ser também relacionados com esse contexto. Segundo a professora Lúcia Arraes Morales,

Não é apenas suficiente examinar como o Estado produz condições que delineiam indivíduos aptos a se deslocarem. É preciso examinar como eles próprios se produzem enquanto agentes e conduzem suas saídas e seus eventuais retornos. (MORALES, 2002, p.9).

A Amazônia estava cercada de imagens paradisíacas construídas desde o início do século XIX. Essa temática envolveu autores como Julio Verne, escritor de clássicos da literatura moderna. O fio condutor da narrativa do livro, **A Jangada**<sup>219</sup>, é a viagem da família Graal de Iquitos<sup>220</sup> para Manaus. Verne, que nunca esteve no Vale Amazônico, descreve com riqueza de detalhes a fauna e flora da região, para dar corpo ao cenário de sua narrativa fictícia. Aqui percebemos o alcance das obras

---

<sup>219</sup> VERNE, Julio. A Jangada: Oitocentas Léguas pelo Amazonas. São Paulo: Planeta, 2003.

<sup>220</sup> Região localizada ena margem peruana de um rio que virará o Rio Amazonas.

dos brasilianistas e viajantes estrangeiros que escreveram sobre a diversidade da floresta amazônica, no início do século XX. Verne apresenta a pomposa natureza do Vale Amazônico:

Era uma mistura de orquídeas bromélias, trepadeiras todas em flor, que colhiam o alimento em caixas cheias de boa terra vegetal, enfiadas sob maciços de folhas verdes [...]. Quantos ramos volúveis, quantas rubias vermelhas, quantos pânpanos amarelo-ouro, quantos cachos multicores, quantos sarmentos enroscados não só nos modilhões que sustentavam a ponta da cumeeira, mas também nos arcos do telhado e nos someiros das portas! (VERNE, 2003, p. 94).

Júlio Verne recria uma Amazônia paradisíaca emoldurada pela natureza e pronta para ser explorada pelo homem. Muitos migrantes partiam para o Norte em busca da terra multicolorida da fartura oposta ao sertão da seca. Benchimol aproxima os migrantes ao perfil dos “aventureiros”, dos “heróis”. Analisando a função do personagem que deixa o lar<sup>221</sup>, temos a apresentação do *Herói desbravador* em busca de novas terras. Vladimir Propp, estruturalista russo, ao analisar os componentes básicos do enredo dos contos populares russos, procura identificar os seus elementos narrativos mais simples e indivisíveis. Segundo Propp (1984): “[...] o Conto Maravilhoso, habitualmente, começa com certa situação inicial”<sup>222</sup> - a seca, nesse caso. De acordo com Samuel Benchimol a Amazônia possuía:

Um milhão de rios, de índios, de matas, de drogas, de coisas para um tostão de gente. Só mesmo a ambição, a cobiça dos olhos com a mobilidade dos pés, ocupando os horizontes enormes, poderia corrigir a distância. (BENCHIMOL, 1977, p.156).

As imagens pintadas por Verne e por Benchimol refletem a possibilidade do enriquecimento do homem pobre, desafortunado. Diante da grandeza e da riqueza do território Amazônico o homem do sertão tinha olhos que cobiçavam e pés que davam a ele a mobilidade de rumar para as novas terras.

<sup>221</sup> Em Referência ao livro **Morfologia do conto maravilhoso** de Propp, que analisa o fato de o conto maravilhoso atribuir, frequentemente, ações iguais a personagens diferentes. Isso nos permite estudar os contos a partir das funções dos personagens.

<sup>222</sup> PROPP, Vladimir Iakovlevich. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

Por isso, é necessário estabelecer, de acordo com Sayad (1998) o caráter fundamental da migração como um projeto coletivo. Condizente com a influência do Estado, da seca, com a vontade do migrante e da sua família o deslocamento deve ser pensado como um processo social. Em um sentido geral, o migrante, mesmo o pioneiro, não migra exclusivamente, porque deseja migrar, e por mais aleatória que pareça a escolha do destino, existem vários fatores estruturais, sociais e coletivos que se relacionam com a decisão do migrante.

Entre os inúmeros condicionantes da migração, os arranjos familiares também exercem um papel central na organização do processo migratório. Mesmo quando a família não migra conjuntamente, são projetadas as possibilidades para a migração do restante da família. Portanto, em linhas gerais, a participação da família nos processos migratórios é ativa e abrangente, apresentando funções diversificadas, como recrutamento, intermediação, suporte social na origem e no destino como o provimento de moradia temporária ou definitiva, e provimento dos contatos necessários à alocação profissional.

A professora Lúcia Arraes Morales colheu um vasto número de depoimentos de trabalhadores que migraram. Muitos são declarações que relatam a oposição da família, principalmente, das mulheres da família a migração de seus filhos, irmãos e maridos. Seu Bezerril, Seu Chico, Seu Luis e Seu Sátiro, ao descreverem a reação de suas mães e irmãs quando eles se despediram usaram as seguintes palavras:

Me pediram chorando que eu não fizesse uma loucura dessas.  
Minha irmã, que nos era muito apegado teve um passamento.  
Minha mãe, essa chorava demais, coitada! Foi uma coisa muito triste.  
Minha mãe se agarrou-se em mim foi preciso meu pai segurar ela,  
acalmar ela, abrandar ela<sup>223</sup>.

Seu João diz que não avisou nada em casa porque nem sua mãe, nem seu pai iriam o deixar ir, mas enfatiza que a pior reação seria a da mãe, “minha mãe, então! Mas eu fui. No dia seguinte, quando me procuraram, eu era o lugar

---

<sup>223</sup> MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e Vem, Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annalumbre; Fortaleza: Secult, 2002.

mais limpo”<sup>224</sup>. A mãe de Seu Gomes, cearense de Camocim, fez referência ao primeiro fluxo migratório para a Amazônia, durante a seca de 1887, e às condições calamitosas nas quais se deu ocorreu esse processo, para tentar fazer o filho desistir da migração. Segundo Seu Gomes:

Ai, me alistei. Cheguei em casa e contei pra minha mamãe. Ela ficou aperreada comigo: “Meu filho, tu é doido? Tu endoideceu? Perdeu teu juízo? No outro tempo quem ia para o Amazonas desejava ser uma pulga para vir nos cós de quem viesse pra cá!” Ela tava muito contrariada mesmo, aí eu disse pra ela: “ Mamãe, mas isso agora é diferente. É a mobilização”. Mas ela num arredava o pé: “Tira isso da cabeça! Acaba com essa impressão besta. Esse nome aí... quantos e quantos num morreram. Lembra do Porfírio filho do sr. Manoel Lembra do que aconteceu? (Sr. Gomes – Camocim, CE)<sup>225</sup>

A memória do processo migratório anterior ainda persistia para os mais velhos. Para tentar tranquilizar a mãe Seu Gomes argumenta que esse processo migratório era diferente porque ele não seria apenas um migrante, retirante da seca, como no período anterior, mas um trabalhador *mobilizado*. O SEMTA era um serviço especial sob o formato administrativo do Estado Novo e inaugurou um novo discurso de migração, a *mobilização* dos trabalhadores para outro front de guerra: os seringais.

A migração também apareceu nos depoimentos colhidos por Lúcia Arraes Morales, como uma forma de fugir de alguma transgressão praticada no sertão. E como o cangaço<sup>226</sup> que foi a alternativa para muitos no início do século XX, a migração também era uma fuga de possíveis represálias. Seu Pedro, cearense de Iguatu descreve o motivo que o levou a se alistar:

Fui fugido, não tenho vergonha de dizer porque de mesmo eu num tinha precisão de vir pra cá. Foi por causa de um caso com um cabra muito safado que quis mexer com minha irmã e eu sabia que ele já tinha mexido com outras moças. Uma desgraça dessas não podia cair em cima de meu pai. Ai,

<sup>224</sup> Depoimento de .... In: MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e Vem, Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annalumbre; Fortaleza: Secult, 2002.

<sup>225</sup> Depoimento de Sr. Gomes In: MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e Vem, Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annalumbre; Fortaleza: Secult, 2002.

<sup>226</sup> Livro Histórico do SEMTA. Introdução. p. 12.

numa briga com esse cara eu arranhei ele [Arranhou?] É maneira de dizer, né? Foi coisa mais grave. Mas eu sou homem, e isso eu aprendi com meu pai, e nunca adimitei nem aceito desrespeito comigo, com minha família e com quem estiver comigo. A senhora, por exemplo, tá aqui na minha companhia, pois fique sabendo que não tem esse seu ninguém que vai desrespeitar a senhora. É obrigação minha. (Sr. Pedro – Iguatu CE).

Sua fuga é descrita como consequência de um ato que visou preservar a honra da família. Ele não fugiu para buscar a independência econômica, nem concebeu seu deslocamento para a Amazônia como uma alternativa a pobreza, ele mesmo diz que não precisava disso. Pedro era o filho mais velho em uma família com sete irmãos, quatro homens e três mulheres, como primogênito era “defensor dos ensinamentos de seu pai ele”. Não poderia admitir que uma de suas irmãs “caísse em desgraça” se relacionando com um rapaz de “péssima reputação”. É por isso que a fuga para a Amazônia não lhe causa vergonha. Ele não se vê como transgressor. Ao contrário, os motivos que norteiam sua ação estão fundados em tradições do que é “digno a um indivíduo fazer para salvaguardar a honra familiar”. Além disso, agiu para proteger o pai evitando que o ônus de uma de reparar a reputação da irmã caísse sobre ele, desta forma agiu como o sucessor do homem da casa, em seu papel de irmão mais velho.

Seu Bezerril, Seu Chico, Seu Luis e Seu Sátiro, Seu João e Seu Gomes não tinham esposa e nem filhos e por isso não tiveram que se preocupar com a manutenção de suas famílias, pois não eram os provedores da casa. Para os trabalhadores que fossem casados, responsáveis por mulheres e filhos, o SEMTA disponibilizava algumas opções de assistência familiar acordadas no Contrato de Encaminhamento, como vimos no início do capítulo. O folheto de propaganda *Rumo à Amazônia* o SEMTA garantia para o trabalhador o amparo a sua família.

A família deste homem – a sua esposa, os seus filhos?... Também não foram esquecidos. As pessoas de família, que dependem do trabalhador alistado no SEMTA, ficarão a salvo das necessidades, amparadas financeiramente com a quantia de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) até Cr\$ 8,00 (oito cruzeiros), cada uma, ou, cabendo-lhes alojamento, alimentação – e, em todos os casos, assistência médica, prática da religião católica etc. À família do soldado da borracha não faltaram elementos para manter a dignidade de vida<sup>227</sup>.

<sup>227</sup> Folheto de propaganda Rumo à Amazônia. Acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC.

O folheto fazia grande propaganda sobre as vantagens da migração. Apelava para o patriotismo, para a exaltação do Brasil contra os inimigos de guerra e para a importância dos soldados da borracha em todo esse processo. Já chegando ao fim, com uma linguagem panfletária ele abordava a questão da assistência familiar, assegurando que as famílias dos trabalhadores não seriam *esquecidas*. O alojamento sobre o qual se refere o panfleto são os núcleos de famílias. O projeto inicial visava à construção de quatro núcleos, um em Fortaleza, um em Limoeiro, um em Sobral e outro no Crato <sup>228</sup>.

Dadas às condições atualmente existentes no Estado do Ceará e outras regiões nordestinas, a assistência às famílias inicialmente deverá ser feita nos pontos onde se reuniram retirantes, de cujo meio foram mobilizados os trabalhadores<sup>229</sup>.

Dessa forma, o trabalhador que optasse pelo nucleamento de sua família iria junto com ela para seu ponto de alistamento e esperava a hora de ser encaminhado para a Amazônia. Inicialmente seriam aproveitadas as estruturas dos pontos de alistamento e após o agrupamento das famílias elas eram conduzidas para o Núcleo. Havia também uma grande propaganda com relação a comunicação entre o trabalhador e sua família. A portaria de criação e o regulamento do SEMTA trazem asseverada a garantia da comunicação. No esboço de programa para a assistência à família do trabalhador mobilizado temos, o “serviço social dos núcleos providenciará a permanente comunicação dos trabalhadores da Amazônia com suas famílias localizadas nos núcleos”<sup>230</sup>.

O discurso da manutenção da estrutura familiar está relacionado com a conservação de valores sociais e religiosos da época. Inicialmente a Igreja é contra o processo de migração do trabalhador sem a sua família porque isso favoreceria a promiscuidade e a ruptura do sacramento familiar. A garantia de que o SEMTA possibilitaria a comunicação entre o soldado e sua família até o momento em que

---

<sup>228</sup> Relatório apresentado por padre Helder Câmara ao Exm. E Revm. Sr. D. Aloísio Masella.

<sup>229</sup> Esboço de programa para assistência à família do trabalhador mobilizado. Sem data. Arquivo Nacional Fundo Paulo Assis Ribeiro.

<sup>230</sup> Idem

estariam novamente reunidos era uma forma de apaziguar o discurso da destruição dos lares e facilitar o apoio declarado dos representantes da Igreja Católica.

Com o intuito de estabelecer contato com os representantes das Prelazias e solicitar apoio à mobilização dos trabalhadores para a Amazônia, Padre Helder Câmara<sup>231</sup>, responsável pela assistência religiosa do SEMTA, visitou mais de 11 cidades localizadas no Norte e no Nordeste. Segundo seu relatório, as autoridades eclesásticas desejavam que os trabalhadores destinados ao Amazonas seguissem acompanhados de suas famílias<sup>232</sup>. Essa separação, entre o trabalhador e sua esposa, poderia representar inúmeros malefícios à ordem moral da família católica.

Como o acordo entre governo Brasileiro e Rubber Reserve Company – que mais tarde viraria a Rubber Development Corporation – previa o envio de 50.000 trabalhadores para a extração da Borracha até 31 de maio de 1943<sup>233</sup> não haveria estrutura nem tempo hábil para que o trabalhador fosse encaminhado juntamente com suas famílias. A mobilização dos trabalhadores independia de aprovação da Igreja, nas palavras de D. Helder Câmara, “trata-se de um plano de guerra. O governo não pergunta se estamos ou não de acordo com o mesmo [...]. Conosco ou sem nós o plano será posto em ação”. O Estado Vargas não estava buscando a aprovação da Igreja, mas o seu apoio para a realização da campanha prometida pela SEMTA.

Uma das funções do padre Helder Câmara foi convencer os setores da Igreja sobre a importância de sua participação na mobilização orquestrada pelo Governo, diante do seu caráter de emergência e em virtude da guerra. Principalmente, devido à ameaça de infiltração de outras correntes religiosas na

---

<sup>231</sup> Helder Câmara era funcionário do Ministério da Educação durante o Estado Novo. Segundo Schwartzman, havia durante os anos 1930 e 1940 muitos embates com relação à concepção educacional. O movimento ligado a Escola Nova defendia uma educação pública, universal e laica e os movimentos ligados à Igreja Católica buscavam a inserção e valorização da educação religiosa no currículo escolar. A partir do *pacto com a Igreja* os católicos passaram a ter grande influência nas decisões do ministério da educação. É dentro desse contexto que podemos compreender a participação de Helder Câmara dentro do Ministério e na assistência religiosa do SEMTA. (SCHWARTZMAN, 2000 apud BARBOZA, 2005).

<sup>232</sup> Relatório apresentado por padre Helder Câmara ao Exm. E Revm. Sr. D. Aloísio Masella.

<sup>233</sup> Contrato assinado entre a RRC e o SEMTA, Dezembro de 1942. Fundo particular Paulo Assis Ribeiro. AP – 50, Cx: 4. Doc: Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

região. Com a presença constante de estrangeiros na região Amazônica a ameaça protestante estava eminente e não restaria outra saída a não ser a colaboração com os planos de migração nos moldes do Governo, pois “todas as autoridades eclesiásticas ouvidas foram unânimes em afirmar que dos males o menor: consideram imprescindível a colaboração”.

Os protestantes espreitam a oportunidade de infiltrar-se de Amazonas adentro [...] mais facilmente enfrentariam pastores protestantes que viessem a aparecer; vindos de país rico e progressista teriam recursos técnicos e financeiros nada desprezíveis.

O ideal seria a ida dos trabalhadores com suas famílias, mas o SEMTA, devido à urgência da guerra, não se responsabilizava pela ida imediata das famílias. Por isso era tão importante a ida de missionários brasileiros para o Amazonas e o oferecimento da assistência religiosa, por parte da Igreja Católica. Era menos danoso ver famílias momentaneamente separadas do que convertidas a outras religiões ou convivendo com praticas religiosas diferentes. Desta feita, o Estado contava com o apoio da Igreja Católica, como instituição, na tentativa de colocar em prática seus suportes de organização social e na construção do “bem da Nação”.

Durante o Estado Novo houve um forte discurso nacionalista, racionalista e modernizador. A construção de um discurso pelo Estado não o coloca unicamente como polo ativo - aquele que emite - enquanto o trabalhador seria apenas o polo passivo - recepcionando todas essas ideias. Os conteúdos dos discursos são recebidos e também reelaborados, transformados. Esses discursos, em sua maioria, confluíram para uma ênfase na valorização da família tradicional e na edificação do elo familiar, que no ato da migração seria mantido por meio das cartas.

Dessa forma, maridos também escreveram suas cartas. Enquanto as cartas das mulheres estavam endereçadas aos próprios maridos, as dos soldados estavam endereçadas à Regina Chablos e possuem um tom bem mais distanciado, sem muitos sentimentalismos. Se a destinatária de suas cartas era a diretora do Núcleo, elas funcionavam mais como um relatório de atividades e boas notícias do que uma manifestação escancarada de saudades. Dos discursos masculinos se esperava uma linguagem objetiva, direta. Em algumas cartas masculinas fala-se da

ausência do outro (no casa da mulher). Nesse sentido Roland Barthes insiste: “este homem que espera e sofre com isso é miraculosamente feminizado”. (BARTHES, 2003, p.36).

Há um choque entre as intenções pessoais dos tipos de cartas masculinas e femininas; os soldados precisavam cobrar e assegurar, sutilmente, que suas famílias seriam assistidas e que não haviam virado “flagelados” e as esposas precisavam convencer os soldados que o *cativeiro* no núcleo não dava para *suportar*, para que fossem logo “resgatadas”.

As estruturas das cartas escritas pelos maridos eram completamente diferentes das cartas femininas. Enquanto as cartas das mulheres recorriam a artifícios de uma linguagem mais sentimental e possuíam várias cobranças visando o regresso de seus homens, as cartas dos maridos, enviadas dos *pousos*, antes deles embarcarem para a Amazônia, funcionavam bem mais como um relato sobre sua viagem e para *lembrar* a diretora do Núcleo sobre os cuidados com suas famílias. Em carta enviada do Pouso do Prado, localizado em Fortaleza, o migrante Manoel Francisco escrevia:

Pouzo do Prado 6 de julho de 1943  
 M. Digna Senhora Da. Regina. Adeus. Sigo hoje nesta filis data; Para Belém do Pará  
 Exahi minha espoza que fica sob direção da nobre senhora juntamente a 2 filhos homens. Peço a senhora não privar a sahida delle afim de procurar ganhar o vintém para as necessidades delles. Meu grande enteresse é elles aprender a ler alguma couza para não serem ingnorante como eu sou.  
 Da. Regina, a minha mulher vive doente é bastante acanhada.  
 A Deus Da. Regina. Siga filis em suas funções  
 Trabalhador Manoel Francisco da Silva 25246

Manoel procura deixar bem claro para Regina que sua família está sob a responsabilidade dela. Ele também pede que ela permita que seus filhos saiam do Núcleo<sup>234</sup> para complementar a renda da família. O tratamento que Manoel oferece à Regina, chamando-a de *nobre senhora* e sendo bastante cordial com ela tem

---

<sup>234</sup> Como vimos no tópico anterior, Regina Chabloz afirmou, em entrevista à Edson Holanda, que às mulheres era vetada a saída do Núcleo. Mas como vimos, essa proibição ao que tudo indica era por vezes burlada pelas nucleadas e talvez não fosse estendida para os meninos que já pudessem trabalhar.

relação com o fato de ser Regina a responsável pelo Núcleo e pelo *conforto* de sua família. Uma esposa doente inspirava cuidados especiais, mas sendo *acanhada* ela teria vergonha de pedir. Por isso Regina deveria estar sempre atenta à sua esposa que por timidez não falaria quando precisasse de ajuda.

Francisco Tomaz, esposo de Luiza Gonzaga, quando escreveu para Regina possuía interesses semelhantes aos de Manoel. O discurso inaugurado com o Estado Novo, de enaltecimento do trabalhador por meio da justiça, da valorização social e do reconhecimento político, possibilitava aos trabalhadores cobrarem do Estado aquilo que as autoridades diziam estar sendo praticado. Ele quer saber se sua mulher foi realmente encaminhada para o Núcleo como estava previsto na *ficha* que ele assinou:

Quero avisar a senhora que ora mi achando aqui no serviço do SEMTA quero que a senhora faz obsequio de manda me dizer se no núcleo do SEMTA, si acha Dona Luiza Gonzaga da Silva, porque antes de embarcar fiz a ficha de família, então pra minha mulher ir pro pouso, como então pesso a Sn<sup>a</sup> que mande-me um aviso a este fim. Como também pesso que o SEMTA, não falte com o socorro social para ela. Mas em vista dela não dela ter ido para o núcleo ela fico fornecendo as segunda feira. Causo a S<sup>a</sup> não der com ela ai falei com o S<sup>o</sup> José Gondim, e saber si ela ainda esta indo buscar as mercadoria e pesso que não falte com este aviso. Causo a Sr<sup>a</sup> fale com ela diga a ela si recebeu 2 cartas que mandei, e ate agora não tiver uma resposta peça para ela escrever com urgência, sim quero dizer a Sr<sup>a</sup> que aqui correi um bôato que o SEMTA, tinha deixado de fornecer as família do trabalhador, afim destes bôatos é que escrevo para a Sr<sup>a</sup> pra mi cientifica melhor.

Dos mais pesso desculpa do trabalhador, Francisco Tomaz da Silva, ficha n<sup>o</sup> 3574, e mat 4504[sic]<sup>235</sup>

Se há a propaganda, o trabalhador se sente no direito de cobrar o que foi prometido, não é sem motivo que o termo “assistência” aparece quase vinte vezes dentro do Contrato de Encaminhamento. Mesmo não tendo a certeza se a esposa estaria ao ou não no Núcleo, Tomaz tinha clareza de que ela deveria ser assegurada pela assistência familiar oferecida pelo SEMTA. Se não fosse alojada, precisaria receber o dinheiro enviado por ele e também tinha o direito de retirar as mercadorias que necessitasse no comércio, aos cuidados de certo senhor José

<sup>235</sup> Francisco Tomaz da Silva – Belém, 13 de junho de 1943. Acervo Mauc/UFC.

Gondim. Na carta, de julho de 1943, Tomaz ainda comenta que havia boatos falando sobre a suspensão no fornecimento da assistência familiar (em outubro, com a substituição do SEMTA pela CAETA as assistências realmente são suspensas e a partir de 1944 são distribuídas apenas passagens para que a famílias fossem encontrar seus maridos<sup>236</sup>). Dessa forma, Tomaz também escrevia para se certificar sobre a veracidade destes boatos. Mesmo em um tom de pedido, o trabalhador não se colocou submisso frente às garantias que haviam sido oferecidas para ele. Ao recepcionarem o discurso do Estado Novo os trabalhadores migrantes o adaptaram para atingir suas demandas, de forma ativa, mas, claro, dentro dos limites impostos pelo regime do Estado Novo.

Além da carta enviada para Regina, Tomaz também afirma ter remetido duas outras a sua esposa. Nesse ponto da escrita ele cobrava notícias, como fizeram muitas mulheres que nunca tiveram suas cartas enviadas. Sem muitos artifícios dramáticos, como nas missivas femininas, ele exigia informações sobre sua mulher e como não obteve nenhuma ainda em junho despachou outra carta para Regina.

O fim desta carta e para saber si a Snra a recebe uma carta que foi a 13 deste, com o fim de saber si v.c. recebe, para mi comunica sabre a família que fico ai no pouso de hospedaria de mulher do SEMTA, minha mulher com o nome de Luiza Gonzaga da Silva, porque quando eu estava de viajar eu fiz ficha então ela ficou de ir então, eu já escrevi 2 cartas para ela aos cuidados do snr. José Gondim, porque mesmo ela não estando no pouso, fico fornecendo as 2ª feira, então pesso a Vossa Ecia. Foi possível manda um aviso a este fim com também pesso que diga a ela que escreva para mi logo causo a Snrª ver ela, ou não mi responda. Do mais agradeço de seu criado [sic]<sup>237</sup>.

Em cinco dias era muito difícil que Tomaz recebesse notícias de sua esposa, porém ele sabia que quando fosse encaminhado aos seringais essa comunicação se tornaria quase impossível. Por isso escreve novamente a Diretora do Núcleo buscando ao menos a confirmação sobre o paradeiro de sua esposa. Enquanto permaneciam nos *pousos* havia a possibilidade de receberem cartas de

<sup>236</sup> Sobre isso ver o depoimento de Paulo Assis Ribeiro na CPI instaurada em 1946, na qual um das acusações é referente à política de assistência familiar.

<sup>237</sup> Francisco Tomaz da Silva – Belém, 18 de junho de 1943. Acervo Mauc/UFC

suas famílias, mas, uma vez encaminhados para os seringais como a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, SAVA não tinha o controle de para onde tinha ido cada trabalhador a comunicação se tornava inviável. O SEMTA encarregava-se de recrutar e levar o trabalhador até Belém. A partir dali a SAVA deveria colocar o trabalhador nos seringais.

Mesmo que as cartas de Elcídia, Joana, Fisiolina, Aurea nunca tenham alcançado o remetente desejado, outras conseguiram ser lidas e deveriam conter várias queixas semelhantes àquelas vistas no tópico anterior.

Manoel Viana, em 13 de agosto, também escrevia a D. Regina dizendo que tinha recebido informações de que no Núcleo havia trabalho pesado, que ele não achava ser adequado para mães de família realizar, muito menos sua senhora, porque “ela não tem costume e mesmo eu nunca butei ela para fazer estes trabalho”. Se ele, como marido e chefe de família nunca havia submetido sua esposa a tais tipos de trabalhos como o SEMTA poderia colocá-la?

Venho sempre com coragem e fé em Deus de trabalhar a bem da nossa Vitória e trabalhar pela grandeza do nosso país. [sic] Satisfeito [sic] em saber aí no Núcleo [sic] um problema de trabalho pesado e dificultoso para as mulheres do Núcleo. Porque estes trabalhos que elas estão fazendo eu já acho que é um trabalho muito pesado mas este trabalho de aguardar canteiro, fazer canteiro, cavar valada, limpar de enxada para bananeira, cortar madeira, acho que estes não são trabalhos para estas mulheres mães de família porque é muito pesado para elas, irrisível principalmente para minha Sra ela não tem costume e mesmo eu nunca butei ela para fazer estes trabalhos. Nunca. Agora com especialidade porque eu num assinei este contrato de nuclear minha mulher pra ela trabalhar no pesado. O contrato que assinei foi pra ela ficar no núcleo obtendo o conforto assistido e amparado. [...] Dona Regina peso que a Sra si corresponda com urgência porque esta próximo embarcar para mais, se a resposta vier positiva e agradável para mim eu também quero sair com brevidade. Dona Regina der notícia a minha Sra vou com saudade lambrancia para ela e ela abençoe a minha filha para mim e beijinho nela. Dispesomi felisidadi [sic]<sup>238</sup>.

Na carta, Manoel ainda enumerou o que deveriam ser trabalhos para mulheres: engomar, lavar, fazer renda, costurar, trabalhos “leves”, que inclusive, poderiam ser vendidos para contribuir com os rendimentos do Núcleo, como havia

---

<sup>238</sup> Manoel de Souza Viana - Amazônia, Manaus, 13 de agosto de 1943.

sido previsto pelo Esboço de Programa para Assistência à Família do Trabalhador Mobilizado<sup>239</sup>. Ele ressaltava que antes do alistamento no SEMTA nunca precisou submeter sua mulher a nenhum desses trabalhos. Como provedor ele sempre conseguiu dar um mínimo de conforto para sua família. O Estado a partir de sua migração deveria ser o novo provedor de sua família e por isso garantir a ela, ao menos, uma condição de vida semelhante a que tinha antes da migração.

Manoel Viana faz referência ao Contrato de Encaminhamento, da mesma forma que Francisco Tomaz. Suas mulheres não estavam de favor dentro do Núcleo e assim também não se sentiam. O contrato fornecia legitimidade para que o trabalhador cobrasse aquilo que o Estado lhe assegurou. As palavras *assistida* e *amparada* estavam presentes no texto do contrato e não foi por outro motivo que Manoel as utilizou em sua carta. Como já foi dito anteriormente o Contrato tem um valor material e também simbólico para os trabalhadores, ele asseverava direitos e salvaguardava o discurso do Estado como mediador das relações de trabalho.

No momento em que assinaram o contrato de encaminhamento, os trabalhadores recrutados foram informados de que as mulheres realizariam alguns trabalhos no Núcleo, mas estes seriam trabalhos *maneiros, apropriado para as mulheres*, bem diferentes das notícias que chegavam do Núcleo do Porangabussu. Ao escrever para Regina, Manoel pede que ela interceda nesta situação e mesmo em tom de súplica, não se coloca submisso, pois sabe que tem a legitimidade de um trabalhador de Contrato assinado.

Outros trabalhadores escrevem a Regina falando sobre boatos de trabalhos pesados e reclamações sobre o Núcleo. José Rodrigues de Carvalho escreveu para Regina Chaboz porque um *fulano* na hospedaria de Belém havia recebido uma carta da esposa dizendo que ela e as filhas estavam passando fome. Ele explica na carta que não acredita nestas notícias, acha *impossível e injusto*, pois, D. Regina *já tinha feito muita fineza em cuidar* de sua família, diz ainda que fez boa viagem e que pediu para o *fulano* desmentir tais acusações. A demonstração de confiança em Regina não se dá de forma inconsciente, ora se realmente havia fome

---

<sup>239</sup> Esboço de Programa para Assistência da Família do Trabalhador Mobilizado. Acervo Pessoal Paulo Assis Ribeiro – AP: 50; Cx: 4; Doc: 56 – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro.

e maus tratos dentro do Núcleo, era melhor que José garantisse o apreço de Regina por ele e por sua família. Não seria conveniente criar inimizades justamente com a diretora, pessoa mais apta para garantir o bem estar de seus parentes. Mesmo os mecanismos mais elaborados de controle social não são completamente eficientes e capazes de controlar as mentes dos indivíduos.

Elegendo estratégias de vida a partir de seus interesses materiais e simbólicos, as pessoas aceitam alguns deles, ignoram outros e, na medida de suas possibilidades, repudiam aqueles que os prejudicam. (FERREIRA, 1997, p.88).

Os homens também se aproveitam daqueles que lhes podem ser úteis. Em suas cartas não poupam elogios ao caráter, à honestidade e à bondade da diretora do Núcleo e logo depois lhe advertem sobre os cuidados que ela deveria ter com suas famílias. Nuca Cassundé *falando dos confortos do núcleo* consegue convencer seu genro a também deixar sua família lá. Ele pede que Regina substitua a mãe e o esposa de sua filha que estava grávida dentro do Núcleo.

Eles também fazem pedidos específicos, como colocar os filhos na escola, deixar que eles saiam para trabalhar. Sebastião, em maio de 1943, pedia que Regina entregasse uma quantia em dinheiro a sua esposa.

São tantos os favores que devo a V. S. e tão poucas as ocasiões que se lhe ofereço de lhe espessar minha gratidão que aproveitando sempre as que se me deparou muito menos podia, deixar passar este fasto dia sem dezeitá a V.S. toda sorte e vintura e de felicidade. Meiga dócil terna D<sup>a</sup> Regina. Vou em prosegimento para o hoeste com destino a manaos pesso-lhe a fineza de entregar esta pequena importância de Cr\$ 40,00 a Zefina Felix Pereira em comtatico altorisilhe que não esqueça de escrever para mim. Deiche de grosseria. Apesar de já termo aviso. No mais lembrança a todos. [sic]<sup>240</sup>

Sebastião ainda envia, por Regina, uma bronca à mulher dizendo para ela escrever e deixar de *grosseria*, pois ele já tinha lhe dito isto (em referência a outra carta enviada). Mas será que Zefina Felix realmente não havia escrito para

<sup>240</sup> Sebastião Felix de Oliveira, 13 de maio de 1943. Acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC.

seu marido, ou suas cartas também não integraram o conjunto de “cartas censuradas”?

Segundo Regina Chabloz<sup>241</sup>, mesmo no Núcleo do Cocorote, do qual não era mais a diretora, não houve estes trabalhos pesados citados nas cartas. Para a ex-diretora do Porangabussu, o boato se teria se espalhado porque as mulheres não queriam ir para as novas instalações nem ficar sob a direção de D. Ivete, esposa do Dr. Pinto como imaginavam que seria depois que saíssem do Porangabussu. Entretanto, como vimos no tópico anterior, havia indícios sobre a realização de trabalhos relacionados à produção de telhas na carta de Regina ao pai em maio de 1943. O Esboço de Programa para Assistência à Família do Trabalhador Mobilizado ressalta a prática de trabalhos domésticos, poderíamos entender trabalhos relacionados às atividades do lar, mas não tinham lar e estavam dormindo coletivamente em barracões.

É bem provável que tenha havido dificuldades com os expedientes do Núcleo de Famílias como faziam saber algumas cartas. Os recursos para a assistência às famílias proviriam de cinco fontes distintas. Do fornecimento da Ruber Reserve Company, que em nenhum documento estabelece ao certo a quantidade dos recursos ou a forma de arrecadação e envio. Das cotas recolhidas de cada trabalhador nos seringais. Das contribuições recolhidas pelo Banco da Borracha sob os prêmios da produção ou dos rendimentos financeiro feitos. Das entidades de assistências (doações) e dos resultados de cooperativas e de produtos elaborados dentro do Núcleo<sup>242</sup>. Ou seja, o único recurso previamente estabelecido, situado na documentação, que tinha assegurada sua forma de recolhimento era a própria contribuição do Soldado da Borracha. A partir de 1944, o governo suspende totalmente as verbas da assistência familiar e começa a distribuir passagens às famílias.

---

<sup>241</sup> Ana Maria escreveu essa informação junto com a carta de Manoel de Souza Viana, de 13 de agosto de 1943. “Minha mãe diz que mesmo no núcleo novo não houve esses trabalhos pesados mas que o boato se espalhou porque as mulheres não queriam ir para as novas instalações nem ficar sob a direção de D. Ivete esposa do Dr. Pinto”.

<sup>242</sup> Esboço de programa para assistência à família do trabalhador mobilizado. Sem data. Arquivo Nacional Fundo Paulo Assis Ribeiro

Por causa da grave situação criada pela batalha da borracha e o desamparo às famílias dos trabalhadores, o caso foi levado a debate na Assembleia Constituinte. Foi formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI que trabalhou entre os meses de julho e setembro de 1946, juntando documentos e tomando depoimentos dos funcionários. O relatório da CPI<sup>243</sup> concluía que se impunha com urgência o amparo imediato aos soldados da borracha e às famílias. Mesmo assim, os soldados e seus descendentes tiveram de brigar durante décadas para receber seus direitos. Somente em 1988 eles começaram a ganhar uma pensão vitalícia. A CPI da Borracha foi concluída sem indiciar ninguém alegando falta de indícios.

Segundo os acordos de Washington, a Rubber Reserve Company se comprometia a depositar em uma conta especial do Banco do Brasil, à disposição do governo Brasileiro, a quantidade de 2,4 milhões de dólares. O governo brasileiro se comprometia a aplicar essa quantia no recrutamento e encaminhamento de 50 mil trabalhadores para os seringais amazônicos a tempo de realizar a extração da borracha na safra de 1944, bem como na assistência às famílias dos soldados da borracha. A RRC também se comprometia em depositar dinheiro para assistência às famílias, mas não fica estabelecido no contrato como, nem quanto e em 1944 a RRC exigiu, segundo depoimento de Paulo Assis Ribeiro, o corte do pagamento da assistência às famílias.

No contrato entre o Governo brasileiro e a Rubber Reserve Company não ficava estabelecida a quantidade de verba que seria enviada para a assistência às famílias. Além disso, por causa da falta de fiscalização nos seringais não havia como garantir que o dinheiro descontado dos trabalhadores chegasse realmente às suas famílias. A suspensão da assistência às famílias deixou os dependentes dos trabalhadores entregues à própria sorte e em alguns casos, longe de seus lugares de origem. Mesmo com passagens nas mãos as mulheres dos trabalhadores não tinham como seguir, nem como retornar.

---

<sup>243</sup> Relatório da CPI de 1946 – Depoimento de Paulo Assis Ribeiro. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro

### 3.3 Delas para Vargas

A partir de 1944 a assistência às famílias foi suspensa e em seu lugar mulheres começam a receber passagens para o Amazonas. Dessa forma era mais barato, pois a família não representaria um gasto contínuo nos rendimentos mensais da CAETA. Porém, logisticamente, impossível de se realizar visto que as famílias e o Estado não possuíam notícias sobre a localização exata dos trabalhadores.

Em seu livro “Vai e Vem, Vira e Volta: As rotas dos soldados da Borracha”, Lúcia Arraes Morales, publicita algumas entrevistas que realizou para o andamento de suas pesquisas nos anos 1990. A maioria das entrevistas é feita com homens que foram soldados da borracha, mas há uma entrevista com D. Madalena, natural de Ibicuã, que migrou para Fortaleza em 1943, quando seu irmão mais velho se alistou no SEMTA. Ela, a mãe e os irmãos ficaram no núcleo de famílias do Porangabussu. Segundo D. Margarida:

Nós ficamos em Porangabussu onde nós tirava todo mês aquela mercadoria de feijão, arroz, farinha, tempero... Tudininho era ele [o irmão] que ficou auxiliando nós. Ai, minha filha, que quando passou-se esse tempo, encerrou tudo... Ficaram cada família se arranjando sozinha, indo atrás de se manter. Eles [os migrantes] não soltaram mais dinheiro. Os encarregado daqui não ficaram mais pedindo os dinheiro deles de lá para cá. Ah! Minha filha, foi horrível! Já pensou a gente não ter para onde ir, o que comer nessa Fortaleza de meu Deus! [...] <sup>244</sup>.

A situação “horrível” descrita por D. Margarida se deu justamente com a suspensão da assistência familiar. Segundo o relatório produzido pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, o SEMTA havia conseguido encaminhar, até ser extinto, 10.123 trabalhadores, cujos dependentes, “em cifra de alguns milhares”<sup>245</sup>, permaneciam hospedados no Núcleo do Cocorote, em Fortaleza e em outros municípios do Nordeste à espera de

<sup>244</sup> Entrevista de D. Margarida. In: MORALES, 2002. p. 213.

<sup>245</sup> Relatório CAETA- Dezembro de 1945.

transporte para também serem enviados para o Vale Amazônico. Ainda de acordo com o relatório a CAETA recebia a incumbência de conduzir trabalhadores juntamente com seus dependentes e, até 1945, havia conseguido recrutar, encaminhar e colocar 16.235 homens e 8.065 dependentes. A quantidade de soldados encaminhados para a Amazônia também foi ponto de pauta na discussão da Comissão Parlamentar de Inquérito convocada no ano de 1946. Documentos do CAETA trazem um total menor do que 30.000, mas depoimentos prestados na CPI mencionam até 50.000 trabalhadores.

A prioridade para o transporte das famílias seria dada àquelas que já eram beneficiadas pelo conteúdo disposto na cláusula de "assistência às famílias", constantes dos contratos de encaminhamento já firmadas pelo SEMTA.<sup>246</sup> Entretanto estas famílias que, anteriormente, haviam se beneficiado do item assistência às famílias não tinham a localização de seus maridos e dependiam dos rendimentos recebidos.

Do Crato, município localizado ao sul do estado do Ceará, um grupo de mulheres escreveu ao presidente dizendo que a assistência às famílias havia sido cortada e, em seu lugar, eram oferecidas passagens ao Amazonas para, supostamente, se encontrarem com seus maridos, sobre os quais não sabiam nem se ainda estavam vivos, muito menos onde estavam.

Abaixo assinadas, mulheres dos soldados da borracha, domiciliadas no Crato (Ceará), vimos perante V. Ex. pedir providencias sobre a suspensão nosso pagamento diárias, de ordem Dr. Falcão, alegando dará passe. Não temos noticias de nossos maridos, cujo paradeiro ignoramos destino. Confiamos V. Ex. dará solução satisfatória mantendo nosso pagamento aqui conforme o combinado. Resposta para padre Lauro Pita.  
Crato – Ceará  
Saudações Respeitosas  
Irinéa Leandro, Ana Maria Espírito Santo, Isabel Belise, Ana Maria Conceição, Argentina Costa, Maria Luiza, Maria do Carmo<sup>247</sup>.

Estas mulheres possuíam um tipo de assistência diferente das mulheres que estavam no Núcleo de Famílias do Porangabussu e recebiam um ordenado mensal que lhes era repassado pela Igreja. A Igreja católica, enquanto instituição

<sup>246</sup> Decreto nº 14.535, de 19 de Janeiro de 1944 – CPDOC.

<sup>247</sup> Arquivo Nacional – Fundo da Secretaria da Prsidencia da República. Cx: 644. S/D

participou do processo de mobilizações dos trabalhadores. Como vimos no tópico anterior, padre Helder Câmara era o chefe do serviço de assistência religiosa prestado pelo SEMTA. Antes mesmo da presença forte do Estado no processo da migração, a Igreja já se fazia presente nos pontos de agremiações de retirantes e nos “socorros” aos flagelados da seca. Com o SEMTA, ela ganha um cargo específico nesse processo, muitas vezes a assistência enviada a famílias das cidades do sertão do Nordeste eram encaminhadas para as paróquias para serem repassadas aos dependentes dos trabalhadores.

De Areia Branca, no Rio grande do Norte, outro grupo de mulheres que passava por dificuldades semelhantes com relação à falta de notícias e à suspensão da assistência familiar, também escreveu para Vargas.

Abaixo assinadas representamos 191 miserias famílias as quais Organização caeta acaba de lançar longa miseria cortando abrutamente assistencia família nossos esposos, soldados da borracha então em vias selvas Amazonia sem possibilidade de comunicação conosco. Muitas tem rejeitado outros serviços muito maior salário afim de assegurarem essa assistencia. Referida organização oferece transporte nossas pessoas sozinhas acompanhadas com filhos pequenos. Parece-nos impraticável. Apelamos ao coração magnanimo. Confiamos providencias vossência. Saudações Respeitosas.  
Rita Almeida Silva, Raimunda Gomes Souza, Maria Luiz Conceição, Euvira Ponciano Andrade, Maria Barbosa Sila<sup>248</sup>.

A carta se refere a um grupo de quase 200 famílias. Com receio de perderem a assistência paga pela CAETA, muitas dessas mulheres recusaram outras propostas de emprego e a partir daquele momento se viam desassistidas e desempregadas.

Na realidade a CAETA tenta resolver um problema que persistia mesmo com a extinção do SEMTA e que fora gestado desde a sua criação. O serviço trazia em seu contrato as clausulas bem definidas com relação à assistência familiar, porém, não havia uma organização administrativa sobre o financiamento desta assistência. Assim, enquanto recebia a *contribuição* da Rubber Reserve Company – RRC, o SEMTA conseguiu garantir a auxílio às famílias durante o seu ano de funcionamento. Entretanto, com a suspensão da verba pela RDC e com a falta de

---

<sup>248</sup> Arquivo Nacional – Fundo da Secretaria da Prsidencia da República. Cx: 644. S/D

uma organização financeira e de fiscalização com relação ao envio do dinheiro recolhido entre os trabalhadores, a manutenção da assistência familiar se torna inviável para a recém-criada CAETA. Desta forma, logo que entra em funcionamento a Comissão suspende o subsídio às famílias para entregar as passagens.

Estes abaixo-assinados escritos pelas mulheres dos trabalhadores estão arquivados no acervo do Fundo da Secretaria da Presidência da República. De acordo com Ferreira (1997), vários foram os órgãos criados para a legitimação do novo governo que havia se instaurado após os anos 1930. Um deles foi a Secretaria da Presidência da República, sua função era investir legitimidade ao governo frente à sociedade, um canal de comunicação entre Vargas e os trabalhadores. A SPR era responsável por toda a correspondência enviada a Getúlio Vargas. Cada carta recebida era transformada em um processo administrativo e enviada aos órgãos estatais que pudessem dar algum parecer sobre o assunto para que as cartas pudessem ser respondidas. Dessa forma a SPR tinha um importante papel na difusão do discurso do Estado. Sobre isso Ferreira (1997) afirma:

Na medida em que atuava como um eficiente e amplo canal de comunicação entre o governo central e os vários estratos sociais – permitindo que a população entrasse em contato com os diversos órgãos da administração direta e indireta -, a secretaria perdia sua função meramente administrativa e assumia um importante papel político na propaganda e na legitimação do regime. (FERREIRA, 1997).

A SPR procurava funcionar como mediadora entre a sociedade e a máquina estatal. Inúmeras foram as cartas enviadas para Vargas e o Fundo da Secretaria de Presidência da República é um dos maiores acervos que compõem o Arquivo Nacional. São mais de 3.400 caixas e o maior número de cartas foram enviadas justamente entre os anos de 1942 e 1943. De Mossoró, Jovelina Luciana de Sousa, assinando conjuntamente com 53 outras mulheres, também escrevem para Vargas:

[...] Não acredito que Vossa Excia. Possa ficar alheio a esta ação desumana que irá lançar à fome mais de 4.500 pessoas, cujos maridos, paes, irmãos, noivos, estão prestando relevante serviço à pátria, no

desbravamento da Amazônia. Sr. Presidente, V. Excia que tantos benefícios vem prestando ao Brasil, não poderá deixar de examinar minuciosamente tal medida, e, resolve-la de maneira que mais tarde saibamos agradecer-vos, como muitas outras que já recebemos de V. Excia em horas tão críticas para o nordeste brasileiro. Sr. Presidente para melhor provarmos a quanto chega nossa calamidade, so encontramos um meio, é, apelar para V. Excia demonstrando que poderá fazer uma mãe com oito filhos longe do marido, em muitos casos não sabemos se será vivo ou morto, casos de viuvez que já existe bastante [...], que por lei cabia a indenização de dez mil e oitocentos cruzeiros de acordo com o código trabalhista do Brasil. [...]

Certas de que V. Excia saberá ouvir o grito de angústia de milhares de mães para não saber da noticia de que morreu de fome junto aos filhos loges de seus chefes.

A carta de Jovelina Luciana de Sousa é transformada em processo administrativo e respondida pelo auditor jurídico da CAETA, José Maciel Luz, segundo o auditor: “a assistência às famílias não poderia continuar sob a responsabilidade da CAETA, mediante o que estabelecia o Decreto Federal nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, que criou a CAETA”<sup>249</sup>. Dessa forma, o Estado afirmava que estava apenas cumprindo o decreto federal. Como os trabalhadores já haviam sido colocados nos seringais, a ajuda poderia ser suspensa. Para o auditor, a situação de miséria das famílias no Nordeste era anterior à migração dos soldados da borracha, justamente por isso foi que estes homens migraram. Desse modo, o Estado assumia um papel neutro.

Outra alegação era a de que a CAETA não poderia exercer a função de um órgão de previdência social e não cabia a comissão a responsabilidade pela recusa da esposa do trabalhador em unir-se ao seu marido, “sob fúteis e cavilosos pretextos”<sup>250</sup>. Ou seja, a comissão responsabiliza às próprias mulheres por não irem ao encontro de seus maridos. Sobre o fato de não saberem a localização dos trabalhadores nos seringais a CAETA declara que essa determinação cabia a outro órgão: a SAVA, extinta em 1943.

Os novos acordos assinados entre a RDC e a CAETA isentavam a comissão e a empresa norte americana das responsabilidades assumidas no contrato anterior com os extintos SEMTA e SAVA. Os mesmos órgãos que

<sup>249</sup> Arquivo Nacional. Fundo Gabinete civil da presidência da República. Cx.: 3910. PR.: 31896. Rio de Janeiro.

<sup>250</sup> Arquivo Nacional. Fundo Gabinete civil da presidência da República. Cx.: 3910. PR.: 31896.

propagaram as vantagens da ida para o Vale Amazônico sob novas siglas, colocavam toda a responsabilidade sobre os trabalhadores e suas famílias pelo rompimento das relações. De acordo com o novo contrato ficavam cancelados quaisquer outros compromissos “relativos ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores e à assistência às famílias destes, decorrentes dos ajustes e acordos celebrados com o SEMTA [...]”<sup>251</sup>.

Durante um discurso na Assembleia Constituinte de 1946, que convoca a Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI da Borracha, o Deputado Café Filho, eleito pelo Estado de Rio Grande do Norte, fala sobre várias reclamações também vindas de Areia Branca:

Sr. Presidente, deputado pelo Rio Grande do Norte, fui testemunha da remoção de grande número de trabalhadores do meu estado para a Amazônia, na tão falada “Campanha da Borracha.” Meus conterrâneos alistaram-se como soldados da borracha, recebendo do Governo da República a garantia de assistência no trabalho e a promessa de que essa se estenderia às respectivas famílias que permaneciam no território do Estado. Eleito deputado a esta Assembléia, interpelei o Governo sobre a situação dos referidos trabalhadores, e hoje, Sr. Presidente, chegam às minhas mãos informações incompletas do Sr. Ministro do Trabalho, porque contam como esses trabalhadores, em número superior a cinqüenta mil, foram removidos, mas não dizem em que situação se encontram. Negam até a existência de um inquérito, efetivamente, procedido, no qual depuseram, estou informado, inúmeras pessoas na zona de Mossoró e Areia Branca. Continuamos a ignorar como se encontram esses modestos trabalhadores do Nordeste, trasladados por um sentimento patriótico para o Vale Amazônico, pensando deixar para atrás de si as famílias amparadas e acreditando que concorreriam com seu trabalho para o ressurgimento do grande Vale, proporcionando, dali, a grandeza do Brasil. (...) O Ministro do Trabalho, através do Departamento de imigração, declara que, dos cinqüenta mil trabalhadores, regressaram apenas dois mil, setecentos e poucos a Belém do Pará. Desses, dois mil trezentos e quarenta e três voltaram para seus estados. E a informação silencia – o que é muito grave – sobre a sorte, destino, vida ou morte dos trabalhadores da borracha que penetraram o Vale Amazônico<sup>252</sup>.

---

<sup>251</sup> Relatório Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, Dezembro de 1945; Cx 733 – Acervo CPDOC. – Rio de Janeiro.

<sup>252</sup> Diário da Assembleia Nacional Constituinte. 18/07/1946. p. 373. In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/resaco/1940-1949/resolucaodaassembleianacionalconstituente-1-12-marco-1946-545424-publicacaoriginal-58060-pl.html>. Acessado em dezembro de 2011.

Mesmo com a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada seus pareceres são inconclusivos e não responsabilizaram ninguém diretamente. Enquanto as esposas permaneceram sem assistência, os maridos, soldados da borracha, também esperavam notícias. Na realidade a finalidade da CPI, não era necessariamente punir alguém. O Estado precisava dar uma resposta à altura de todas estas denúncias que haviam surgido. Com a saída de Vargas, o Legislativo precisava se reconfigurar e garantir sua legitimidade

Em 1946 a campanha da borracha já era um escândalo de dimensões nacionais. Em 13 de agosto de 1946 a CPI da Borracha tomou o depoimento de Paulo Assis Ribeiro, o já conhecido diretor do extinto SEMTA. Ele se isentou das acusações e classificou a falha do não cumprimento da cláusula referente à família, como um erro gravíssimo. De fato, enquanto ele foi diretor do SEMTA, a assistência às famílias foi paga regularmente por que havia o montante inicial investido pela RRC. Sobre a RDC<sup>253</sup>, Paulo Assis Ribeiro afirmou que a empresa suspendera o pagamento, não podendo compreender como o governo brasileiro consentiu isso. Segundo ele,

Grande foi a luta que tive, inclusive com o senhor Russell, com o objetivo de que mandassem efetuar semelhante pagamento. Era uma responsabilidade nossa, pois ficara combinado que o Banco da Borracha recolheria do seringueiro uma cota a ser dada à família. Achei isso impraticável. Quem conhece a Amazônia há de concordar. Disse que semelhante coisa ficaria no papel. Como não era do meu serviço nada poderia fazer. Acentuei que as famílias iriam ficar abandonadas. O senhor Bouças pode esclarecer essa parte<sup>254</sup>.

O depoimento de Paulo Assis Ribeiro foi basicamente sobre a questão da assistência às famílias. O principal argumento do ex-diretor do SEMTA era de que enquanto o Serviço Especial, SEMTA, existiu as famílias foram assistidas regularmente somente com a sua substituição pela CAETA é que o governo aceitou o veto no envio de verbas pela RRC. Paulo Assis Ribeiro coloca a culpa a

---

<sup>253</sup> Quando o SEMTA é extinto a RRC passa a se chamar RDC.

<sup>254</sup> Relatório da CPI de 1946 – Depoimento de Paulo Assis Ribeiro. Arquivo Nacional. Fundo Paulo Assis Ribeiro

suspensão da assistência às famílias em Valentim Bouças que assume a direção do CAETA com a extinção do SEMTA.

Na realidade, pode-se afirmar que os rendimentos que financiavam a assistência às famílias já estavam fadados a acabar e não dariam conta de assegurar por muitos meses os dependentes do trabalhador. Como já foi dito, nenhuma das formas utilizadas para gerir as despesas do auxílio familiar estavam asseguradas nos documentos do SEMTA. Na prática, não havia uma verba certa para isso.

Como o funcionamento do Serviço Especial foi de menos de um ano as contas foram sendo sanadas e proteladas até o estopim, em 1944 quando o SEMTA já havia sido extinto. Por isso, Paulo Assis Ribeiro consegue se esquivar de todas as acusações tão facilmente. Com o serviço especial de correspondências o processo também foi semelhante. O SEMTA garantia que as cartas fossem trocadas entre o Núcleo de Famílias e a SAVA, mas não foi criado nenhum mecanismo que facilitasse a comunicação dentro dos seringais. Dessa forma, maridos e esposas mantinham contato somente enquanto eles não fossem colocados mata adentro. A conclusão final do Relator foi de que:

I – Foi das mais oportunas e proveitosas à campanha que se fez, na Assembléia Nacional e fora dela, em torno da situação dos soldados da borracha, pois teve o mérito de despertar para o problema a atenção dos Poderes Públicos que, já agora, estão diretamente interessados na sua solução;

II – Impõe-se, como já reconheceu o próprio Governo através de medidas recentes, o amparo imediato aos soldados da borracha, que por quaisquer motivos, não se hajam ambientado na Amazônia e pretendam retornar aos pontos de origem, bem assim aqueles que, por doentes, não se acham em condições de trabalhar após o regresso;

III – As famílias que ficaram no nordeste e cujos chefes pereceram no Vale Amazônico ou ali ainda permanecem, fazem jus, igualmente, à assistência oficial que lhes fora prometida na fase da propaganda;

IV – Um plano geral de Assistência social e econômica deve ser elaborado e executado, sem demora, em benefício dos que continuam a produzir borracha na selva Amazônica<sup>255</sup>.

---

<sup>255</sup> Diário da Assembleia Nacional Constituinte. 18/07/1946, p. 373.

Dessa forma, a CPI serviu para “despertar o problema a atenção dos Poderes Públicos”. Entretanto, nenhuma outra das providencias descritas no relatório final da CPI foi efetivada, nem o “amparo imediato aos soldados da borracha”, nem a assistência às famílias dos trabalhadores. Apenas durante os trabalhos da Constituinte de 1988 foi que se garantiu uma pensão para os ex-soldados da borracha e suas famílias. Outro parlamentar que se pronunciou foi o Deputado do Ceará, Manoel do Nascimento Fernandes Távora, da União Democrática Nacional – UDN, partido de oposição histórica ao governo Vargas,

É profundamente lastimável que essa gente, que foi para a Amazônia sob as promessas mais falazes do Governo Federal, não receba nem a terça parte do que a América do Norte lhe prodigalizava. Contraindo apenas moléstias.

Moléstia que atingiu não apenas o trabalhador migrante, mas sua família que ficou abandonada pelo Estado que lhe iludiu com a garantia de assistência. Como nos lembrou D. Margarida, nucleada no Porangabussu: “Já pensou a gente não ter para onde ir, o que comer nessa Fortaleza de meu Deus!”.

A partir da narrativa dos trabalhadores e de suas famílias podemos problematizar aquilo que não foi dito pelo Estado Varguista e pela grande imprensa. O depoimento de D. Margarida, as cartas de Elcídia, Filisolina, Joana, Aurea, Manoel, Francisco Tomaz, Nuca Cassundé. A suspensão da assistência às famílias representou grande ruptura em suas vidas.

Homens e mulheres com as vidas em constante movimento. A professora Kenia Sousa Rios, ao se referir à vida dos nordestinos e sertanejos, afirma:

[...] são todas as faces de indivíduos em eterna marcha. Corpos inquietos e perpetuamente seduzidos pela estrada. Habitantes de lugares onde a seca, a miséria constante, a exploração, mas também a altivez, os desejos e os delírios são partes de uma vida sofrida e fabulosa. Elementos que se entrelaçam na ordem do viver encantado de homens, mulheres e crianças que falam da luta pela sobrevivência nas formas do mundo e do além-mundo. (RIOS, 2008, p. 52).

Muitas dessas famílias acreditaram que talvez a Amazônia fosse o fim de sua marcha em busca de uma vida melhor e que, ao saírem do Núcleo de Famílias, cessariam sua travessia e poderiam, finalmente, reunir suas famílias. Entretanto, a

migração do Estado Novo foi mais uma etapa de rupturas e saudades em suas vidas. Mais uma vez era preciso juntar o que ainda lhes restava e começar a caminhar de novo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Josué de Castro faleceu em 1973 no exílio, em Paris. Tinha a esperança de retornar ao Brasil em vida, o que não se realizou. Antes de morrer o estudioso pernambucano teria dito a um amigo: “Não se morre só de doença, morre-se também de saudade”. (MANÇANO, 2007, p. 16). A frase de Josué de Castro é marcante ao pensarmos sobre os vários migrantes que deixaram suas terras e suas famílias em direção ao norte. As narrativas construídas sobre o sertão nordestino trazem a migração como elemento de destaque. Muitas são as histórias construídas sobre quem partiu, mas o que aconteceu com quem ficou? A migração é também uma história de saudades.

O processo migratório durante o Estado Novo esteve relacionado a dois elementos: a colonização do território nacional, por meio do deslocamento de mão de obra, e a demanda de extração de borracha provocada pela Segunda Guerra Mundial. Com a criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, o Estado buscou substituir a imagem do flagelado da seca pela do trabalhador mobilizado e tentou congrega o incentivo à migração com a defesa do ideal de indissolubilidade da família.

Vargas buscava aliar os discursos de redenção do sertão e de colonização da Amazônia. Entretanto, o sertão não é uma categoria espacial bem definida pela geografia, para o geógrafo Robert de Moraes, ele não pode ser observado e facilmente distinguindo por características naturais. “O sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica”. (MORAES, 2002-2003, p.13). É um espaço identificado como não urbano, atrasado e, durante o Estado Novo, também esteve associado à retaguarda de mão de obra, que precisaria ser redistribuída pelo país.

Este estudo teve a intenção de mostrar como a família estava inserida dentro do processo migratório. Para tanto, costuramos um duplo movimento: perceber como os discursos e as teorias construídas pelo Estado chegavam até as famílias e como elas as recebiam e as resignificavam. Tentamos enfatizar outros

aspectos da experiência da migração. Um dos objetivos foi diluir a imagem do migrante e de sua família como reféns das políticas migratórias do Estado varguista.

O presente estudo se propõe a ser uma contribuição às pesquisas sobre família e migração. Buscamos perceber onde estavam e o que diziam as esposas de homens que foram trabalhar na extração da borracha. Dentro do Núcleo de Famílias (Porangabussu/Cocorote), as mulheres vivenciaram experiências específicas e reagiram, na medida do possível, contra determinadas medidas com as quais não concordavam. E se as políticas do Estado Novo estavam voltadas, na maioria das vezes, para o trabalhador urbano, no Núcleo de Famílias e nos pousos, onde ficavam os soldados da borracha, elas alcançavam os trabalhadores migrantes e suas famílias, vindas do campo.

As políticas de nutrição, medicina social e higiene, propostas pelos teóricos do Estado Varguista, atingiram homens e mulheres pobres que estavam dentro do Núcleo de Famílias e dos pousos do SEMTA. Tais medidas destinavam-se à prevenção e à cura de doenças, mas estavam longe de conseguir amenizar as saudades.

Ainda hoje levas de migrantes deixam suas terras para se aventurarem em busca de melhores condições de vida. Segundo os dados do Ministério do Trabalho, nos últimos 15 anos, cerca de 40 mil trabalhadores foram resgatados em situação de semiescravidão, principalmente, nas regiões Norte e Centro Oeste do país. Em barracões e alojamentos improvisados ficam sujeitos a precárias condições de trabalho e sem possibilidades de retornarem aos seus lugares de origem. Situações semelhantes àquelas vivenciadas pelos trabalhadores que foram para a Amazônia durante os anos 1940, e contra as quais lutou Chico Mendes, seringueiro e filho de migrante cearense.

As recentes greves nos canteiros de obras das usinas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte trouxeram mais uma vez à tona a discussão sobre as condições de vida e trabalho a que estão submetidos os migrantes. Morando em alojamentos dentro dos canteiros de obra, ficam privados do convívio com a cidade e enfrentam grandes barreiras para a comunicação com suas famílias. Um enredo

que pensaríamos encontrar apenas em nosso passado recente, mas que ainda se repete nas terras do sertão.

Assim, este trabalho se propõe a, mais do que fornecer respostas, elucidar novos problemas sobre o tema. Esperamos ter colaborado para a discussão sobre o lugar que as políticas públicas e a iniciativa privada têm dado às famílias pobres no Brasil.

## **LISTA DE FONTES**

### **1. FONTES EPISTOLARES**

#### **1.1. Cartas das esposas dos trabalhadores**

Áurea Lacerda Feitoza - Sem data, Fortaleza – Porangabussu.

Chiquita – Sem data, Fortaleza – Benfica.

Possidonia – Sem data, Fortaleza – Porangabussu.

Edith Dionisio de Oliveira – 16 de junho de 1943, Fortaleza – Porangabussu.

Elcídia Galvão - Fortaleza 20 de junho 1943, Fortaleza – Porangabussu.

Joana Abreu - 26 de junho de 1943, Fortaleza – Porangabussu.

Elcidia Galvão - 27 de junho de 1943, Fortaleza – Porangabussu.

Elcidia Galvão - 1 de julho de 1943, Fortaleza – Porangabussu.

Odete Dioniso – 3 de julho 1943, Fortaleza – Porangabussu.

Maria Oilat Sousa Correia – 12 de julho, Fortaleza.

Maria Filisolina – 27 de julho de 1943, Fortaleza – Porangabussu.

#### **1.2. Cartas de Regina Chabloz**

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 2 de maio de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 3 de abril de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 22 de abril de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 10 de maio de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 4 de junho de 1943.

Regina Frota Chabloz – Maranguape, 19 de junho de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 28 de junho de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 15 de julho de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 26 de agosto de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 26 de setembro de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 12 de setembro de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 24 de setembro de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 29 de setembro de 1943.

Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 23 de novembro de 1943  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 13 de dezembro de 1943.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 29 de dezembro de 1943.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 19 de janeiro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 9 de janeiro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 5 de abril de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 23 de abril de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 19 de abril de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 14 de junho de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 7 de julho de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 17 de agosto de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 1 de setembro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 16 de setembro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 29 de setembro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 1 de outubro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 11 de outubro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 18 de outubro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 18 de novembro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 25 de novembro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 15 de dezembro de 1944.  
Regina Frota Chabloz – Fortaleza, 27 de dezembro de 1944.

### **1.3. Cartas dos trabalhadores**

Lúcio Muniz – Sem a data. Fortaleza.

Nuca Cassundé. – Sem data - S. Pompeu Rua 10 de Novembro Nº 32.

Alfredo Mesquita de Oliveira – Sem data. Sem localidade.

Antonio Moreira da Silva, Antonio Batista de Souza, Manoel Ferreira da Silva - 2 de março de 1943. Sem localidade.

Atanazio Martins de Almeida – 5 de abril de 1943. Sem localidade.

José Rodrigues Carvalho - 13 de abril de 1943, Pouso do Prado nº 2064.

Leopoldino Casimiro Lucena - 24 de abril de 1943, Belém - Pará.

Sebastião Felix de Oliveira - 13 de maio de 1943.

José Rodrigues de Carvalho – 14 de maio de 1943, Hospedaria Tapanã. Belém – Pará.

Nuca Cassundé – 13 de junho de 1943. Senador Pompeu, Ceará.

Francisco Tomaz da Silva - 13 de junho de 1943, Belém – Pará.

Francisco Tomaz da Silva - 18 de junho 1943, Turma F 162, 4505, mat. Ficha 3574, Tapaná- Pará, SAVA.

Manoel Francisco da Silva - 6 de julho de 1943, mat. 25246 - Pouso do Prado.

Alfonso Mesquita de Oliveira – 15 de julho de 1943, Manaus – Amazonas.

José Vieira de Figueiredo – 9 de agosto de 1943. Alto da Balança, Fortaleza.

Manoel Souza Viana –13 de agosto de 1943, Manaus – Amazonas.

#### **1.4. Cartas das esposas para o Presidente Getúlio Vargas**

Irinéa Leandro, Ana Maria Espírito Santo, Isabel Belise, Ana Maria Conceição, Argentina Costa, Maria Luiza, Maria do Carmo – 1944 – Crato, CE.

Abaixo – Assinado (191 famílias) – 1944 – Areia Branca, RN

Jovelina Luciana de Sousa (53 famílias) – 1944 – Mossoró, RN.

#### **1.5. Outras cartas**

G. S. Rabinovitch – 29 de maio de 1943 – Rio de Janeiro, RJ.

Jean Pierre Chabloz – 5 de janeiro de 1943 – São Luiz, MA.

Jean Pierre Chabloz – 3 de junho de 1943 – Fortaleza, CE.

Jean Pierre Chabloz – 17 de julho de 1943 – Fortaleza, CE.

Paulo Assis Ribeiro - Novembro de 1943 - Rio de Janeiro, RJ.

### **FONTES BIOGRÁFICAS**

Jean Pierre Chabloz - Diário de Serviço Nº 2 – 1943.

**FONTES RELACIONADAS AOS ÓRGÃOS DO ESTADO NOVO:  
SEMTA, NÚCLEOS DE FAMÍLIAS, POUSOS, SAPS E CAETA:**

Contrato de Encaminhamento – MAUC/UFC.

Portaria 28 de regulamentação do SEMTA – Arquivo Nacional – RJ.

Relatório apresentado por Padre Helder Câmara ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. D. Aloísio Masella D. D. Núncio Apostólico – Rio de Janeiro 28 de janeiro de 1943. Opções de Assistência Familiar – 1943 – Arquivo Nacional – RJ.

Esboço de Programa para a Assistência à família dos trabalhadores mobilizados. Relatório do Serviço Médico do Núcleo Provisório do Porangabussu. Fortaleza, Abril de 1943 – Arquivo Nacional – RJ.

Relatório do serviço de Alimentação Núcleo de Famílias do Porangabussu, Fortaleza, maio de 1943– Arquivo Nacional – RJ.

Relatório do serviço de Alimentação Núcleo de Famílias do Porangabussu, Fortaleza, junho de 1943– Arquivo Nacional – RJ.

Relatório do serviço de Alimentação Núcleo de Famílias do Porangabussu, Fortaleza, julho de 1943– Arquivo Nacional – RJ.

Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso do Prado. Fortaleza, junho de 1943 – Arquivo Nacional – RJ.

Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso de Teresina. Teresina – Piauí, agosto de 1943. Arquivo Nacional – RJ.

Relatório do Serviço de Alimentação do Pouso do Prado. Fortaleza, julho de 1943 – Arquivo Nacional – RJ.

Regulamento do SEMTA – 1942– Arquivo Nacional – RJ.

Contrato RRC e SEMTA – Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1942– Arquivo Nacional – RJ.

Relatórios do SEMTA – Relato Confidencial de observações feitas no Norte – 8 de abril de 1943– Arquivo Nacional – RJ.

Livro histórico do SEMTA (De 30 de Novembro – 1942 a 31 de maio – 1943) – Arquivo Nacional – RJ.

Acordo celebrado entre a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico e a Rubber Development Corporation. Rio de Janeiro, 1 de março de 1943– Arquivo Nacional – RJ.

Presidência da República – Relatório da Coordenação de Mobilização Econômica – Arquivo Nacional – RJ.

Relatório da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia. Dezembro de 1945 – Fundação Getúlio Vargas – CPDOC – RJ.

Cartilha Rumo à Amazônia – Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC.

Relação dos Trabalhadores cujas Famílias estão no Núcleo do Porangabussu – MAUC/UFC.

Notas do Gabinete Civil da Presidência da República sobre o SAPS - Arquivo CPDOC.

### **FONTES HEMEROGRÁFICAS**

Correio do Ceará, 8 de abril de 1943

OPOVO, 20 de abril de 1943.

OPOVO, 20 de abril de 1943.

Correio do Ceará, 21 de abril de 1943.

Correio do Ceará, 30 de abril de 1943.

Correio de Ceará 7 de maio de 1943.

O ESTADO, 11 de maio de 1943.

O Unitário, 11 de maio de 1943.

Correio do Ceará 8 de dezembro de 1943.

Correio do Ceará, 23 de dezembro de 1943.

Revista o Ceará Médico – 1943.

Revista Cancha, Fortaleza maio de 1943.

### **FONTES DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRIO DE 1946**

Depoimento de Paulo Assis Ribeiro ao Diário da Assembleia em 24 de junho de 1943.

## **FONTES IMAGÉTICAS**

Contrato de Encaminhamento (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Fotografia: Parada da Borracha (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Fotografia: Parada da Borracha (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Ficha Higienico Alimentar (Arquivo Nacional).

Fotografia: Núcleo Provisório de Famílias do Porangabussu (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Fotografia: Exercícios no Pouso do Prado (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Fotografia: Regina Chabloz e as nucleadas (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Equipamento de Viagem Fornecido pelo SEMTA (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Fotografia: Soldados recebendo as Braçadeiras (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Fotografia: Regina Chabloz e as esposas e filhos dos trabalhadores (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Legenda da fotografia feita por Regina Chabloz (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Propagandas da Nestlé: Revista Ceará Médico (Acervo Associação Cearense de Medicina ACM).

Fotografia: Dr. Aristóbulo de Castro, Regina Chabloz, Dr. Paulo Assis Ribeiro, Dr. Pinto Duarte Núcleo de Famílias do Porangabussu (Acervo Jean Pierre Chabloz MAUC/UFC).

Gráficos: Alimentação Racional – Relatório do Serviço de Alimentação do Núcleo de Famílias do Porangabussu, maio e junho de 1943 (Arquivo Nacional).

Mapa: Fortaleza – Localização Pici, Cocorote e Alto da Balança (Em OLIVEIRA, Francisco Heber. Proposição de Estratégias de manutenção e pavimentos Aeroportuários baseados na macrotextura e no atrito: Estudo de caso do Aeroporto Internacional de Fortaleza).

Núcleo Permanente de Família do Cocorote (Jornal Diretrizes, 2 de setembro de 1943 - Acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC)

Envelope Cartas censuradas, retidas (Acervo pessoal Ana Maria Chabloz)

Assistente Social do SEMTA distribuindo as cartas (Correio do Ceará, 7 de maio de 1943 – Acervo Jean Pierre Chabloz – MAUC/UFC).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Berenice. **Jangadeiros: Uma corajosa Jornada em busca de direitos no Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **Tecnociência e Cultura: Ensaio sobre o tempo presente.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

ATWOOD, Margaret. **A Odisséia de Penélope.** Trad.: Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BARBOZA, Edson Holanda. **Ida ao inferno Verde: Experiências da migração de trabalhadores do Ceará para a Amazônia (1942/1945).** São Paulo: PUC, 2005. 189p. Dissertação de mestrado em História Social do Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco – antes e além depois.** Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.** São Paulo: Editora UENESP, 2009.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2003

CARDOSO, C. F. S.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. **Os métodos da história: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. **Nem sina, nem acaso.** A tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Fortaleza: UFC, 2011. 244 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de

Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 2 vols. São Paulo, Itatiaia, 1986.

CASTRO, Josué de. **Fatores de Localização da Cidade do Recife – um ensaio de geografia humana**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. (Reeditado em 1954 como “A Cidade do Recife: ensaio de geografia urbana”, pela Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro).

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CIDRACK, Marlene Lopes. **Visitadoras de alimentação: Legado da Escola Agnes June Leith**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

COSTA, Dante. **Alimentação e progresso**. Rio de Janeiro: SAPS, 1951.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história: Euclides da Cunha**.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. Coleções temas brasileiros.

CHABLOZ, Jean-Pierre. **Revelações do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 1993.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEAN, Warren. **A luta pela Borracha no Brasil**. Um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade – A vida rural e a migração para São Paulo**. Coleção Debates. Editora Perspectiva: São Paulo, 1973.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FAUSTO, Boris. **Um balanço de imigração para o Estado de São Paulo**. Estudos migratórios. Buenos Aires: n:25, 1993.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FOGAGNOLI, Marcela Martins. “**Almoçar bem é no SAPS!**”: Os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). Niterói, UFF, 2011, 110 p. Dissertação de mestrado em História Social do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2011.

GARFIELD, Seth. **A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra**. In: Revista Brasileira História. [on-line]. vol.29, n.57, 2009, p. 19-65. ISSN 1806-9347.

GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa. (Org.) **Mais Borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. **A Fome e o Paladar**: a antropologia nativa de Luis da Câmara Cascudo. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 33, p. 40-50, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos Privados. In: **Revista Estudos Históricos**: Arquivos pessoais. N. 21, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ – São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

GUILLEM, Isabel Cristina Martins. **Cidadania e exclusão social**: a história dos soldados da borracha em questão. Trajetos, nº2, vol. 1, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antônio H.; VELLOSO, Mônica P. & PESAVENTO, Sandra J. (orgs). **História e linguagens**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

HOCHMAN, G.. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 6, jul. 1993.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1916). São Paulo, USP, 340 p. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo – USP, 2006.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas. SP: Papyrus, 1986.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto autobiográfico. De Rousseau à Internet**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008.

LIMA, A. E. F. **Tocando em frente ...**: cultura camponesa e apropriação dos recursos no assentamento Ingá/Facundo – Parambu – Ceará. Dissertação de Mestrado (PRODEMA/UFC). Fortaleza, 2008.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MACHADO, Cacilda das Silva. A família e o impacto da imigração. p.99. In: **Revista Brasileira de História**. Dossiê: Travessia: migrações. V. 17, n. 34. São Paulo, ANPUH, 1997.

MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MANÇANO, Bearnardo, GONÇALVES, Carlos W. P. **Josué de Castro – vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico**. Rio Branco: UFAC, 1988.

MELLO, Alcino Texeira de. **Nordestinos na Amazonia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dará/ João Pessoa: UFPB, 2002.

MENEZES, Marilda A. **Da Paraíba para São Paulo, de São Paulo para a Paraíba: Migração, família e reprodução da força de trabalho**. Dissertação de Mestrado. UFCG, 1985.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e Vem, Vira e Volta: as rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annalumbre; Fortaleza: Secult, 2002

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. **Economia Moral versus Moral Econômica** (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 1, n.16, p. 39-58, 1998.

OSTROS, Natascha Stefania Carvalho. **Terra adorada, Mãe gentil: Representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945)**. Belo Horizonte, 2009, 222 p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica 2002.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, PP: EDUSC, 2005.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: Verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. In: **Revista Estudos Históricos: Arquivos pessoais**. N. 21, 1998.

PROPP, Vladimir Iakovlevich. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Passado Sedutor: A história do Ceará entre o fato e a fábula**. RIOS, Kenia Sousa; FURTADO FILHO, João Hernani (orgs). **Em tempo: História, Memória e Educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael (Eds.). **T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia** (séculos XVII a XXI). Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, 2010

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: Trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**.

SERRES, Michel. **A grande narrativa do humanismo – a história da Humanidade: um conto iniciático**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

SHIMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: **Revista Estudos Históricos: Indivíduo, biografia, história**. N. 19, 1997

SILVA, Jane D. Semeão e. **Mulheres de Fortaleza nos anos 1940: Uma vivência da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social – IFCS/UFRJ, 2000.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras: 1979.

TEÓFILO, Rodolpo. **O Paroara**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção social, 1974.

TURNER, Frederick J. **La frontera en la história de América**. In: CLEMENTI, Hebe. J.F.Turner. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Trad. Christina Cabo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum – Estudos Sobre A Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade, na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, volume 4, nº 8, 1991.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. Coleção Estudos Históricos. São Paulo: Hucitec, 1993.